



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IZABEL HELENA ACIOLI SIQUEIRA DOS SANTOS

RELAÇÕES, CONFLITOS E REPRESSÃO:
A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e
Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966)

RECIFE

2016

IZABEL HELENA ACIOLI SIQUEIRA DOS SANTOS

RELAÇÕES, CONFLITOS E REPRESSÃO:

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa *Relações de Poder, Sociedade e Ambiente*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Maria do Socorro de Abreu e Lima

RECIFE
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- S237r Santos, Izabel Helena Acioli Siqueira dos.
Relações, conflitos e repressão : a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém frente às disputas políticas no campo (1960-1966) / Izabel Helena Acioli Siqueira dos Santos. – 2016.
167 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.
Inclui Referências e anexos.
1. História. 2. Trabalhadores rurais. 3. Sindicatos – Trabalhadores rurais.
4. Crime contra os trabalhadores rurais. 5. Violência política. 6. Governo militar. 7. Ditadura militar. I. Abreu e Lima, Maria do Socorro de (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-189)

IZABEL HELENA ACIOLI SIQUEIRA DOS SANTOS

“RELAÇÕES, CONFLITOS E REPRESSÃO:

**A ATUAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARREIROS,
RIO FORMOSO E SERINHAÉM FRENTE ÀS DISPUTAS POLÍTICAS NO CAMPO
(1960-1966)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 29/08/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

À Izabel e João,
sempre presentes em meu pensamento e em meu coração.

Agradecimentos

Tenho agradecimentos a fazer, pois sem as contribuições de algumas pessoas e instituições este trabalho não poderia ser viabilizado.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Maria do Socorro de Abreu e Lima, que não apenas orientou, mas fez despertar o interesse por essa temática ao ministrar a disciplina eletiva História dos Trabalhadores sob o Capitalismo, ainda na Graduação. E, desde então, estimulou, encorajou, sempre atenciosa, passando confiança. Obrigada, por não se limitar a uma orientação técnica. À senhora, agradeço pela dedicação, a paciência e a amizade. Aproveito também para agradecer pelo compromisso e a dedicação com o curso de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sem fazer distinção entre a Graduação e a Pós-Graduação e pela consciência da importância e o empenho em defender a Universidade Pública.

Da mesma forma, agradeço à Professora Doutora Christine Dabat, por aceitar o convite para participar da banca, além de sempre ter sido solícita e ter estimulado a pesquisa. Muito obrigada também, por ser, junto com a Professora Socorro Abreu, um referencial de conduta política e profissional. O Curso de História e a Universidade Federal de Pernambuco são privilegiados por tê-las.

Ao Professor Doutor Daniel Rodrigues, agradeço a participação na banca e por todas as contribuições para melhorar este trabalho. Não posso deixar de registrar a profunda admiração que tenho pelo papel político que tem desempenhado nesta Universidade, seja exercendo funções administrativas, oferecendo uma experiência que confirma ser possível construir uma Universidade com paridade, envolvimento da sociedade e o exercício pleno do diálogo; seja empenhado, enquanto acadêmico e intelectual, em oferecer suas contribuições para as mudanças e melhorias necessárias.

Agradeço também ao Professor Doutor Luiz Momesso, por todas as conversas que tanto contribuíram para a concretização deste trabalho. Sinto-me honrada por ter contado com as suas contribuições na banca de Qualificação e pela oportunidade de aprender com seu exemplo como profissional e por sua conduta política.

Agradeço também a Sandra Regina Albuquerque e a Patrícia Campello, pelo profissionalismo e a dedicação com a Pós-Graduação em História, fundamentais para fazer o PPGH funcionar.

Um agradecimento todo especial aos que fazem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, pela atenção com que sempre me receberam e a disponibilidade em

ajudar. Agradeço, principalmente, a Amaro Biá e a Marinalva Silva, pela disposição em contribuir para o êxito dessa pesquisa.

Também agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, em especial, a José Paulo Assis, pela disposição em compartilhar suas memórias. Também agradeço ao doutor Fernando Barbosa, por nos conceder uma entrevista e compartilhar suas experiências junto aos trabalhadores rurais, durante os efervescentes primeiros anos da década de 1960. Faço ainda um agradecimento especial a Yvon Bezerra por ter colaborado com esta pesquisa e pelo zelo que tem com a memória da cidade de Barreiros.

À minha família, agradeço todo incentivo e apoio para a realização deste trabalho. Faço um agradecimento especial à Maria Helena Siqueira dos Santos, minha tia Lena, pela ajuda fundamental, a torcida e a confiança que tanto me impulsionaram.

À Thayana Santos, agradeço a amizade, a parceria fundamental para a realização deste trabalho e por me ajudar a seguir em frente.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e do Memorial de Justiça de Pernambuco agradeço pela disponibilidade em ajudar à pesquisa e pela contribuição em zelar pela preservação da memória histórica.

Aos queridos Diego Carvalho, Diogo Cordeiro, Mirella Magalhães, Walter Torres, Adriano Martins e Adilson Júnior, que esta jornada acadêmica nos presenteou com a convivência e que ajudaram a dar leveza e alegria à caminhada, meu muito obrigada. A Rafael Leite, agradeço pela disponibilidade, a troca de experiências e o compartilhar de conhecimentos.

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pelo financiamento desta pesquisa, desejando que este se amplie, assim como as oportunidades de ingresso na Pós-Graduação. Desejando, ainda, que sejam enfrentados todos os obstáculos que tentem impedir o avanço da Pesquisa e dos investimentos que são fundamentais para a ampliação e o acesso à Educação Pública de qualidade.

As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as entidades patronais podiam expressar-se, livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. O proletariado não tinha o direito de participar da política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia.

Moniz Bandeira

O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)

“[...] Memória de um tempo onde lutar

Por seu direito

É um defeito que mata

São tantas lutas inglórias

São histórias que a história

Qualquer dia contará

De obscuros personagens

As passagens, as coragens

São sementes espalhadas nesse chão

De Juvenais e de Raimundos

Tantos Júlios de Santana

Uma crença num enorme coração

Dos humilhados e ofendidos

Explorados e oprimidos

Que tentaram encontrar a solução [...]”

Gonzaguinha

Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar como se deu a atuação dos trabalhadores rurais no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, entre 1960 e 1966. Trabalhando com um recorte temporal que compreende dois momentos distintos da História do Brasil, um período de pré e pós-golpe militar, com suas rupturas e continuidades. Procurando examinar, em uma conjuntura de pré-golpe, a participação daqueles trabalhadores nas lutas por direitos que cresciam no campo e o que ocorreu para que aquela entidade de classe sofresse três intervenções por parte do Ministério do Trabalho e algumas das suas lideranças políticas fossem presas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Também examinamos como, naquele mesmo período, o estado de Pernambuco e, em especial, os trabalhadores rurais, vivenciaram a curta, porém, rica experiência com os catorze meses do primeiro governo de Miguel Arraes de Alencar, entre janeiro de 1963 e março de 1964. E, em uma conjuntura pós-golpe, buscamos analisar como este interferiu na vida daqueles trabalhadores rurais e seu Sindicato, quando este sofreu uma nova intervenção em sua direção e o recrudesimento da violência efetou novas prisões e até desaparecimentos de trabalhadores ligados à luta no campo.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais. Violência no campo. Classe patronal. Disputas políticas. Ditadura militar.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse how the work of rural workers in the Union of rural workers in Barreiros, Ríó Formoso and Serinhaém, in the Southern forest area of Pernambuco, between 1960 and 1966. Working with a temporal cutout that comprises two distinct moments from Brazil's history, a period of pre and post-military coup d'état, with its ruptures and continuity. Looking to examine, within the pre-coup scenario, the participation of those workers in the rights fights that grew in the field and what occurred to that class entity suffered three interventions by the Ministry of Labor and some of its political leaderships were arrested and framed in the National Security Act. We also examined how, in that same period, the state of Pernambuco and, in particular, rural workers, experienced the short, however, rich experience with the fourteen months of the first government of Miguel Arraes de Alencar, between January 1963 and March 1964. And, within a post-coup situation, we seek to analyze how this interfered in the lives of those rural workers and their union, when it suffered a new intervention in its direction and the increase of the violence conducted new prisons and even disappearances of workers linked to the fight in the field.

Keywords: Rural workers. Violence in the countryside. Employer class. Political disputes. Military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - “Ligas Camponesas” Contra Sócios Do Sindicato Rural	84
Figura 2 - Bilhete de Júlio Santana para um administrador de Engenho	90
Figura 3 - Barreiros sob o domínio da subversão.....	100
Figura 4 - Briga de camponeses em Serinhaém: Um morto.....	101
Figura 5 - Júlio Santana da Silva.....	138
Figura 6 - Preso político mais antigo do Brasil é beneficiado com liberdade condicional	141
Figura 7 - Prontuário carcerário de Abdias Soares dos Santos	142
Figura 8 - Antônio Joaquim de Medeiros.....	143
Figura 9 - Amaro Félix Pereira.....	146
Figura 10 – Carteira de sócio do Sindicato	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALEPE** – Assembleia Legislativa de Pernambuco
- AP** – Ação Popular
- APEJE** – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
- BNM** – Brasil Nunca Mais
- CDR** – Casa de Detenção do Recife
- CIA** – Agência Central de Inteligência
- CLUSA** – Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CONSINTRA** – Conselho Sindical dos Trabalhadores
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
- CPB** – Código Penal Brasileiro
- CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CRC** – Companhia de Revenda e Colonização
- DOPS** – Delegacia de Ordem Política e Social
- DP** – Diário de Pernambuco
- DRT** – Delegacia Regional do Trabalho
- EUA** – Estados Unidos da América
- ESG** – Escola Superior de Guerra
- ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural
- ET** – Estatuto da Terra
- FETAPE** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FTRP** – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco
- IAA** – Instituto do Açúcar e do Alcool
- IAPI** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
- IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPES** – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
- IPM** – Inquérito Policial Militar
- JC** – Jornal do Commercio
- LSN** – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PDC – Partido Democrata Cristão
POR-T – Partido Operário Revolucionário trotskista
POLOP – Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RM – Região Militar
SAPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STRB – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UDN – União Democrática Nacional
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UH-NE – Última Hora Nordeste
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A LUTA NO CAMPO: CONQUISTA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, ANTES E DEPOIS DO GOLPE DE 1964	19
2.1. Primeiros anos de 1960: crise, renúncia e tentativa de golpe	19
2.2. Compromisso com reforma agrária fez estremecer velhas estruturas	22
2.3. No Brasil, a reforma agrária era uma “ativadora da esperança”	24
2.4. Resquícios da escravidão colonial na estrutura capitalista.....	26
2.5. Em Pernambuco, “modernização” expulsão e luta.....	31
2.6. Debate sobre a questão agrária e a inserção política dos camponeses	33
2.7. Os foreiros do Engenho Galiléia: ressurgem as Ligas Camponesas	36
2.8. Cresce a luta dos trabalhadores. Aumenta a violência no campo.....	39
2.9. Partidos, Ligas, Igreja: divergências, disputas e a atuação nos sindicatos	41
2.10. O primeiro Governo de Miguel Arraes e a atenção ao campo	47
2.11. Marco histórico do primeiro Governo Arraes: a conquista do Acordo do Campo.....	51
2.12. Um golpe contra a luta dos trabalhadores	52
2.13. Interpretações sobre o golpe e a ditadura: para além de nomenclaturas	56
2.14. O Primeiro Sindicato de Trabalhador Rural de Pernambuco	61
3. DE ORDEIRO PARA AGITADO: DISPUTAS, INTERVENÇÕES E PRISÕES NO SINDICATO DE BARREIROS	66
3.1. Camponeses organizados, movimentos criminalizados	66
3.2. A Igreja Católica, o Sindicato de Barreiros e o espaço na imprensa.....	68
3.3. Tem padre no Sindicato: o alinhamento à FTRP.....	71
3.4. 1963: o campo em ebulição e um golpe em gestação.....	73
a) Primeiro semestre: um sindicato modelo X subversivos e agitadores	77
b) Segundo semestre: mudança radical na atuação do Sindicato de Barreiros.....	84
3.5. Mudanças de direção, mudanças na condução das atividades.....	88
3.6. Batalha no campo e na Justiça: a disputa pelo Sindicato	94
3.7. Trotskistas e Júlio Santana na prisão: quando a ocasião faz a oportunidade	105
3.8. Júlio Santana: “um homem usado pela esquerda e pela direita”	112
4. O SINDICATO NA DITADURA: INTERVENÇÃO, ASSASSINATOS, PRISÕES E DESAPARECIMENTOS	118
4.1. O golpe e os mecanismos de controle para conter os avanços dos trabalhadores	118

4.2. Em Pernambuco, repressão contra quem ousa lutar	121
4.3. Intervenção no Sindicato, punição para o Juiz e o refrear da luta	125
4.4. Desmembramento do Sindicato e eleições sob controle	133
4.5. Presos políticos do Sindicato: Pena (quase) de morte, absolvição e desaparecimento	136
4.6. Júlio Santana da Silva.....	137
4.7. Abdias Soares dos Santos e Antonio Joaquim de Medeiros.....	141
4.8. Amaro Félix Pereira.....	145
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
Referências	157
ANEXOS:	
Anexo A. Bilhete de Júlio Santana.....	165
Anexo B. Material produzido pela campanha pela libertação dos presos políticos	166
Anexo C. Fotografia de Júlio Santana e Chapéu de Couro.....	167
Anexo D. Prontuário de Amaro Félix Pereira na Casa de Detenção do Recife	167

I. INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, nos propusemos estudar como se deu a atuação dos trabalhadores a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém¹ e sua relação com o movimento sindical e as organizações políticas frente às disputas no campo, em Pernambuco, entre 1961 e 1966. Tendo em vista que este é um período em que aumentam as lutas por direitos trabalhistas, cresce a organização do sindicalismo rural no Brasil e, particularmente, em Pernambuco, até que ocorre uma ruptura desse processo e um golpe de Estado instaura uma ditadura militar fazendo retroceder violentamente todo o curso de avanços e conquistas que os trabalhadores estavam obtendo.

Dentro desse recorte temporal, buscamos analisar o impacto dos catorze meses do Governo de Miguel Arraes de Alencar para o campo, com sua política de atenção ao cumprimento da legislação trabalhista recém conquistada e tão cara àqueles trabalhadores rurais, observando a ação e a reação de uma oligarquia agrária apegada a uma secular tradição de exploração e opressão dos trabalhadores, ante a tentativa de mudança de um cenário de violência e ausência de direitos pela via do diálogo, da negociação e do estímulo à organização sindical.

Tentamos compreender como a crise política e econômica que o Brasil enfrentava, com a política populista em colapso, contribuiu para o acirramento da luta de classes, despertando e fazendo crescer a mobilização dos trabalhadores no campo e na cidade, e como esse momento se refletiu na atuação do Sindicato de Barreiros. Ao mesmo tempo, perceber como aquela realidade se agravou, com a ditadura militar, que impôs aos trabalhadores uma política de arrocho econômico combinada com o terror de Estado reprimindo as tentativas de reação dos trabalhadores e suas organizações sociais e políticas.

Buscamos fazer essa análise relacionando-a a um contexto mais amplo do que a esfera local e nacional. Percebendo os acontecimentos que moviam o mundo naquele período pós Segunda Guerra Mundial, em que uma Guerra Fria foi deflagrada pelos Estados Unidos da América (EUA), visando impor sua hegemonia contra o perigo em potencial que era a influência do socialismo praticado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

¹ No decorrer da pesquisa encontramos o nome *Serinhaém* com grafias diferentes: *Serinhaém* e *Sirinhaém*. Decidimos adotar a grafia **Serinhaém** tendo como referência as obras de ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Ed. Universitária/ Ed. Oito de Março, 2005 & DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária, 2012.

a República Popular da China e, para a América Latina, a perigosa força do exemplo da Revolução Cubana, cuja participação dos trabalhadores, sobretudo os camponeses, tinha sido fundamental para o triunfo da Revolução e a implantação da política de desapropriação de terras e nacionalização de empresas. Percebendo, também, que tão logo soou o alerta de perigo para o governo dos EUA, este se empenhou em criar obstáculos para evitar que esses exemplos em potencial se alastrassem ajudando, inclusive, a articular e patrocinar golpes de Estado e ditaduras militares, como no Brasil, em 1964, e em outros países da América Latina, estimulados por uma campanha anticomunista como antídoto ideológico e político.

Analisamos o emprego da violência pelo Estado, com seus artifícios legais, em dois momentos distintos, no período pré-golpe e na ditadura militar, quando percebemos continuidades de práticas institucionalizadas que, ao contrário de serem combatidas, foram utilizadas para reprimir e censurar a população. Entendendo que a naturalização da violência contra os trabalhadores, em particular os camponeses², esteve presente em todo esse período e foi a marca do perfil truculento de um Estado a serviço dos interesses de uma classe, a burguesa.

Percebemos que essa violência ocorria, no campo, em períodos como o pré-golpe, em uma espécie de parceria entre o poder público e o privado que se aprofundou com o golpe e a ditadura militar, em que o Estado assumiu seu viés mais autoritário, adotando uma política de terror, sempre contando com a estrutura privada para manter a ordem que interessava às classes dominantes.

Procuramos investigar como a imprensa é capaz de agir para atender aos interesses da classe que representa. E como essa classe utiliza a imprensa para fortalecer e/ou dar veracidade ao seu discurso. Em uma relação de legitimação de ambas as partes, apropriando-se dos acontecimentos para utilizá-los como convier, manipulando, deturpando ou adotando uma postura tendenciosa ao apresentar sua narrativa, no geral.

No primeiro capítulo, tentamos discutir a política para o campo desenvolvida no Brasil durante o governo de João Goulart, debruçando-nos sobre a conjuntura da época, procurando apontar que a crise de 1961 era um elemento a mais de um golpe de classe que já vinha sendo gestado. Analisando, ainda, como a bandeira da Reforma Agrária estimulou os

² Tendo como referência o Professor Manuel Correia de Andrade, usamos o termo camponês não no mesmo sentido que este tem para a Europa. Mas sim, ao nos referirmos àqueles que ainda sobrevivem do cultivo da terra ou, ainda, em sentido mais amplo, quando nos referimos aos assalariados que sobrevivem da sua força de trabalho no campo. Cf: ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986. Cabe também ressaltar que, à época, este termo tinha um sentido de trabalhador que luta. As classes dominantes preferiam chamá-los de rurícolas.

ânimos e a esperança dos trabalhadores rurais e, em contrapartida, estreitou laços entre a oligarquia agrária, o empresariado e agrupamentos militares, em defesa da propriedade privada e do controle do Estado para atender às suas necessidades e ambições. Buscando compreender que essa aliança era articulada, estimulada e financiada pelo governo dos Estados Unidos, interessado em atender seus interesses geopolíticos, só concretizados com o golpe de Estado seguido de vinte e um anos de ditadura militar.

No segundo capítulo, procuramos investigar por que ocorreram as disputas políticas pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém tentando relacioná-las aos projetos políticos coletivos e/ou individuais, com seus desdobramentos e entraves. Tentando observar como o Sindicato de Barreiros,³ foi atingido ao ficar no olho do furacão da crise interna das Ligas Camponesas, ao mesmo tempo em que era disputado entre estas e a Igreja Católica, desenhando-se um cenário de conflitos que interferiram no Governo de Miguel Arraes e motivaram a pressão do patronato pelo aumento da repressão no campo, enquanto aquela classe fazia recrudescer a violência contra os trabalhadores.

Tentamos, ainda no segundo capítulo, analisar quem era e que papel cumpriu Júlio Santana ao atuar na direção do Sindicato naquela conjuntura, procurando entender qual a relação que ele tinha com os militantes do Partido Operário Revolucionário trotskista (POR-t) e Francisco Julião. Examinamos, também, o olhar e o discurso dos jornais, da Historiografia e de militantes da época, sobre aquele momento vivenciado no Sindicato de Barreiros. E refletimos sobre as responsabilidades do Governo do Estado e o que seria competência da Justiça acerca dos presos políticos durante o primeiro Governo de Miguel Arraes, observando como fora utilizada politicamente a existência desses presos, e de que forma eles estabeleceram uma convivência, enquanto grupos e pessoas distintas, naquele ambiente da Casa de Detenção do Recife.

No terceiro capítulo, tentamos compreender como esse processo muda a partir da ditadura militar e como se comportaram as principais personalidades políticas ligadas à história do Sindicato, naquele período: Júlio Santana e Chapéu de Couro. Bem como, examinamos como agiram os golpistas com relação aos que atuaram no Sindicato ou em apoio ao mesmo, fazendo da violência um corretivo para quem ousou lutar. Ou, ainda, perseguindo e punindo os que agiram destoando da lógica esperada, como ocorreu com o Juiz de Direito da Comarca de Barreiros, João Batista Neto, logo após a imposição da ditadura.

³ Ao longo deste Trabalho, ao nos referirmos ao Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, também o identificamos apenas como Sindicato de Barreiros por estar localizada, naquele município, a sede do Sindicato.

Além de tentarmos observar as mudanças na atuação do Sindicato, sob intervenção da ditadura. Tendo já sofrido três intervenções no decorrer dos seus anos de existência, antes do golpe, verificamos como mais esta intervenção atingiu a crescente participação dos trabalhadores nas atividades do Sindicato, entre 1964 e a eleição para a diretoria em 1966, que contou com a participação de Amaro Félix da Silva, sendo este depois preso e hoje é um dos desaparecidos da ditadura militar.

A análise que fazemos da atuação do Sindicato de Barreiros e dos envolvidos nesse processo tem como apoio as fontes documentais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e da Casa de Detenção do Recife (CDR), o acervo do projeto Brasil Nunca Mais. Ao trabalharmos com essa documentação, buscamos atentar para o que afirma Bauer e Gertz,

Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados (livros, publicações, correspondências pessoais, documentos de organizações etc.), ou de declarações tomadas em interrogatórios que desrespeitavam tanto os códigos penais (duração de interrogatório, horário em que eram feitos, presença de testemunhas etc.) quanto os Direitos Humanos (torturas físicas e psicológicas).⁴

Também trabalhamos com a cobertura feita pela grande imprensa como o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, além dos jornais *Última Hora-Nordeste* e o jornal *A Hora*, fundamentais para tentar elaborar uma análise acerca da história daquela entidade de classe que, por sua vez, ainda é pouco trabalhada pela Historiografia. Contudo, procuramos fazer uma análise crítica desta documentação, entendendo que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar até o público”.⁵

Analisamos essa documentação em uma perspectiva dialética, buscando perceber o contraditório, cruzando fontes e, assim, tentando contribuir com a Historiografia a respeito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém.

⁴ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da História recente.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tânia Regina de. (orgs.) *O Historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2013, p. 177.

⁵ LUCCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: Pinsky, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

CAPÍTULO II

A LUTA NO CAMPO: CONQUISTA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, ANTES E DEPOIS DO GOLPE DE 1964

2.1. Primeiros anos de 1960: crise, renúncia e tentativa de golpe

O início da década de 1960, no Brasil, era de crise econômica e muita tensão política. A inflação descontrolada elevava os preços dos produtos de primeira necessidade para os trabalhadores, sem reajuste adequado de salários. O Estado sinalizava que já não suportava dar sustentação ao projeto desenvolvimentista que vinha sendo implantado e o país aprofundava sua dependência econômica em investidores internacionais, principalmente dos Estados Unidos da América (EUA). O desequilíbrio se confirmava com os fortes contrastes entre a modernização e a pobreza da massa trabalhadora, resultando no aumento das desigualdades sociais.

Como um reflexo dessa realidade, era também um momento de efervescente crescimento das lutas das classes trabalhadoras que, cada vez mais mobilizadas por melhorias das condições de vida e de trabalho e por uma maior participação nas estruturas políticas, pressionavam o Governo pelas reformas de base⁶. Ao mesmo tempo em que aumentava a pressão das classes dominantes para que fossem atendidos seus ambiciosos interesses de acumulação de capital. Pareciam sinais claros de que aquele modelo de desenvolvimento e sua concepção de política estavam entrando em colapso, o que foi confirmado com os desdobramentos da crise política e econômica.

Jânio Quadros, em 1961, eleito com o apoio de uma aliança entre a União Democrática Nacional e o Partido Democrata Cristão (UDN-PDC), lançou um plano para combater a inflação com alto custo político para o próprio Governo. O aumento dos preços dos produtos básicos de consumo, como o pão e até a gasolina, teve reação imediata e os protestos não tardaram acontecer. Os trabalhadores, da cidade e do campo, que haviam iniciado uma fase nova de lutas sociais, retomavam as ruas e utilizavam a ferramenta da greve para pressionar o Governo por melhorias nas condições de vida e de trabalho.

O Brasil procurou angariar crédito junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Governo dos EUA, que tinha grande interesse em ter aquele país longe de riscos e

⁶ As principais reformas pleiteadas eram a reforma agrária, reforma bancária, reforma tributária, reforma universitária, reforma urbana.

tensões, pela sua estratégica importância na América Latina. Naquele momento da Guerra Fria,

os comunicados americanos que anunciaram o empréstimo enfatizavam que o futuro do Brasil era vital para o futuro do hemisfério e que a manutenção da democracia na América Latina dependia do sucesso do desenvolvimento econômico brasileiro⁷.

Mas, Jânio Quadros adotou uma política externa independente, buscando certa autonomia nas relações internacionais. Visando ampliar as opções comerciais e de financiamento, abriu um canal de interlocução com a URSS, bem como, reatou relações diplomáticas com vários países do Leste europeu. Também não podemos esquecer que antes de assumir o mandato, Jânio viajou a Cuba tendo como convidados, entre outros, Francisco Julião que, no momento, era advogado e também uma liderança em evidência das Ligas Camponesas.

Com o agravamento da crise econômica e os encaminhamentos que eram dados pelo Presidente da República, não tardou para Quadros ver ruir sua popularidade, e também perder apoio junto aos seus pares, pela política ambígua que adotara, procurando manter uma proximidade com setores da esquerda nacionalista, com sua política externa desagradando aos conservadores e despertando a desconfiança de militares. Pressionado por todos os lados, renunciou ao mandato de quase sete meses.

A crise política estava criada. Pois, o vice-presidente era João Goulart, principal liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja experiência na função podia ser atestada desde que fora vice de Juscelino Kubitschek e Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. Para algumas forças políticas esse histórico era um agravante e, nesse cenário de crescimento das mobilizações das classes trabalhadoras, não queriam correr o risco de entregar o país ao “herdeiro político de Vargas”.⁸

Identificado por parte dos militares e das classes dominantes como vinculado aos comunistas – devido à sua política de atenção aos trabalhadores e das concessões feitas àqueles, quando assumiu o Ministério do Trabalho, o que lhe rendera, durante o último governo Vargas, a acusação de querer “implantar no Brasil uma República sindicalista”⁹ – os ministros militares consideravam a posse de João Goulart como Presidente da República algo “inaceitável por motivos de Segurança Nacional”.¹⁰ Para impedi-lo, tentaram articular um golpe de Estado. Era a terceira tentativa de intervenção desse tipo em menos de dez anos. A

⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio à Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 241.

⁸ Idem, p. 257.

⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 11.

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Op. Cit., p. 257.

primeira foi em 1954, inviabilizada pelo suicídio de Vargas e a reação popular, depois foi a tentativa de impedimento da posse de Kubitscheck, em 1955.

Mas, a rejeição a Goulart não era consenso e os ministros militares não conquistaram apoio unânime nas Forças Armadas, o que gerou grande tensão. O Marechal Lott, na reserva do Exército, lançou um manifesto em defesa da posse de Jango e foi preso pelo Ministro da Guerra. Ao mesmo tempo, o comandante do III Exército, General Lopes, também se opôs ao golpe.

Os golpistas enfrentaram, ainda, a reação dos trabalhadores cada vez mais organizados e politizados, bem como de políticos progressistas, como Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que organizou a “cadeia da legalidade”, usando o rádio como veículo para mobilizar a população em defesa da posse de Jango e para reagirem à tentativa de golpe militar. Como se não bastasse a reação interna de repulsa ao golpe, o governo dos EUA advertira aos militares que não aceitaria, naquele momento, a “ruptura da legalidade”, pois tinham acabado de se comprometer a não ajudar regimes ditatoriais,¹¹ com o objetivo de impedir a adesão política de outros países latinos à Revolução Cubana.

Sem ambiente para o golpe militar, a saída foi articular o “golpe político”. Os dois maiores partidos conservadores, UDN e Partido Social Democrático (PSD), depois de negociarem com os militares uma “solução de compromisso”, fizeram aprovar uma Emenda constitucional instituindo o regime parlamentarista. Era o que um autor denominou de “parlamentarismo forjado a toque de clarim e em ritmo marcial”.¹² João Goulart assumiu a presidência mas, sem adquirir plenos poderes, passou a dividir a função com um Conselho de Ministros ou Gabinete Parlamentar, composto por quatro ministros do PSD, dois da UDN e apenas um do seu partido, o PTB.

Não obstante, apesar da grave e delicada situação política, dois meses após assumir a Presidência, envolto na “camisa de força do parlamentarismo”¹³, João Goulart vai ao I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, e faz um contundente discurso defendendo a necessidade de se fazer a reforma agrária, comprometendo-se a mexer na secular concentração fundiária do País.

¹¹ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 23.

¹² TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. Op. Cit., p. 40.

¹³ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 130.

[...] A luta em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. [...]

A questão da terra no Brasil deve ser resolvida, evidentemente, de acordo com as características próprias de cada região. Não há, nem pode haver, fórmula salvadora, remédio milagroso, para realidade tão diversificada de um país que é um continente, pela sua extensão e pela multiplicidade dos seus reclamos de desenvolvimento. Não vejo razões para deixar de afirmar que a reforma agrária é uma das reformas que o País reclama, para dar plena expansão às suas forças produtivas adormecidas [...]

O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural, para que seja possível libertar a produção agrícola dos seus seculares entraves e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, para dotar o País de uma agricultura moderna, racional e mecanizada, de alto rendimento produtivo[...]¹⁴

2.2. Compromisso com reforma agrária fez estremecer velhas estruturas

Esse compromisso assumido por Goulart em um congresso com milhares de trabalhadores rurais de quase todo o País, já vivendo um significativo estágio de politização, sabedores de seus direitos e fortalecidos em sua luta de denúncia dos sofrimentos e em busca de melhores condições de vida, teve uma repercussão muito negativa junto às classes dominantes. Incomodou, sobretudo, à oligarquia agrária que, embora tivesse sofrido algum desequilíbrio de força com a “Revolução” de 1930 - quando a burguesia passou a consolidar sua hegemonia no Estado - não havia, contudo, perdido o *status* e o poder político. E mexer no que considerava suas terras era mexer em seu poder.

Até aquele momento, os proprietários de terra desfrutavam de prestígio e autoridade nas regiões que ocupavam, sem que os seus interesses fossem incomodados, funcionando o que parecia ser um pacto entre eles e o governo, imperando no campo o “coronelismo”, um mandonismo pouco questionado e apoiado no Estado, representando “uma relação de compromissos entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”.¹⁵

Portanto, aquele discurso de João Goulart, caso houvesse real intenção em ser concretizado, poderia conduzir a mudanças no campo que iam de encontro àquela “relação de compromisso”, característica do populismo¹⁶, cujo expoente era o padrinho político de

¹⁴ GOULART, João. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**/organização de Wanielle Brito Marcelino. - Brasília: FUNAG, 2009, p.16-17.

¹⁵ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200, p. 28.

¹⁶ O conceito de populismo aqui utilizado tem como referência WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Op. Cit. & IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tal conceito está sendo revisto criticamente, havendo, inclusive, uma corrente historiográfica que propõe a substituição do termo. Sobre este debate ver: DEMIER, Felipe Abranches. **Populismo e historiografia**

Goulart, Getúlio Vargas, e tinha uma estrutura política em que o Estado cumpria papel central, com a preponderância do poder Executivo, zelando por uma política de compromisso, visando atender às necessidades das classes dominantes, conservando “uma estrutura de poder cuja composição de forças permanece, nos seus aspectos fundamentais, a mesma”.¹⁷

O suporte fundamental dessa estrutura estava na política populista de concessão e controle dos trabalhadores, “como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que busca conduzir, manipulando suas aspirações”,¹⁸ praticada com eficiência desde a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, ainda nos anos de 1930.

Sagrada para o capitalismo, a propriedade privada era um problema internacional. Apesar de a realidade apontar a reforma agrária como uma necessidade concreta não apenas no Brasil, pois, conforme disse Eric Hobsbawm (2014), “a impressionante desigualdade social na América Latina dificilmente pode deixar de ter relação com a também impressionante ausência de reforma agrária sistemática em muitos países”.¹⁹ A conjuntura internacional também afirmava que comprometer-se em fazer reforma agrária era, no mínimo, ganhar a antipatia dos Estados Unidos, quando não, conhecer de perto sua política intervencionista.

Pois, na Guerra Fria que haviam deflagrado contra a URSS,²⁰ não interessava aos EUA fragilizar sua posição de supremacia na América Latina. Por isso, não estavam dispostos a assistirem que a propriedade privada, sagrada para o capitalismo, principalmente as empresas estadunidenses que exploravam já há tanto tempo a terra, a mão-de-obra e as riquezas naturais da região, tivesse sua dinâmica atingida pela reforma agrária.

À ameaça de distribuir terras para aplacar as desigualdades, os EUA reagem com a violência de uma potência imperialista. Assim fizeram na Guatemala, quando o Governo reformista de Jacobo Arbenz (1951-1954) pôs em prática seu plano de reforma agrária, nacionalizando a empresa estadunidense *United Fruit Company*. O governo dos EUA mobilizou mercenários que, sob a direção da CIA (Agência Central de Inteligência),²¹ derrubaram o governo, e os guatemaltecos sentiram a fúria da superpotência capitalista, que demonstrou muito mais disposição em defender a propriedade privada do que em zelar pela imagem de defensora da democracia, ou em poupar vidas humanas. Em uma referência aos

na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

¹⁷ WEFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Op. Cit., p. 28.

¹⁸ Idem, p. 61.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 348.

²⁰ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

²¹ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Op. Cit., p. 81.

desdobramentos na região, com as ditaduras que se sucederam depois, Eduardo Galeano não deixa esquecer quando, nem por que ela começou,

A violência tinha começado na Guatemala anos antes, quando num entardecer de junho de 1954, os aviões P-47 de Castillo Armas cobriram o céu. Depois as terras foram devolvidas à United Fruit e se aprovou um novo Código do Petróleo traduzido do inglês. [...] na Guatemala se desencadeou a guerra suja para esmagar a sangue e fogo a reforma agrária e se multiplicou em seguida para apagá-la da memória dos camponeses sem terra.²²

Da mesma forma estavam tentando fazer em Cuba, com o agravante de que lá, como na China uma década antes, tratava-se de uma revolução socialista, em que as classes trabalhadoras, em especial os camponeses, haviam tomado o poder, e faziam sua reforma agrária expropriando a propriedade privada dos meios de produção.²³

Pela segunda vez, após a Segunda Guerra Mundial, uma revolução socialista alterava as estratégias geopolíticas dos EUA. A primeira foi em 1949, quando a China, de fortes características agrárias, ousou mobilizar grande parte da população, sobretudo os camponeses, desenvolvendo uma tática de guerrilha que derrotou as forças capitalistas que buscavam impor seu domínio desde o início da Segunda Guerra, transformando-se em República Popular da China,²⁴ desenvolvendo uma concepção de reforma agrária, sob a égide socialista e a liderança de Mao Tse Tung.

Impactados desde o exemplo chinês, os EUA tentou repetir em Cuba o mesmo resultado da invasão na Guatemala, mas foi fragorosamente derrotado. A população enfrentou e derrotou a tentativa de invasão da Baía dos Porcos. A superpotência capitalista partiu para a guerra econômica, iniciando um embargo a Cuba, vigente até os dias atuais, além da guerra política e ideológica. Na Guerra Fria, os EUA transformaram Cuba na União Soviética latino-americana.

2.3. No Brasil, a reforma agrária era uma “ativadora da esperança”²⁵

A Revolução Cubana colocou a reforma agrária na pauta política, conforme destacou Eric Hobsbawm (2014). Mas, para a pauta e o discurso serem transformados em prática consequente, era preciso passar pela mobilização e organização dos trabalhadores,

²² GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2001, p. 12.

²³ Cf. IANNI, Octavio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

²⁴ Cf. ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Op. Cit. & HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos (1914-1991)**. Op. Cit.

²⁵ MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 14.

dispostos a enfrentar os obstáculos impostos pelos latifundiários resistentes a mudar a estrutura fundiária. E assim estava acontecendo no Brasil, desde os últimos anos da década de 1950, apesar da democracia populista voltar-se “especialmente para os trabalhadores urbanos”²⁶ – com concessões de direitos, legislação trabalhista, sindicalização, salário mínimo – tudo, claro, dentro da política de controle do Estado, via Ministério do Trabalho, que aprovara, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tais concessões só não chegavam ao trabalhador rural. Para este, o que se propunha era a manutenção da exclusão política, econômica, social e cultural. Como afirma Andrade (1986), “aos trabalhadores rurais não eram concedidos nem mesmo o direito a férias e à percepção do salário mínimo, apesar da referida Consolidação estender-lhes esses direitos em seus artigos 76 e 129”.²⁷ No campo, a Lei esbarrava no poder da oligarquia agrária e agroindustrial.

A intransigência dos latifundiários contava com a omissão e a conivência do Estado, que não combatia sua prática autoritária e arbitrária. Mas, os trabalhadores rurais excluídos da aplicação dos direitos trabalhistas, começavam a dar sinais de resistência e de mobilização, apesar de todo medo que a violência do latifundiário e seus prepostos lhes causavam, resultando em que

Muitos se acomodavam, temerosos diante da força dos poderosos; outros emudeciam e aceitavam os sofrimentos, na crença de que a humildade e a mansidão eram atributos importantes para se aproximarem de Deus. E assim a dominação se dava, pelo uso da força e da pressão, respaldada por séculos de mandonismo dos “barões do açúcar” ou dos coronéis do interior que, donos da propriedade, exerciam o poder e controlavam as instituições políticas e sociais existentes.²⁸

Apesar de tudo isso e por conta disso tudo, os camponeses iam encontrando meios de reagir contra a exploração que sofriam. Os mecanismos para isso foram sendo criados de acordo com a necessidade. Passaram a organizar-se em associações, ligas, cooperativas e, dessa forma, iam combinando interesses econômicos – produção e venda de mercadorias – com luta por direitos. Essa foi uma prática comum entre os foreiros, posseiros, que passaram a organizar cooperativas para escoar os alimentos produzidos nas terras alugadas aos proprietários. Usando as brechas da lei para se legalizar. Assim foi com a Liga da Iputinga.²⁹

²⁶ JACCOUD, Luciana Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990.

²⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986, p. 106.

²⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, Projetos**. Recife: Oito de Março/Ed. UFPE, 2005, p. 26.

²⁹ Cf. BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

E essa organização virou referência para os trabalhadores que a procuravam apresentando suas reclamações e pedindo ajuda.

Sob a orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁰ é que foram criadas as associações, as ligas, cooperativas e o uso da lei para protegê-las, percebendo a “utilização eficaz do Código Civil, já que esta lei, bem aplicada, opunha sérios obstáculos à sanha dos latifundiários”.³¹ O PCB atuava no campo, como a principal força política, mesmo posto na ilegalidade pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1947. Seu objetivo era fazer a aliança operário-camponesa, para fortalecer o processo revolucionário que defendia para o país e aumentar o vínculo do partido com os trabalhadores alimentando, também, suas pretensões eleitorais.

Na complexidade das relações de trabalho no campo, havia ainda a grave situação em que viviam os trabalhadores rurais obrigados a sobreviver com míseros salários; e também os “moradores”, outra modalidade das relações de trabalho em voga naquele período. Estes moravam com suas famílias em pequenas parcelas de terras, cedidas pelo proprietário pela necessidade de manter a mão-de-obra disponível no local de trabalho, visto que ainda era precária a estrutura de estradas e rodovias para se fazer a locomoção para o trabalho.

Para todos que compunham tais relações de trabalho, morador, foreiro, meeiro, parceleiro, havia a cobrança do “cambão - dias trabalhados, sem remuneração, para o proprietário”- mesmo para quem pagava pelo uso da terra, como o foreiro, o que representava também uma humilhação.³² Essa realidade ia gerando muita revolta no trabalhador, ainda que às vezes silenciosa, e este ia nutrindo um sentimento de desânimo embora, ao mesmo tempo, de vontade de mudar, principalmente quando se somavam a outras tantas absurdas situações de exploração.

2.4. Resquícios da escravidão colonial na estrutura capitalista

Na relação do morador com o proprietário, relação muito comum na zona canavieira de Pernambuco, inúmeras eram as dificuldades e gritante a exploração, o proprietário não arcava com a manutenção dos trabalhadores, pagava um ínfimo salário e

³⁰ Ao adequar-se as exigências da legislação eleitoral do Brasil, a organização comunista que, desde 1922 nomeava-se Partido Comunista do Brasil (PCB), muda seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de 1960. Entretanto, optamos por utilizarmos, no decorrer deste trabalho, a denominação Partido Comunista Brasileiro ou tão somente, PCB, mesmo quando nos referirmos ao Partido antes da sua adequação à legislação.

³¹ MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: lattermund, 1997, p. 24.

³² JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013, p. 105.

deles também era exigido o “cambão”. Permitia que plantassem para a própria subsistência, mas com restrições aos tipos de cultura, as de raiz eram proibidas por uma precaução a possíveis indenizações.³³ Provavelmente, havia outra intenção nessa proibição, carregada de simbolismo: não alimentar no trabalhador a ideia de que ele estava fixado naquela terra, como raiz, para lembrá-lo de que aquela situação durava enquanto fosse conveniente para o patrão.

Essa situação foi interpretada por Christine Dabat (2012)³⁴ como sendo a morada a “herdeira direta” da “brecha camponesa”, prática adotada no período colonial, quando os próprios escravos plantavam para se alimentar, conhecida como “sistema Brasil”. Compreendidas como vestígios de uma prática atrasada nas relações de trabalho no campo, mas dentro de uma estrutura capitalista.

Sua posição cronológica como herdeira da escravidão, fase superada na escala evolucionista à qual sucedeu, diretamente e sem ruptura radical, lembra, de maneira incômoda para o orgulho regional, que resquícios daquele tempo podem ainda existir. A relação de morada carrega consigo, portanto, conotações negativas.

Pois, ao lado do brilho modernoso da técnica industrial, as permanências, em termos das precárias condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e de suas famílias, ilustram-se em índices sociais alarmantes, no que tange à desnutrição e epidemiologia. Os aspectos mais chocantes deste atraso nas relações trabalhistas no setor encontram-se no trabalho infantil e na violência patronal impune. Exercida contra os canavieiros pelos empregadores e seus prepostos, seus episódios mais graves ocorrem sobretudo em razão de questões de serviço e acesso à terra.³⁵

Tais resquícios são confirmados em sua obra, inclusive, pelas contribuições da memória daqueles que vivenciaram aquela realidade, os trabalhadores rurais, ou, como os denomina a autora, os “canavieiros”.

Das reflexões suscitadas, observamos que as relações de trabalho, como a morada, ocorriam sob as condições impostas pelo proprietário e de acordo com as necessidades deste. Não havia, portanto, benevolência nessa concessão, mas sim, muita exploração, sempre motivada por interesses econômicos que, também por esses interesses, era modificada quando a ele conviesse.

Corroborando ainda com essa análise, encontramos na poesia mais um testemunho. Em 1956, o agricultor e poeta cearense Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa de Assaré, traduzia em versos essa vida sofrida do trabalhador rural que, apesar da sua importância para a economia como produtor de riqueza, era esquecido, abandonado a própria sorte. Sobre esta realidade, que também era a sua história, diz assim o poeta:

SEU DOTÔ ME CONHECE?
Seu doto, só me parece

³³ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. Op. Cit.

³⁴ DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 81.

³⁵ DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 25.

Que o sinhô não me conhece,
 Nunca soube quem sou eu,
 Nunca viu minha paioça,
 Minha muié, minha roça,
 E os fio que Deus me deu.

Se não sabe, escute agora,
 Que eu vou contá minha história,
 Tenha a bondade de uví:
 Eu sou da crasse matuta,
 Da crasse que não desfruta
 Das riqueza do Brasí.

Sou aquele que conhece
 As privação que padece
 O mais pobre camponês;
 Tenho passado na vida
 De cinco mês em seguida
 Sem comê carne uma vez.

Sou o que durante a sumana,
 Cumprindo a sina tirana,
 Na grande labutação,
 Pra sustentá a famia
 Só tem direito a dois dia,
 O resto é para o patrão (...)³⁶

Cabe aqui uma reflexão a respeito, ainda que não entremos em detalhe sobre essa questão, mas compreendemos que percebê-la é vital para tentar entender aquela conjuntura e as análises e posicionamentos políticos acerca da realidade brasileira. É que estas relações de trabalho no campo eram comumente analisadas associadas ao “atraso”, fazendo um contraponto ao “desenvolvimento” urbano-industrial. Ao observarmos essas questões, nos pareceu haver naquele período, talvez por idealização, uma dificuldade em conceber ser esse “atraso” também um viés do capitalismo. À época dos acontecimentos aqui estudados, parte significativa da intelectualidade, dos estudiosos sobre o Brasil, dos políticos e suas organizações, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da imprensa, ao analisar o estágio de “atraso” em que se encontrava a estrutura agrária brasileira, identificava-o como prática do sistema feudal ou semi-feudal ainda vigente no campo.

De acordo com a historiografia estudada,³⁷ tais interpretações eram anacrônicas e sofriam influência de concepções teóricas e políticas europeias que compreendiam o camponês, ou trabalhador rural do Brasil - aquele que tem apenas a autorização para cultivar a terra, portanto, não é proprietário dessa e paga, com sua força de trabalho, pelo seu uso com

³⁶ ASSARÉ, Patativa do. **Inspiração Nordestina: Cantos de Patativa**. São Paulo: Hedra, 2003, p. 112. Mantivemos a grafia original.

³⁷ Cf. DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit. & PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

dias de trabalho para o proprietário, mas também recebe sua bonificação pelo trabalho empenhado nos demais dias da semana - como sendo um assemelhado ao camponês de uma Europa feudal, o servo. Ainda que as relações de trabalho, as obrigações e as proteções desse, não fossem possíveis de serem identificadas naquele. Da mesma forma, era o latifundiário, o senhor de engenho, o proprietário, confundido com o senhor feudal.

Ou, ainda, fazer analogia entre o término dessa relação com a expulsão do trabalhador da morada, com os *cercamentos* na Inglaterra, quando do início da transição da estrutura feudal para o processo de industrialização capitalista. Parte desses intelectuais embasava sua análise da realidade brasileira tendo como referência a concepção de acumulação primitiva do capital, que trata desse momento de criação do sistema capitalista e das transformações causadas aos trabalhadores, buscando aplicar no Brasil, de forma decalcada, a análise de Karl Marx referenciada na Europa daquele período, para quem

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.³⁸

Com efeito, interpretava-se a realidade brasileira no campo como inserida em um estágio de acumulação primitiva, sendo ainda necessário o desenvolvimento do capitalismo na zona rural para que o processo de transformação da sociedade avançasse. Essas interpretações influenciaram de maneira significativa as análises e direcionamentos políticos do PCB, cujos efeitos vão ser sentidos nos planos táticos e estratégicos que buscavam orientar os rumos do Brasil. E estavam relacionados à orientação política que o Partido sofria da III Internacional Comunista, ligada à União Soviética, fundamentadas em uma compreensão do materialismo histórico que defendia, em linhas gerais, que a revolução socialista para acontecer precisava obedecer a etapas sequenciadas de evolução da humanidade. Assim, do escravismo chegava-se ao feudalismo, desse para o capitalismo e, só então, viria o socialismo.

Logo, com base nessa orientação, no exemplo da revolução soviética, o PCB propunha aplicar o mesmo modelo para o Brasil que, de acordo com sua análise, ainda convivía com vestígios feudais ou semi-feudais no campo, conforme foi definido na Declaração de Março de 1958 e na Resolução do V Congresso em 1960.³⁹ Baseado nessa interpretação, de maneira acrítica, adequando a realidade à teoria e não buscando aplicar a

³⁸ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1975, p. 830.

³⁹ Cf. SEGATTO, José Antônio. **O PCB e a revolução nacional-democrática**. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 123-134.

teoria de acordo com as especificidades da realidade brasileira, o PCB defendia que, no Brasil, era preciso passar pela etapa da revolução democrático-burguesa e para isso buscava articular uma aliança com setores da burguesia nacional, para que fossem consolidados os avanços do capitalismo e então, só depois, fazer a revolução socialista.

Esta visão etapista do PCB interferiu drasticamente em sua prática política, sobretudo no processo de luta no campo, em que entendia, por exemplo, o cambão como “restos semi-feudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro, sobretudo o “cambão”, que é semelhante à *corvée*, anterior à Revolução Francesa”;⁴⁰ ou ainda em como o Partido analisava a importância do trabalhador assalariado no campo em comparação ao foreiro, parceleiro, meeiro, o que definiu o grau de atenção dado àqueles trabalhadores em um determinado período, participando ativamente das Ligas Camponesas para organizar aqueles setores no campo, até decidir priorizar o trabalho de organização dos sindicatos rurais. O PCB foi duramente criticado, inclusive por militantes do próprio Partido, durante o desenrolar daqueles acontecimentos, como fez Caio Prado Júnior, importante intelectual e militante, que travou uma luta política com o Partido em algumas de suas obras, como a Revolução Brasileira, criticando a aplicação de uma teoria sem se conhecer a realidade brasileira, sobretudo o campo.

Essa teoria se transmitiu assim com todas suas grandes falhas e sem nenhuma revisão radical que se fazia tão necessária. Não foi nem ao menos submetida, nos seus traços fundamentais e essenciais, a nenhuma crítica. E vem sendo aceita como dogma, e como tal se transmite.⁴¹

Possivelmente, o distanciamento nos provoque certezas sobre aquele momento que nos façam questionar se o partido realmente não conseguia enxergar que, apesar das semelhanças e da complexidade para se analisar, aqueles vestígios não eram de uma estrutura semi-feudal. E sem receio de incorrer em anacronismo, nos remetemos a uma passagem em “Patrícios e Plebeus”, em que Edward Thompson (1998), ao analisar o uso de conceitos como “paternalismo”, cita um exemplo da aristocracia inglesa do século XVIII e do Brasil Colônia, apontando semelhanças, mas que para não ser confundido, o historiador recomenda, “para uma análise detalhada”, não se ater apenas ao termo empregado, mas procurar investigar “sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse de propriedade, sobre a

⁴⁰ MORAIS, Clodomir Santos. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Op. Cit., p. 23.

⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. Op. Cit., p. 35.

ideologia e a cultura” e, ainda, procurar “distinguir entre modos de exploração, entre o trabalho escravo e o livre”.⁴²

Mas, mesmo em meio a tantas dificuldades, o PCB realizou um trabalho de orientação para a organização dos trabalhadores no campo que contribuiu para a inserção política do camponês no cenário político brasileiro. Assim foi em Goiás, com as lutas de Trombas e Formoso⁴³; no Rio de Janeiro, com destaque para a luta de resistência contra a expansão imobiliária na zona rural conhecida como o Sertão Carioca⁴⁴; e em Pernambuco com a Liga da Iputinga, que se transformou em um referencial para as lutas subsequentes, que também contaram com a participação do Partido.

Era um trabalho de enfrentamento à maneira como a modernização foi sendo instalada no campo, deixando ainda mais exposto que aquele modelo de desenvolvimento não era sinônimo de melhorias para a vida dos trabalhadores. E isso os fez despertar. A partir da década de 1950, a proposta de modernização para o campo trouxe benefícios substanciais para o proprietário, uma vez que as terras passaram a ter maior valor de mercado, mas provocou efeito contrário para os trabalhadores, expulsos dos sítios, bem como os foreiros, parceleiros, meeiros, despejados das terras arrendadas e pressionados a sobreviverem com o que lhes restava, a venda da sua força de trabalho, ingressando, sob muita violência, no processo de proletarianização. As contradições desse processo produtor de mais pobreza correspondiam

a dinâmica da chamada “modernização” que, no caso em estudo, assim como na sociedade brasileira, de uma forma geral, faz-se muito mais nas técnicas utilizadas do que nas relações sociais. O que se observa, muitas vezes, é que a modernização e o uso de uma tecnologia mais eficiente provocam mais a degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população.⁴⁵

2.5. Em Pernambuco, “modernização” expulsão e luta

Em que pese as contribuições da agroindústria canavieira de Pernambuco nesse processo de “modernização”, este era lento e sofria os efeitos de uma concorrência que se sobrepunha desde a Segunda Guerra Mundial, quando a capacidade de produção nordestina

⁴² THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 29.

⁴³ Cf. ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Formoso e Trombas**: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflito ao longo da história*, vol 2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1964). São Paulo: UNESP/ Brasília-DF: MDA, NEAD, 2009.

⁴⁴ Cf. SANTOS, Leonardo Soares. **O sertão como um direito**: o movimento de luta pela terra na zona rural do Rio de Janeiro (1945-1964). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) *Formas de resistência camponesa*. Op. Cit.

⁴⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e Pobreza**. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994, p. 151.

foi ultrapassada pelas usinas de São Paulo e seu superior aparato tecnológico. De acordo com Maria de Nazareth Wanderley (1979), “os industriais sulistas [uma referência aos estados do sudeste, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro], desenvolveram um intenso processo de modernização de seu parque industrial.”⁴⁶ Diferente do Nordeste, que parecia acomodar-se a uma dependência das ações do Estado, nesse caso, representado pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), os usineiros não estavam empenhados em investir mais em tecnologia e suas “reivindicações polarizaram-se em torno da revisão periódica dos preços do açúcar, e, praticamente, nenhum esforço é feito no sentido da modernização agroindustrial”.⁴⁷

Tal situação só consegue ser revertida positivamente para os usineiros do Nordeste com uma nova demanda internacional que, não podemos deixar de reconhecer, tem também a sua carga de ironia, pois, as medidas adotadas pela Revolução Cubana, como a reforma agrária, provocaram a ira dos Estados Unidos que decidiram não mais comprar daquele mercado, substituindo, portanto, a produção de açúcar de Cuba por uma substancial parcela da produção do Nordeste brasileiro.⁴⁸ Isso deu um ânimo novo aos produtores de açúcar da região. Aumentou a disposição em produzir mais visando lucrar ainda mais, embora estivesse em baixa sua participação no mercado interno.

Para tanto, aplicou-se com mais afinco a concepção de aumento da produção defendida pelos usineiros, expandindo a plantação de cana de açúcar, demandando em mais terras para serem exploradas, o que contribuía para aumentar ainda mais a concentração fundiária e o predomínio da monocultura na região. Essa era a concepção de “modernização” dos latifundiários de Pernambuco e ela carregava em si vários problemas ambientais, de produção de alimentos e os problemas sociais que se agravaram ao mesmo tempo em que era produzido o açúcar e o lucro.

O que nos remete à pesquisa antropológica que Mintz e Wolf desenvolveram, tendo como referência uma documentação sobre as Antilhas nos séculos XIX e XX, acerca das fazendas e plantações. Este estudo pode servir como uma referência para pensarmos a usina como uma empresa capitalista, cuja motivação e objetivo é o lucro, aproximando-a do que seria uma variação da definição de *plantation* que, de acordo com os antropólogos, fundamenta suas relações e

Avalia todos os arranjos sociais à luz de considerações pecuniárias, e tende a fazer da exigência por máximos retornos sobre tão generosos investimentos o principal

⁴⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 61.

⁴⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**. Op. Cit., p. 62.

⁴⁸ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e Pobreza**. Op. Cit., p. 109.

fator de decisão quanto a saber se um dado padrão de relacionamento deve ser continuado, ou se deve ser substituído por outro. O resultado é uma situação onde terra, mão-de-obra e equipamento são julgados totalmente enquanto mercadorias, e as relações que governam seu uso são avaliadas totalmente à luz da contabilidade “racional” de custos. O papel da terra, da mão-de-obra e do equipamento na cultura tradicional da área tende a permanecer um assunto indiferente para os financistas e administradores, tanto quanto as conseqüências culturais da organização da plantação para a vida da população nativa.⁴⁹

Passados alguns anos, contando com o apoio financeiro do Estado de Pernambuco, a nova demanda do mercado externo motivou a expansão da plantação de cana-de-açúcar e, para isso, os proprietários começaram a expulsar os trabalhadores e suas famílias, moradores de parcelas de terras, onde cultivavam agricultura para sua subsistência.

2.6. Debate sobre a questão agrária e a inserção política dos camponeses

Concomitante à expansão desse modelo de desenvolvimento para o campo e contrapondo-se ao que ele gerava ou contribuía para aprofundar a extrema pobreza do trabalhador rural, vários debates foram surgindo, apontando para a necessidade de construir um caminho para que os efeitos desse desenvolvimento também fossem sentidos pelos camponeses.

Em Pernambuco, as discussões sobre a questão agrária e as condições subumanas em que viviam os trabalhadores rurais no Nordeste, ainda mais críticas em função da seca que novamente castigava a região, dava o tom da emergência do debate. Estava claro que era preciso enfrentar aquela situação enfocando nas pessoas, pois “as populações da Zona da Mata encontravam-se fora do alcance (para não dizer abandonadas) dos programas sociais estatais que foram estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial”.⁵⁰

Para além da Zona da Mata, era todo o Nordeste que sofria. Era preciso criar as condições para enfrentar aquela situação e oferecer melhores condições de vida aos trabalhadores. Era preciso encarar o problema da concentração fundiária e a necessidade de se fazer uma reforma agrária como um caminho para dar apoio e tentar começar a mudar a dura realidade do camponês. O geógrafo, então deputado federal Josué de Castro, cuja produção intelectual tinha por objetivo tornar conhecida a realidade do Nordeste e contribuir para que mudanças concretas acontecessem, fazia críticas nesse sentido e apresentava as alternativas para começar a resolver esses problemas.

⁴⁹ WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney W. **Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas**. In: MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed. Universitária, 2010, p. 198.

⁵⁰ DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 89.

Muitos programas de investimentos na área do Nordeste são elaborados sem que se procure dinamizar o fator de produção que ali é primordial – a terra – estando por isso condenados a uma rentabilidade insuficiente. O desenvolvimento econômico do Nordeste e o êxito do programa oficial de combate aos efeitos das secas dependem estreitamente de uma reforma agrária que mereça de fato esse nome.⁵¹

Esse era o nível das discussões e das preocupações que mobilizavam trabalhadores, intelectuais, estudantes, parlamentares reunidos para analisar essa realidade e buscar encaminhamentos visando à organização de ações concretas que pressionassem o governo a adotar medidas efetivas de combate às desigualdades e injustiças, de combate à seca, à fome e à falta de direitos para os trabalhadores. A Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), foi criada nesse processo, em 1959, ainda no Governo de Juscelino Kubitschek, e em um momento de crise da seca na Região, buscando viabilizar ações que aplacassem aquela delicada e explosiva desigualdade no campo.

A saída era mesmo a luta organizada, como instrumento de pressão junto ao Estado. Urgia criar e fortalecer instâncias e organismos como espaços de debate e deliberação quanto às formas de luta dos diretamente atingidos por aquela dura realidade, os camponeses. Com esse fim, foram realizados muitos congressos e conferências, em Recife e em outras regiões do país. Entre eles, realizou-se, no ano de 1954, em São Paulo, a II Conferência Nacional de Lavradores, resultando na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Neste Encontro, as demandas apresentadas eram “pela aplicação do salário mínimo, jornada de oito horas, férias etc e embora a questão da reforma agrária figurasse na abertura do documento final, as questões trabalhistas tiveram um grande peso nesse evento”.⁵² Em 1955, realizou-se, em Recife, o Congresso de Camponeses de Pernambuco, presidido por Josué de Castro. Aquele foi um acontecimento cheio de significados, pois, pela primeira vez, milhares de camponeses marcharam pelas ruas do Recife e se afirmaram politicamente.⁵³ Além de ter sido eleito o primeiro presidente das Ligas Camponesas, firmando o reconhecimento destas.

Em 1959, já refletindo os desdobramentos das lutas, aconteceu a 1ª Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, em que foi aprovada a “organização

⁵¹ CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 185.

⁵² ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 20.

⁵³ Cf. JACCOUD, Luciana Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Op. Cit.

dos trabalhadores rurais, reforma agrária, modificações do Art. 141 da Constituição, legislação própria para trabalhador rural”.⁵⁴

Havia, porém, várias tentativas de impedir, muitas vezes com prisões, a organização de eventos que discutissem reforma agrária e direitos para os trabalhadores. Ainda em 1949, foi impedido de acontecer um congresso que as Ligas da Iputinga, da Boa Ideia e da Gameleira tentavam realizar.⁵⁵

Apesar de não encontrarem amparo, por parte do Estado, a necessidade de os trabalhadores rurais fundarem seus sindicatos para lutarem de forma mais consequente estava no centro dos debates e conseguia alcançar um nível de articulação e organização que permitia realizar eventos simultâneos, como

O primeiro Congresso de Trabalhadores realizado em setembro de 1953, simultaneamente em São Paulo, Paraíba e Ceará, evidencia a necessidade de organização dos trabalhadores rurais, através da criação de sindicatos e de uma entidade nacional, que se incuba da organização das suas lutas.⁵⁶

Em Pernambuco, era premente a organização sindical no campo. O PCB, embora na ilegalidade, o que dificultava ainda mais ter a autorização do Ministério do Trabalho para fundar sindicatos rurais, adotara uma política de estímulo a criação de sindicatos nesse período, como é possível confirmar pela propaganda sobre como criar sindicatos rurais, no jornal *Folha do Povo*, periódico do Partido em Pernambuco.⁵⁷

Ainda naquele ano de 1954, o PCB organizou o I Congresso Nordeste dos Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Limoeiro, Zona da Mata Norte de Pernambuco. Esse congresso foi organizado com sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, os “extralegais”, e precisou enfrentar a polícia que queria impedir sua realização.⁵⁸ Para tanto, centenas de camponeses vindos de Goiana, cidade nas proximidades, barraram a ação policial e garantiram a continuação do evento. Revelando que um destemor começava a ser incorporado à dura vida daqueles trabalhadores e, com ele, muita disposição de mudar a situação em que se encontravam. Eram sinais de um tempo promissor.

⁵⁴ CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco**. Recife: CONDEPE, 1980.

⁵⁵ Cf. ABREU E LIMA. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p.39.

⁵⁶ CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A Ação Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco**. Op. Cit., p. 10.

⁵⁷ APEJE/Hemeroteca: *Jornal Folha do Povo*, 08/01/1954 e 11/01/1954.

⁵⁸ MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Op. Cit., p. 16.

2.7. Os foreiros do Engenho Galiléia: ressurgem as Ligas Camponesas

O engenho Galileia, localizado na zona rural da cidade de Vitória de Santo Antão, próximo à Recife, era de “fogo morto”, forma como foram chamados os engenhos bangüês que sucumbiram com a sua capacidade produtiva, bem como as usinas que não conseguiram dar continuidade ao seu propósito produtor.⁵⁹ Seu proprietário Oscar Beltrão, arrendou lotes de terra para as famílias que lá trabalhavam, o que lhe garantia obter algum lucro com as terras, ao mesmo tempo em que reduzia seus custos com mão-de-obra, uma vez que aquelas pessoas pagariam pelo arrendamento e também o cambão. De acordo com Francisco Julião,

todas as suas 140 famílias camponesas eram arrendatárias dos pequenos sítios, que somavam a superfície total de 500 hectares [...] A praxe era pagar a renda ou foro estipulado pelo dono das terras no dia 08 de dezembro de cada ano. Além disso, o foreiro era obrigado a dar certo número de dias gratuitos [o cambão] ao senhor.⁶⁰

Essa situação no Galileia confirma o que nos diz Wanderley (1979) sobre a forma como o trabalho é utilizado de acordo com as necessidades e interesses do proprietário, pois, segundo a autora,

não dispondo de capital, os proprietários procuram utilizá-la sob formas que asseguram a redução de seu custo monetário. Se a demanda de açúcar reduz-se, eles autorizam à força de trabalho o acesso ao uso da terra, exigindo-lhe, em contrapartida, o pagamento de uma renda fundiária.⁶¹

Assim era feito. A vivência entre aqueles foreiros, compartilhando os problemas do dia-a-dia, as dificuldades em pagar o foro, a pobreza que dificultava até no sepultamento dos entes que compunham aquela comunidade, motivou-os a organizar uma Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com o objetivo de providenciar uma caixa de socorro mútuo para adquirir caixões para sepultamento, “contratar uma professora para alfabetizar as crianças; constituir uma cooperativa de produtores de verdura”.⁶² Os foreiros convidaram o proprietário do engenho para ser o presidente da SAPPP. Até que este e seu filho recuperaram o interesse pelas terras e, preocupados com as intenções dos trabalhadores ao se agruparem, decidiram despejar os foreiros da propriedade, abrindo um processo contra eles no Fórum de Vitória.

Essa é a razão que os fizeram buscar apoio jurídico para se proteger e, assim, conheceram Francisco Julião, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e

⁵⁹ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. Op. Cit.

⁶⁰ JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Op. Cit., p. 103.

⁶¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**. Op. Cit., p. 123.

⁶² JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Op. Cit., p. 127

advogado que, como tal, aceitou orientá-los. A Sociedade foi legalizada em 1º de janeiro de 1955⁶³ e com base no Código Civil, os trabalhadores partiram para uma batalha contra a expulsão das terras e para que nelas fosse feita reforma agrária.

De acordo com Bastos, Francisco Julião já tendo defendido outras causas,

percebe nesta, por tratar-se de grupo organizado, um grande potencial de desenvolvimento. Instaura processo invocando a lei dos locatários. Mas, ao lado da luta judicial, utiliza-se da Tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar tanto a situação dos ‘galileus’ quanto as arbitrariedades a que são submetidos.⁶⁴

E foi assim que o advogado Francisco Julião passou a destacar-se como liderança das Ligas Camponesas.

Havia articulação com a Capital pernambucana em busca de apoio político, junto a sindicatos, no parlamento, em meio a intelectuais, estudantes. Dessa forma as Ligas Camponesas foram ganhando estrutura orgânica, conselhos setoriais, divisão de responsabilidades, com o apoio de intelectuais, tendo destacada importância Clodomir Moraes, então militante do PCB, mas, à época, deputado estadual pela legenda do PTB, além de Francisco Julião. Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) também encontraram apoio de outros parlamentares, como o então deputado estadual Miguel Arraes de Alencar (PSB). A luta passou a ser jurídica e política e a dimensão que ela tomou fez a história daqueles trabalhadores se transformar em um referencial do caminho a ser seguido pelos camponeses Brasil afora.

A repercussão chega ao âmbito nacional, tirando os trabalhadores rurais do esquecimento e dando-lhes destaque político, tendo como veículo principal o jornal Correio da Manhã, desde que o jornalista Antonio Callado fez algumas reportagens sobre o Nordeste, em meio à seca e a tentativas de se pensar soluções para a região. Este jornalista teve a oportunidade de conhecer o Engenho Galileia e a realidade daqueles camponeses, o que rendeu excelente material jornalístico e documental e um espaço significativo nas páginas do Correio para Francisco Julião e as Ligas, durante os últimos anos de 1950 até aqueles primeiros anos da década de 1960, muitas vezes convocando as autoridades a perceber a justa causa dos camponeses e, em outras, criticando qualquer vinculação desses com influências externas, como as referências à Revolução Cubana.

A grande imprensa em Pernambuco revelava um posicionamento claro ao procurar construir uma imagem criminosa sobre as Ligas Camponesas e as demais lutas dos

⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o Homem no Nordeste**. Op. Cit., p. 221.

⁶⁴ BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Op. Cit., p. 20.

trabalhadores. Posicionamento fácil de entender ao saber quem são os empresários por trás dos jornais, a que classe pertencem e servem aqueles veículos de comunicação. O jornalista José Teles, na publicação sobre “*A imprensa às vésperas do golpe*”, analisando os periódicos *Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco*, afirma que “os dois mais importantes matutinos eram rivais apenas comercialmente. Ideologicamente, não havia divergências, ambos praticavam o anticomunismo, em clima de guerra fria, num mundo dividido entre Estados Unidos e União Soviética”.⁶⁵ Francisco Julião, ao falar sobre o *Diario de Pernambuco*, afirma que este veículo passou a denominar, em tom negativo, a SAPP de Ligas Camponesas, e é bem claro quando diz a quem servia o *DP*, “expressava o pensamento da grande burguesia açucareira, dos latifundiários do Estado”.⁶⁶

O fato é que o *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco* interessaram-se pelo caso das Ligas, e passaram a chamar a SAPP de Ligas Camponesas, associando-a às ligas organizadas pelo PCB, nos anos anteriores, vinculando àquela luta a construção de uma imagem e discurso do “perigo comunista”, como é possível verificar nos trabalhos de Montenegro⁶⁷ e Porfírio⁶⁸. De fato, o Partido não deixou de estar presente também naquela Liga, uma vez que José dos Prazeres, experiente comunista, ajudou a orientar a Associação e foi um dos que procurou Julião para defender os camponeses. E não havia problema nisso. O que não parecia correto era a fabricação intencional de uma sensação de perigo, de instabilidade, de descrédito na capacidade de governar daqueles, como João Goulart e Miguel Arraes, a quem grande parcela das classes dominantes se opunha.

Em 1959, durante o governo de Cid Sampaio (PSD), foi aprovada a desapropriação do Engenho Galileia. Porém, a condução do processo resultou em um plano de colonização, elaborado pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC), sob o controle do Governo do Estado, que causou sérios problemas aos trabalhadores daquele e de outros engenhos.⁶⁹ O que entravou a realização da conquista da terra por aqueles camponeses, visto que a direção da CRC, de acordo com Abreu e Lima (2005, p. 55), estava com pessoas “abertamente contrárias à reforma agrária”. Contudo, nada podia diminuir o ânimo novo que a vitória da aprovação da desapropriação havia dado aos trabalhadores, encorajando-os a

⁶⁵ TELES, José. *A imprensa às vésperas do golpe*. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Ed. Massangana, 2004, p. 134.

⁶⁶ Entrevista concedida à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. FUNDAJ/CEHIBRA.

⁶⁷ Cf. MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, Metodologia, memória*. São Paulo: Contexto: 2010. Recife: Ed. UFPE, 2009.

⁶⁸ Cf. PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Ed. UFPE, 2009.

⁶⁹ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o Homem no Nordeste*. Op. Cit.

enfrentarem os obstáculos, muitas vezes ameaçados de perder a própria vida, para ingressar de vez em um processo de luta organizada em Ligas e sindicatos rurais.

2.8. Cresce a luta dos trabalhadores. Aumenta a violência no campo

O impacto que causava os trabalhadores rurais estarem organizados e reivindicando direitos, ocupando as vias públicas da Capital pernambucana, e inseridos no cenário político, despertava tanto ou mais interesse e preocupação quanto a discussão sobre a terra, a sagrada propriedade privada. Não tardou para que aquela luta e aqueles lutadores fossem logo acusados de comunistas, agitadores, perturbadores da ordem e passassem a sofrer a ação repressora do Estado, através da polícia e da segurança privada, jagunços, capangas, contratados pelos proprietários da região, que agiam sempre com violência.

O período em que surgiu a Liga Camponesa da Galiléia e, com ela, foram se espalhando outras Ligas Camponesas pela região, foi também o período em que assumiu o Governo de Pernambuco o ex-chefe e fundador da Escola Superior de Guerra (ESG), o general Cordeiro de Farias, cujo mandato foi de 1955 a 1958, período de intensa repressão à luta dos trabalhadores e suas organizações. Já em 1956, foi desbaratada a estrutura clandestina do PCB no Estado; e sobre as Ligas Camponesas e Francisco Julião também se fez sentir o peso da repressão policial. Naquele mesmo ano, uma ação entre o Juiz e a polícia, na cidade de Vitória de Santo Antão, motivou a tentativa de prender Julião, mesmo ele gozando de imunidade parlamentar.⁷⁰

Em 1958, todos os trabalhadores rurais que compunham a direção da SAPPP em Jaboatão dos Guararapes e em São Lourenço da Mata, estavam sendo perseguidos e ameaçados de prisão. O próprio Francisco Julião, como advogado da Associação, impetrava *habeas-corpus* preventivo para os trabalhadores e denunciava a violência por parte das autoridades policiais e do latifundiário.

[...] Impetrar habeas-corpus preventivo ao TJ a favor de José Antonio da Silva, José Evangelista Nepomuceno, João Batista da Silva, Joaquim Camilo de Santana e José Benedito Ferreira, camponeses de Jaboatão, nos engenhos Cova da Onça e Mussaiba e o último de São Lourenço da Mata, engenho Mamucaia, porque estão na iminência de ser presos por ordem do Dr. Álvaro da Costa Lima e dos delegados de polícia dos referidos municípios.

São integrantes da SAPPP, exercendo funções em seus núcleos nos municípios que residem [...].

É natural que atraíam sobre si a cólera dos senhores de terra de mentalidade estreita, intransigentes, inimigos do progresso e insensíveis à miséria do homem do campo

⁷⁰ Cf. JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Op. Cit.

O pior, no entanto, é o apoio ostensivo que aos latifundiários mais truculentos dão as autoridades policiais facilmente influenciáveis, seja pela afinidade de idéias ou pela identificação com objetivos nem sempre confessáveis.⁷¹ [...]

Essa denúncia, embora relate uma situação específica, acaba revelando uma prática comum também vivenciada em outros lugares, ajudando a caracterizar uma realidade opressora, articulada entre o poder público a serviço do privado, reforçando quão antiga é essa prática no campo.

O trabalho de pesquisa com a memória dos camponeses que sofreram violência entre os anos de 1962 a 1985, fez com que Ciocari (2015) concluísse que existiam “complexas imbricações entre as faces da violência sofrida pelos trabalhadores rurais, ora acionadas pelo Estado, por meio de seu aparato repressivo, ora praticadas pelo latifúndio e por seus agentes”.⁷² A autora revela ainda a atuação de policiais, na maioria das vezes, no comando das milícias financiadas pelos latifundiários e usineiros.

Os problemas sofridos pelos trabalhadores eram caso de polícia e não de política social. O espaço nos jornais para eles, na maioria das vezes, era nas páginas policiais, com o trabalhador quase sempre apresentado como criminoso. Sobre isso, temos o exemplo de uma notícia divulgada no jornal *Diario de Pernambuco*, em 05 de setembro de 1957. O título da matéria é: “Trabalhador de campo espancado por um administrador de usina. Após seviciado, foi levado à Delegacia de Polícia, onde foi prêso sob acusação de furto”. O ocorrido foi que Moacir Pereira da Silva, trabalhador do corte da cana da usina Trapiche, em Serinhaém, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, denunciou o administrador da usina, Amaro Lemos, a seus superiores, porque esse estava tratando-o com desrespeito. Depois de denunciá-lo, sofreu um “corretivo”:

Encontrando-se [o administrador] com o cortador de cana em lugar ermo, aplicou-lhe tremenda surra, no que foi ajudado por Benedito. Ainda não satisfeitos, amarraram-no e suspenderam-no a uma árvore, continuando, ainda, a espancá-lo. Finda a surra, ainda amarrado, conduziram-no a Delegacia de Polícia do município, onde foi metido no xadrez, sob acusação de furto.⁷³

Essa notícia, contada como foi na página de um dos principais jornais do Estado, revela como a violência contra o trabalhador rural era naturalizada. Não há questionamento quanto a ausência de punições ao administrador que cometeu as maiores brutalidades contra o trabalhador. O *Diario* não faz uma reflexão quanto ao fato de Moacir, espancado, estar em uma cela e não em um hospital. Enfim, silenciou diante da flagrante injustiça e desumanidade

⁷¹ Memorial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Processo nº. 13570.

⁷² CIOCCARI, Marta. **Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil**. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rúben. *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 154.

⁷³ DP, 05/09/1957, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

e fez a história conhecida, talvez, para que servisse de exemplo. Constatamos, com isso, que havia uma cumplicidade muito grande entre usineiro, ou seu preposto, polícia e imprensa. Eram muitos os inimigos dos trabalhadores rurais.

No ano de 1962, João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, foi assassinado. A violência se espalhava e seguia fazendo vítimas, a medida que se ampliava a organização dos trabalhadores e eram conquistados direitos sociais que implicavam em obrigações trabalhistas para os proprietários. Assim foi com a aprovação do 13º salário, próximo ao fim do ano de 1962. A resistência ao cumprimento da Lei resultou em passeatas e greves pelos trabalhadores e em medidas extremas pelos patrões. Dois casos são emblemáticos, o sequestro e o cárcere privado, em uma usina, a Caxangá, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, que estava mobilizando os trabalhadores e recorrera inclusive à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para tentar garantir que o pagamento do 13º fosse efetivado.⁷⁴

Outro caso, ainda mais violento, foi o assassinato de cinco trabalhadores da Usina Estreliana, em Ribeirão, quando buscavam do usineiro e deputado pelo PTB, José Lopes Siqueira, uma posição sobre o pagamento do 13º, visto que já era janeiro de 1963 e eles ainda não haviam recebido. A resposta do usineiro foi atirar para matar e não pagar àqueles trabalhadores. O usineiro ficou impune e os demais proprietários da região organizaram uma campanha de solidariedade ao homem de bem, José Lopes, com nota no DP⁷⁵ e fizeram da chacina uma denúncia da violência dos trabalhadores rurais e da necessidade de uma maior intervenção repressora do Estado no campo.

2.9. Partidos, Ligas, Igreja: divergências, disputas e a atuação nos sindicatos

Em meio a esse processo de crescimento da violência contra os trabalhadores, surgiram no campo outras forças políticas para atuarem e influírem na direção do movimento organizado, até aquele momento, pelas Ligas Camponesas e o PCB: a Igreja Católica e a heterogeneidade dos grupos que atuavam no campo sob sua orientação, além do Partido Operário Revolucionário - trotskista (POR-t) e o PC do B. E isso gerou dissensões e disputas pela direção da luta.

⁷⁴ Cf. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962 – 1985 – Camponeses Torturados e Desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

⁷⁵ DP, 11/01/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte, realizado em 1961, reuniu mais de mil trabalhadores rurais, em sua maioria delegados ligados ao PCB, que dirigia a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e teve como destaque a atuação das Ligas Camponesas, com um discurso radical que defendia a necessidade urgente em se fazer a Reforma Agrária quer fosse “na lei ou na marra”. Naquele evento ficaram evidentes as diferenças políticas e ideológicas e o choque de interesses entre o PCB e as Ligas Camponesas e, a partir daquele momento, chegava ao fim a parceria firmada, desde 1955, entre as duas organizações.

Em que pese a radicalidade do discurso, observamos, contudo, que a tese defendida pelas Ligas Camponesas naquele Congresso versava sobre uma reforma agrária realizada pelo governo e sob o controle deste. Não havia proposta de expropriação da propriedade privada. Vale destacar que toda ação das Ligas Camponesas, desde o engenho Galileia, era embasada no Código Civil e, neste Congresso, por fim, apesar das divergências, foi possível articular a “Declaração de Belo Horizonte”, aprovada no encerramento do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, que nos permite perceber que a proposta de radicalização para fazer a reforma agrária estava atrelada às ações legais de competência do governo federal, como podemos observar no trecho em destaque:

[...] Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, **principalmente com a desapropriação, pelo governo federal**, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.

[...] Imediata modificação pelo Congresso nacional do Artigo 147 da Constituição Federal em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro” para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando **que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público**, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos. [...] ⁷⁶

As divergências entre as principais forças de atuação no campo, até aquele momento, podiam ser identificadas nas influências que sofriam. As Ligas Camponesas estavam contagiadas pelo exemplo da Revolução Cubana, depois de uma visita à Ilha, feita por alguns de seus dirigentes, quando conheceram a política de reforma agrária que estava sendo praticada. Assim, passaram a questionar a concepção etapista do PCB, e defendiam que a luta pela reforma agrária precisava romper os obstáculos políticos e burocráticos, e que a revolução socialista, no Brasil, poderia ser feita de imediato, sem passar por etapas. Já o PCB entendia que, naquele momento, a luta deveria ser por melhorias nas condições de vida do

⁷⁶ FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 237-238. Grifos nossos.

trabalhador e estas podiam ser conquistadas com o fortalecimento dos sindicatos rurais, não sendo a reforma agrária uma prioridade. Orientando que o processo de luta fosse conduzido sem que inviabilizasse sua articulação para uma aliança com a “burguesia nacional”.

Após o Congresso de Belo Horizonte, as Ligas Camponesas enfrentaram uma grave crise interna que, aos poucos, foi prejudicando sua atuação. Foi quando parte de seus membros - entre eles alguns que ainda eram militantes do PCB, inclusive da direção das Ligas, como Clodomir Moraes, alguns estudantes trotskistas, militantes do PCdoB e da POLOP⁷⁷- decidiram se agrupar e colocar em prática o discurso radical, estimulados pelo ataque dos EUA à Baía dos Porcos, em Cuba, tentando organizar “focos de resistência guerrilheira”,⁷⁸ no centro-oeste do país. Mas, a complexidade do projeto de guerrilha acabou por revelar-se em um retumbante fracasso.

O resultado concreto dessa ineficaz experiência de guerrilha foi a intensificação da disputa interna nas Ligas Camponesas, causando dissensões e o enfraquecimento do seu trabalho no campo. Na tentativa de se restabelecer, as mesmas começaram a organizar sindicatos para tentar ampliar seu campo de influência, que passava a ser disputado também pela Igreja Católica, além do PCB. Mas, a partir de 1963, “perdem a hegemonia do movimento no campo”⁷⁹, embora ainda tentassem organizar ligas urbanas e em outros setores sociais. Porém, tão logo dá-se o golpe de 1964, as Ligas Camponesas são sufocadas.

O PCB também enfrentava rejeição interna à sua orientação moderada, de alianças para a concretização do governo democrático-burguês, resultando na saída de militantes que acabaram fundando o PCdoB⁸⁰ que, por sua vez, defendia uma linha de atuação mais influenciada pela Revolução Chinesa e o Maoísmo. O PC do B teve influência na atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jabotão, após conturbada disputa por sua direção com a Igreja Católica, tendo à frente, o padre Crespo, responsável pela paróquia da cidade.

O PCB seguiu fazendo o trabalho de organização dos sindicatos rurais, com destaque para o trabalho junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, surgido a partir da criação da primeira Liga Camponesa, depois da experiência no engenho Galiléia, na cidade de Água Preta, vizinha a Palmares. Devido a sua importância para a economia da região, Palmares era onde funcionava a sede do Sindicato que representava vinte e uma cidades, na Zona da Mata Sul do Estado.

⁷⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 33.

⁷⁸ MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Op. Cit., p. 39.

⁷⁹ AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 78.

⁸⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit.

Além das dificuldades enfrentadas pelas Ligas Camponesas e o PCB, surgiu no movimento sindical no campo, a Igreja Católica. Seu propósito era se contrapor à influência das Ligas Camponesas e do PCB junto aos trabalhadores rurais, oferecendo uma linha política mais moderada, de conciliação, ante a proposta de reforma agrária das Ligas Camponesas e da ideologia comunista.⁸¹ Aparecendo como a “vertente mais límpida e fiel aos valores da Igreja Católica”,⁸² fazendo um contraponto à radicalização dos discursos e das ações, criou o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), em 1961, e começou a organizar sindicatos na Zona da Mata e no Agreste, com destacada atuação dos padres Ennes Paulo Crespo e Antonio Melo. A partir do trabalho da Igreja nos sindicatos, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP), em 1962, com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho no mesmo ano. A atuação da Federação e do SORPE contribuiu, sobremaneira, para as disputas na direção do movimento sindical no campo, bem como, se esforçou para “garantir a paz e o desenvolvimento no campo”, pois assim estariam garantidos “os propósitos da dita ‘Revolução’ de março de 1964”.⁸³

Contudo, vale ressaltar, a Igreja Católica não era um grupo coeso em sua atuação no campo. Havia uma dissidência interna também na Igreja e uma ala mais progressista criou a Ação Popular (AP), procurando influenciar em alguns sindicatos, na Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) criada pelo Governo Federal para estimular a fundação de sindicatos, na CONTAG,⁸⁴ além de cultivar uma articulação com as Ligas Camponesas e o PCB.⁸⁵

Além destas organizações, oriundo de São Paulo e sob influência do trotskismo, surge na Mata Norte de Pernambuco o Partido Operário Revolucionário – trotskista (POR-t), com uma proposta de radicalização da luta de classes para a eclosão imediata da revolução socialista, fazendo oposição frontal ao que considerava populismo, reformismo e criticando as ações moderadas das demais organizações.⁸⁶

⁸¹ Idem.

⁸² MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Conciliação versus radicalização**: o SORPE e as demais organizações católicas presentes na zona canavieira de Pernambuco por volta de 1963. *Gênero & História* (UFPE), v. X, n. 10, p. 110-138, 2015, p. 118.

⁸³ MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Conciliação versus radicalização**. Op. Cit., p. 118.

⁸⁴ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criada em dezembro de 1963.

⁸⁵ Cf. SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil**: Da JUC ao Racha de 1968. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2015.

⁸⁶ Cf. SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise (1955-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982 & GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias**: o trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária, 2013.

A atuação dessas diferentes organizações políticas junto aos trabalhadores e seus sindicatos rurais se distinguiu de acordo com suas ideologias e seus propósitos políticos. As Ligas Camponesas só começaram a dar atenção à organização de sindicatos a partir de 1963, até então, prevalecia seu trabalho junto a uma parcela dos trabalhadores em defesa da reforma agrária e apontando o caminho para a transformação radical da sociedade, inspirada na Revolução sem etapas conquistada em Cuba. Sua orientação para o trabalho consistia em organizar Delegacias das Ligas Camponesas, em cada localidade onde tinha trabalhadores sob sua influência, com delegados escolhidos para compor uma diretoria e atuar de acordo com a orientação centralizada pela direção que ficava em Recife. A escolha do nome Delegacia tem uma função pedagógica, “é uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra Delegacia – a da polícia.”⁸⁷ Esta definição também pode ser observada em sindicatos rurais, sob influência do PCB ou da Igreja. Não à toa, Francisco Julião reivindicava a maternidade das Ligas Camponesas na criação dos sindicatos rurais, como ficou claro no Manifesto “Bença, mãe!”⁸⁸, lançado em um momento em que vinha a tona o debate sobre a importância de se organizar sindicatos ou Ligas Camponesas.

Sobre esse debate, para tentar entendê-lo melhor, contamos com a contribuição de Fernando Barbosa - à época um jovem estudante residente de Medicina, militante do PCB e dedicado ao trabalho no campo, que atuou nas Ligas Camponesas mas, em especial, ajudou a organizar a Cooperativa de Tiriri - ao nos conceder uma entrevista, tratando desse momento de crise entre Ligas e PCB, referindo-se a essa cisão e disputa pela ótica do que era principal, se Ligas ou sindicato.

Todos eram militantes, uns do Partido Comunista e outros do Partido Socialista. Como havia uma aliança do PSB com o PCB, do Partidão com o Partido Socialista, não havia nenhum problema não. O problema surgiu depois. Porque o movimento cresceu, cresceu também a política de esquerda no Estado de Pernambuco [...]. Mas quando já vinha começando a virada com a eleição de Arraes para governo de Pernambuco, nós percebemos que a grande saída seria o sindicato rural. E não mais as ligas camponesas. Aí que o movimento acelerou. Era transformar Ligas Camponesas em sindicato rural. Mas, que criou um problema muito sério entre os dois partidos [...].⁸⁹

Destacamos dessa fala a afirmação de Fernando Barbosa de que o PCB percebe que “a grande saída” era o trabalho junto aos sindicatos. “E não mais nas Ligas Camponesas.” Pois, tal afirmação, contribui para deixar mais claro que o PCB, durante um determinado período, realizou um trabalho dentro das Ligas Camponesas, com os rendeiros, os posseiros, parceiros, que lutavam pelo direito à terra. Em fins da década de 1950 é que o Partido

⁸⁷ AZEVÉDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Op. Cit., p 75.

⁸⁸ Cf. JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Op. Cit.

⁸⁹ Entrevista concedida à autora por Fernando Barbosa, na cidade de Recife-PE, em 01 de dezembro de 2014.

percebe e muda o foco do trabalho, passando a organizar, aproveitando-se do trabalho nas Ligas, sindicatos rurais, como narra Fernando Barbosa, em outro momento, “você tinha que tá na Liga. À medida que você conscientizava o líder ou o grupo de pessoas que tinha certa liderança, você começava a botar a ideia de sindicato na cabeça deles. E foi isto que aconteceu.”⁹⁰

Na orientação para o trabalho de organização dos sindicatos, por parte do PCB e da Igreja Católica, havia algumas semelhanças, ressaltando as particularidades de cada organização. Entre elas a centralização e a preocupação com a formação política e ideológica daqueles que assumiriam função de direção no trabalho sindical. A Igreja escolhia entre os membros mais comprometidos com seu trabalho na paróquia local ou transferia alguém de outro lugar para assumir a função. O PCB preocupava-se em formar os trabalhadores durante o processo da luta no campo. Ademais, ambas as forças políticas não tinham interesse, naquele momento, em uma ruptura radical das estruturas da sociedade.

O PCdoB seguia uma lógica centralizadora e também se preocupava com a formação política das direções de sindicatos, porém, defendia a transformação radical da sociedade, conquistada por uma revolução nos moldes chineses. O POR-t aproximava-se das Ligas Camponesas na defesa da reforma agrária radical, mas ia além, ao propor expropriação sem indenização, defendendo, também, a luta armada naquele imediato, para fazer a revolução socialista. Quanto ao trabalho do sindicato, fazia duras críticas ao formato de direção vertical, considerando que estes eram burocráticos e corrompidos pelos proprietários. Defendia como alternativa a esse formato de sindicato os Conselhos de engenhos, em que núcleos eram criados entre os próprios trabalhadores do lugar e eles conduziam as reivindicações e as lutas a serem travadas.⁹¹

Entretanto, o que podemos observar com as pesquisas, é que na base desse movimento, junto aos trabalhadores rurais, a atuação das Ligas Camponesas e do Sindicato só tinha a somar para a defesa dos seus direitos, antes inexistentes, e estes trabalhadores passam a ter os dois como referência de luta e organização. O trabalhador só passa a questionar sua direção e a não apoiá-la, quando esta parece não estar cumprindo com seu papel principal: defendê-lo.

Tanto é assim que, na mesma região em que atuava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros Rio Formoso e Serinhaém como veremos mais adiante, havia, em fins dos

⁹⁰ BARBOSA, Fernando. **Situação de saúde dos trabalhadores na zona canvieira de Pernambuco em 1963.** Gênero & História (UFPE), v. X, n. 10, p. 155-170, 2015, p. 158-159.

⁹¹ Cf. GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias.** Op. Cit., p. 83.

anos de 1950, Ligas Camponesas em Rio Formoso que, segundo Clodomir Moraes, em 1958 tinha mais de trinta mil associados;⁹²e, segundo Joseph Page, havia também a Liga de Serinhaém.⁹³ Ficando Barreiros, sede do Sindicato, apenas com a presença deste. Nesse período, não há registros de atritos entre as Ligas e o Sindicato, até o momento de ruptura entre Ligas e PCB, e cisões na direção da própria Liga Camponesa, cujos desdobramentos foram fortemente sentidos nas bases daquela entidade de classe.⁹⁴

2.10. O primeiro Governo de Miguel Arraes e a atenção ao campo

Em meio a esse cenário, Miguel Arraes de Alencar é eleito Governador de Pernambuco, depois de enfrentar dura campanha contra o udenista João Cleófas. Ao assumir o Executivo, em 31 de janeiro de 1963, já sabia da urgência em dar atenção especial ao campo, ante o crescimento das mobilizações e o recrudescimento da violência, com o aumento das perseguições, ameaças e até assassinatos de trabalhadores rurais por cobrarem dos patrões o pagamento do 13º salário, direito sancionado pelo presidente João Goulart, em 1962, após importantes lutas e greves feitas pelos trabalhadores urbanos em diferentes ocasiões.

A exclusão política e a ausência de direitos que por tanto tempo afetou a vida do trabalhador rural, começava a mudar na medida em que crescia sua organização coletiva e a sua participação na luta reivindicatória. E a conquista do 13º salário, para quem, até pouco tempo, nem recebia o equivalente a um salário mínimo por mês, deveria causar um efeito mobilizador de grande impacto para o patronato, que estava acostumado a ser ele a própria lei. E é neste momento de efervescência no campo que Miguel Arraes assume a direção do poder Executivo estadual.

O encaminhamento feito por Miguel Arraes para resolver os problemas, deixava claro uma nova concepção política de governar. Arraes decidiu fazer cumprir as leis trabalhistas no campo, aplicar o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em março daquele mesmo ano, negociando e regulamentando direitos que até então não atingiam ao trabalhador rural. Leis aprovadas pelo presidente Goulart, que trariam benefícios e garantias de direitos para esses trabalhadores, como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a Regulamentação da Sindicalização Rural, não seriam letra morta em Pernambuco.

⁹² MORAIS, Clodomir Santos. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Op. Cit.

⁹³ PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

⁹⁴ Detalharemos essa questão no segundo capítulo desta dissertação.

Para isso, fortaleceu a Secretaria Assistente, buscando garantir um canal de entendimento entre as entidades sindicais e o patronato, tentando dirimir os problemas no campo. A Secretaria Assistente tinha sido criada durante a gestão anterior, de Cid Sampaio⁹⁵, mas ainda não havia assumido a função a que se propunha. O novo Governador objetivava, também, com a atuação da Secretaria Assistente, que os problemas agrários não fossem tratados, como de costume, pela Secretaria de Segurança Pública, como caso de polícia. A intenção era fazer da polícia uma parceira da Secretaria Assistente⁹⁶ na fiscalização da aplicação da legislação trabalhista no campo. Essa reorientação deixou a oligarquia agrária e agroindustrial muito insatisfeita e a oposição ao Governo Arraes mais determinada.

O jornalista Antonio Callado, entusiasta da “marcha redentora” de Arraes, ao observar a nova ordem no Estado, publicou “*Tempo de Arraes: a revolução sem violência*”, e deu ênfase a nova orientação dada à polícia que, segundo ele, “é hoje uma Polícia de verdade, uma Polícia de vigilância e não de repressão. Não baixa o pau, quando usineiro chama, e é isso que dá uma nostalgia profunda aos que contavam com a Polícia como um dócil leão-de-chácara”⁹⁷.

Nas lutas que se desenvolveram, durante o primeiro semestre de 1963, foi possível identificar a atuação da polícia de acordo com as novas regras do Executivo estadual. Trabalhando apenas quando requisitada, acompanhando uma passeata ou atividades grevistas, de acordo com Abreu e Lima (2005), “assumindo uma postura que não fosse subserviente aos interesses dos proprietários”. Mas, havia muita resistência na própria polícia, por ideologia ou por interesses econômicos, ou os dois, em mudar sua concepção conservadora e repressiva, encontrando apoio nas classes dominantes para não acatar as mudanças. Apesar dos investimentos do governo em melhorias salariais, melhores condições de trabalho, houve muita resistência em adotar uma nova conduta policial.⁹⁸

Não obstante, a violência por parte dos proprietários contra os trabalhadores não cessava. Além da chacina na usina Estreliana, outras mortes foram registradas, como na usina Santo André, em Rio Formoso, na usina Caxangá, em Ribeirão, no engenho Oriente, em Itambé e outros engenhos em Vitória de Santo Antão e Cabo. Nesses casos, prevaleceu a

⁹⁵ Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 55.

⁹⁶ Cf. BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco** (1963-1964). Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.

⁹⁷ CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 49.

⁹⁸ Cf. BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco** (1963-1964). Op. Cit.

impunidade.⁹⁹ E o Governador foi acusado de ser responsável pela violência no campo, que estava desprotegido e desguarnecido do aparato policial.

Apesar de toda tensão no campo, a disposição do Governador Arraes em promover o diálogo para definir a aplicação da legislação levou à mesa de negociação, trabalhadores e patrões, através de suas representações sindicais. Até então, as regras de produção e a jornada diária de trabalho eram definidas pelo patrão ou seu preposto, e essa era uma das principais causas de reclamação dos trabalhadores, pois o nível de exploração era altíssimo.

Amaro Biá, do município de Barreiros, começou a trabalhar quase adolescente, no início dos anos de 1950, no plantio da cana, depois labutou no corte e, já adulto, no transporte, ora como cambiteiro, ora como responsável para carregar o caminhão com a produção do dia. Esteve neste trabalho até a segunda metade da década de 1960. Em seu relato, dá ênfase às horas trabalhadas, de como era um

Trabalho árduo, penoso, que exigia muito esforço para fazer a tarefa e a gente trabalhava 18 horas por dia, no trabalho do caminhão. No cambito era doze horas. No corte de cana, como era por tarefa, aí a gente trabalhava apenas oito horas. Eu comecei trabalhando oito horas, depois fui pra o cambito fui para doze, quando fui pra o caminhão, foi 18, era 18 horas.¹⁰⁰

A experiência compartilhada por Amaro Biá possibilita dimensionarmos como era a vida do trabalhador sem que houvesse a regulamentação do trabalho no campo. A jornada diária era extenuante e o salário era definido pelo patrão. Contribuindo, também, para compreendermos a importância da negociação para a definição de uma tabela de tarefas para normatizar o trabalho na zona canavieira.

Na mesa de negociação sentaram, além do Governador Miguel Arraes, o Delegado Regional do Trabalho e a representação da Secretaria Assistente, os representantes dos trabalhadores e do patronato. Na medida em que tentavam negociar e as dificuldades se apresentavam, ficava perceptível quão difícil era aquela relação no dia a dia, conforme descreve Barros,

As discussões em torno da tabela desmascaravam a exploração sofrida pela classe trabalhadora. De um lado, os proprietários tentavam incluir o máximo de tarefas para o pagamento da diária; de outro, os trabalhadores, pela primeira vez, passavam a questionar os quantitativos estabelecidos. Diante de atividades exercidas em

⁹⁹ No caso do Engenho Oriente, em Itambé, o governador indicou um promotor para acompanhar o caso, mas após o Golpe de 1964, o promotor foi perseguido e o acusado, inocentado. Ver: GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias**. Op. Cit.

¹⁰⁰ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

condições variadas e com interesses conflitantes em jogo, chegar a um ponto de vista comum não aconteceria facilmente.¹⁰¹

Como se não bastasse tantas dificuldades para o Governo negociar, quando se conseguiu aprovar uma proposta de tabela de tarefas a classe patronal decidiu aplicar a proposta de acordo com o seu entendimento, o que desagradou os trabalhadores, causando muita revolta. O patronato ainda aproveitou para criar animosidade entre trabalhadores e seus sindicatos.

O resultado disso foi a eclosão de muitas greves, organizadas pela própria base de alguns sindicatos, cujas direções passavam a ser questionadas, como foi o caso do Sindicato de Barreiros e da Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, acusada de concordar com a tabela do patrão. Essa situação aumentou a tensão no campo e trouxe mais problemas e desgaste para o Governador administrar. Arraes passou a sofrer forte pressão da oposição, que o responsabilizava pelas tensões e conflitos, acusando-o de acobertar os trabalhadores e impedir a polícia de levar a ordem para o campo.¹⁰²

O Governador também precisou agir na polêmica instalada no Sindicato de Jaboatão, entre a Igreja Católica, tendo a frente o Padre Crespo, o PCB e o PCdoB, que disputavam o controle da direção do Sindicato. Ao mesmo tempo em que era investigada a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em uma ação para desestabilizar e derrubar os governos de Miguel Arraes e João Goulart, uma CPI apurava denúncias encaminhadas também por Arraes, de financiamento de campanha eleitoral em oposição ao Governador e uma forte campanha na imprensa para formar a opinião pública sob um olhar acusador contra o governo.

Diante das tensões no campo, algumas lideranças camponesas e militantes trotskistas foram presos durante o primeiro Governo de Miguel Arraes, enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN),¹⁰³ instrumento criado pela Doutrina de Segurança Nacional, uma formulação ideológica da política de Guerra Fria.¹⁰⁴ Essas prisões políticas resultaram em duras críticas de parte das esquerdas a Miguel Arraes, dificultando ainda mais a situação

¹⁰¹ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Op. Cit., p. 166.

¹⁰² DP, 05/10/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁰³ A Lei 1.802/1953 foi criada com a denominação de *Lei de Segurança do Estado*, a partir de 1967, ela foi reformulada e passou a denominar-se *Lei de Segurança Nacional*. Contudo, mesmo antes da reformulação os agentes do Estado já se referiam e enquadravam os presos políticos incursos na *Lei de Segurança do Estado*, referindo-se a mesma como *Lei de Segurança Nacional*.

¹⁰⁴ Cf. PADRÓS, Enrique Serra. **Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *et all. O Século XX – O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

daquele governo democrático e ajudando no desgaste da imagem do governador, que era alvo de uma oposição disposta a por em prática seu projeto conservador para o estado e o país.

Ao mesmo tempo em que tentava fazer cumprir a legislação trabalhista, o Governo também precisava mediar conflitos de classe, além das tensões criadas pelas disputas entre as forças políticas no campo. Sem contar com a pesada e persistente campanha da oposição contra seu Governo, que sempre reverberava na imprensa de circulação diária no Estado. A atenção ao campo resultou em muita tensão para o governador Miguel Arraes. Parecia ser um vespeiro assanhado.

2.11. Marco histórico do primeiro Governo Arraes: a conquista do Acordo do Campo

Mas o momento não era de recuo, era de avanço. Assim, o movimento sindical lançou uma campanha pelo aumento de 80% do salário no campo. Esta campanha repercutiu no campo e, apesar das divergências e disputas, as organizações políticas e os sindicatos conseguiram organizar um Comando Unificado de luta e um novo momento começou a ser construído entre os trabalhadores e seus órgãos de classe. Aparadas as arestas, apesar das diferentes visões políticas e ideológicas, começava a ser desenhada uma unidade sindical. Tal feito rendeu uma campanha forte, com um leque de reivindicações importantes e uma impressionante capacidade de mobilização, chegando-se a organizar a histórica greve geral no campo, em que duzentos mil trabalhadores rurais cruzaram os braços. Os patrões partiram para o uso da violência, mais uma vez, assassinando dois delegados sindicais. Mas a luta não arrefeceu.

O resultado dessa luta foi a aprovação do Acordo do Campo, uma conquista de profundo significado na vida do trabalhador rural da zona canavieira de Pernambuco, definida por Christine Dabat, como

O momento mais importante para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco foi, sem dúvida, o Acordo do Campo, que garantiu não só um nível salarial convencionado, com base no salário mínimo, mas sobretudo estabeleceu a Tabela de Tarefas.¹⁰⁵

O Governador mediou toda a negociação, e aos patrões foi concedido, mais uma vez, reajuste no preço do açúcar. O que significava que o Estado continuava assumindo um ônus que seria encargo das classes dominantes. Ainda assim, a experiência também deve ter marcado o patronato, com a certeza de que aquele caminho de lutas e conquistas precisava ser contido.

¹⁰⁵ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 116.

Provavelmente, o campo não seria o mesmo depois daquela experiência que resultou no despertar dos trabalhadores, pois estes não aceitariam mais ter seus direitos descumpridos e haviam aprendido com o exemplo pedagógico da luta coletiva e organizada, luta esta que contribuíra para a construção de uma unidade entre os trabalhadores e os desdobramentos de um processo que fez despertar a consciência de classe. Como definiu Edward Thompson, este despertar tem relação com a luta de classes,

O que se evidencia não são apenas os interesses comuns no interior de uma classe, mas interesses comuns contra outra classe. E esse processo de definição não é apenas uma série de explosões espontâneas em um ponto da produção (considerando que isso é uma parte importante); trata-se de um processo complexo, contraditório, sempre mutável e nunca estático em nossa vida política e cultural, no qual a agência humana está implicada em cada nível.¹⁰⁶

Mudanças significativas começaram a ser percebidas na vida dos trabalhadores. Eram conquistas respaldadas em uma legislação trabalhista, que tinha um espaço para resolver seus litígios, com a criação, em Pernambuco, da Junta de Conciliação e Julgamento, em 1962.¹⁰⁷ Ainda que as decisões nesse espaço nem sempre fossem favoráveis aos trabalhadores, apesar da legislação, sem dúvida, era mais um espaço de luta, de esperança em obter respeito, reconhecimento e cumprimento de seus direitos.

Mas, tudo isso alimentava ainda mais a resistência às mudanças sociais por parte das classes dominantes. Estas, em uma orquestração mais ampla do que só no Estado de Pernambuco, estavam dispostas a fazer de tudo para continuar garantindo seus lucros exorbitantes, manter a propriedade privada inatingível, a manutenção do controle social e de um governo que atendesse a seus interesses. Para isso, intensificavam a campanha para desestabilizar o Governo Arraes e o Presidente Goulart.

De acordo com Fernando Coelho,

A ameaça de ‘cubanização’ do Brasil – forjada através do controle da mídia e com larga exploração do que tentava fazer acreditar estaria ocorrendo em Pernambuco – constituía o principal argumento para estimular a intervenção dos Estados Unidos, demover as resistências dos setores legalistas das Forças Armadas e unir as correntes heterogêneas que iriam deflagrar o golpe de Estado.¹⁰⁸

1964 chegou para Pernambuco com ocupações de terras, greves e campanha salarial. O clima era de muita tensão e acirramento da luta de classes. O Governo insiste na concretização de seu projeto democrático. Mas, em 1º de abril de 1964, quando dava

¹⁰⁶ THOMPSON, Edward P. **Revolution again! Or shut your ears and run.** New Left, Review, nº 6, London, nov-dec 1960. Apud: MATTOS, Marcelo Badaró de. **A formação da classe operária inglesa: história e intervenção.** Trabalho Necessário, v. 12, p. 1-24, 2014, p. 33.

¹⁰⁷ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho.** Op. Cit., p. 787.

¹⁰⁸ COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco.** Recife: Bagaço, 2004, p. 103.

expediente no Palácio do Governo, Arraes é preso pelos militares, ao se recusar a entregar o mandato que o povo lhe outorgou. A essa altura, tropas do IV Exército cercavam o Palácio e as ruas da Capital pernambucana e do Brasil. No campo, tentativas de resistência como a de Gregório Bezerra junto com os camponeses de Palmares,¹⁰⁹ não encontraram apoio material. Não havia armas para os trabalhadores resistirem ao golpe, porque esses não estavam lutando em armas para fazer uma revolução, como acusavam os que queriam impingir uma imagem radical ao movimento. A arma daqueles trabalhadores era a consciência que haviam adquirido e a coragem de não mais aceitarem se submeter à exploração como último recurso que lhes restava. E essas eram armas muito poderosas e temidas pelas classes dominantes.

O populismo entrou em colapso. Manifestou-se o que Weffort (1980) definiu como resultado da “democracia populista”, quando essa maior participação política das classes trabalhadoras pode despertar outros interesses e perspectivas de lutas e conquistas, não desejadas pela burguesia. O que levaria à intranquilidade, evidenciando a incapacidade e o desinteresse do Estado em atender essas demandas, intensificando o clima de instabilidade e acirrando a luta de classes.

Como solução para a burguesia, um golpe de Estado era mais uma vez articulado. Mas, agora, as condições políticas e militares estavam afinadas. Como afirma Jacob Gorender, uma articulação objetivava “a cessação do controle já ineficiente das classes subalternas por meio da ideologia consensual do populismo e sua substituição pelo controle coercitivo extremado”.¹¹⁰

E esse controle era tarefa das Forças Armadas brasileiras, “órgão coercitivo supremo do Estado burguês”,¹¹¹ que articulou a desestabilização do governo Goulart, segundo Maria Helena Moreira Alves, em uma ação política orquestrada com o governo dos EUA, multinacionais e o capital brasileiro associado-dependente, tendo como base a ideologia da segurança nacional difundida pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sob a coordenação da Escola Superior de Guerra (ESG).¹¹²

Sob o “pretexto” de “perigo comunista, interferência na hierarquia militar e caos, desordem e instabilidade”, consolidou-se a ação golpista. Desta forma, o alto oficialato das Forças Armadas articulou, com uma parcela significativa das classes dominantes, e executou

¹⁰⁹ Cf. BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹¹⁰ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p. 52.

¹¹¹ Idem.

¹¹² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

o golpe militar em 1º de abril de 1964, derrubando o Governo João Goulart e impondo ao Brasil uma ditadura militar que se estendeu durante 21 duros e longos anos. A Guerra Fria tomava forma de ditadura e o “terror de Estado”.¹¹³

2.12. Um golpe contra a luta dos trabalhadores

Em 1º de abril de 1964, a violência virou marca do Estado, foi institucionalizada com um golpe contra a democracia que ia sendo conquistada, contra a liberdade e a luta dos trabalhadores. E essa violência tinha alvo: todo aquele que ousasse interferir na estrutura que se consolidava. Formou-se inteiramente um Estado voltado para atender aos interesses do empresariado, dos militares e da oligarquia agrária, com uma economia totalmente aberta para o mercado externo, principalmente para os EUA, maior interessado e patrocinador do golpe contra o Brasil.¹¹⁴ Aos trabalhadores, era oferecido o arrocho salarial, a perda de direitos e muita repressão.

A burguesia urbana, a nova classe dominante capitalista, temendo as mobilizações da classe trabalhadora e sem capacidade ou interesse em levar adiante as transformações políticas correspondentes [...] alia-se à classe dominante tradicional para levar adiante uma transformação econômica em direção à generalização do capitalismo, mas em que os interesses dos antigos setores dominantes sejam em alguma medida preservados.¹¹⁵

O Brasil passou a ser governado por decreto. Atos Institucionais alteravam a Constituição e a história recente da República. Cassações de autoridades, de partidos políticos, eleição indireta em todos os âmbitos. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elegera um “inimigo interno” e a Lei de Segurança Nacional (LSN) com seu poder inquisidor, ia regulamentando como se devia agir com ele. Quando apenas a prisão não bastava, a sanha violenta dos agentes do Estado e das milícias fazia suas vítimas.

Em uma entrevista concedida ao jornal *Pasquim*, em 1979, Francisco Julião denunciava que as Ligas Camponesas foram as primeiras atingidas pelo golpe, postas na ilegalidade, seus militantes foram duramente perseguidos, presos e muitos assassinados, como

¹¹³ PADRÓS, Enrique Serra. **Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar**. In: REIS FILHO, Daniel A. *et al.* *O Século XX*. Op. Cit, p. 153.

¹¹⁴ Cf. FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹¹⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. **Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar**. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (org). *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 176.

“Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi pendurado numa árvore e queimado com gasolina pelos grandes latifundiários da região”.¹¹⁶

São muitos os exemplos tristes, como esse, para contar. O presidente da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão, Albertino José da Silva, foi assassinado no primeiro mês de ditadura. Assim como ele, milhares de trabalhadores rurais seriam assassinados no campo naquele período. De acordo com uma recente pesquisa realizada pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), do Governo Federal, 1196 pessoas, entre camponeses e outros ativos apoiadores da luta no campo, entre os anos de 1961 e 1985, foram assassinadas ou desaparecidas.

Embora o Brasil tenha criado uma Comissão Nacional da Verdade, demonstrando vontade em fazer vir à tona essa história por tanto tempo obscurecida, ainda existem sérios impedimentos, no campo da legislação, ou de como ela é interpretada, e no campo da política, para que a vontade seja transformada em disposição concreta, para que se faça justiça. No caso dessas 1196 pessoas, por exemplo, a maioria absoluta, 97,6%.¹¹⁷ está fora da Justiça de Transição¹¹⁸, sem que o Estado possa reconhecer e assumir a responsabilidade dos crimes cometidos. Pois, como foram praticados por milícias, embora com a participação e conivência da polícia e do próprio Exército, a comprovação da responsabilidade fica prejudicada.

Mas, apesar da ditadura, os trabalhadores do campo e da cidade foram encontrando mecanismos de resistência. A experiência daqueles primeiros anos da década de 1960, antes de ser instalado o Estado repressor, que tanto contribuiu para despertar a consciência de classe dos trabalhadores, deixaria suas marcas e ajudaria a tocar a vida para frente, sem perder a esperança e a vontade de lutar.

¹¹⁶ Apud: CIOCCARI, Marta. **Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil**. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén. *Trabalhadores e ditaduras*. Op. Cit., 157.

¹¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar**. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (org). *Trabalhadores e ditadura: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 173.

¹¹⁸ Cf. VIANA, Gilney. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. Brasília: SDH, 2013.

2.13. Interpretações sobre o golpe e a ditadura: para além de nomenclaturas

Ao criticar as dificuldades de parte da historiografia em identificar como terrorismo de Estado os crimes praticados pela ditadura brasileira, Enrique Padrós¹¹⁹ observou que o “silêncio e a relativização” corroboram para interpretações que defendem o caráter excepcional da ditadura brasileira, a ponto de analisá-la como tendo sido uma “ditabranda”¹²⁰. As dificuldades em se nomear, com clareza, os autores do golpe pode levar a uma relativização das responsabilidades com o arbítrio, bem como, tratar os cinco generais ditadores como “presidentes” pode atenuar o significado violento do que foi a ditadura. Portanto, não é apenas uma questão de nomenclatura o caráter que se dá ao golpe e a ditadura. Essa definição está diretamente relacionada ao uso político e ideológico que se faz da História.

Ainda em 2004, Caio Navarro de Toledo chamava a atenção para interpretações que começavam a ser difundidas sobre o golpe, criticando o que entendia como um revisionismo que tentava relativizar as responsabilidades e os motivos que levaram àquela ação violenta.¹²¹ A contundente e direta crítica de Toledo estava em se apresentar interpretações sem análises empíricas, falaciosas, e que acabavam servindo às justificativas dos militares de que defenderam a democracia. Ele também observou que esse esforço revisionista estava acontecendo no momento em que se enfraquecia, na imprensa, o discurso de exaltação ao golpe ou a “revolução redentora”, quando na passagem daqueles 40 anos.

Lembramos também, que era o início de um movimento de pressão junto ao Governo Federal, em função de uma demanda de familiares de vítimas da ditadura e de movimentos sociais, para que o Brasil se empenhasse em revelar aquele período da sua história, abrindo os arquivos militares, os arquivos da repressão e que se fizesse justiça. Essa era uma reivindicação carregada de delicadeza, uma vez que o país, até então, com um esforço empenhado dos militares para isso, tratava aqueles 21 anos como um passado esquecido, superado. Talvez, a partir desse momento, interessasse a alguns, temerosos em provocar qualquer incômodo, a relativização das responsabilidades entre os verdadeiros golpistas e a sociedade, os civis, em geral.

¹¹⁹ Cf. PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado**: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs). *Entre a Memória e o Esquecimento*: Estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

¹²⁰ O jornal *Folha de São Paulo* de 17/02/09, em uma comparação com a ditadura na Argentina, defendeu que a ditadura brasileira tinha sido “menos violenta”, uma “ditabranda”.

¹²¹ Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **1964**: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, n° 19, 2004.

O fato é que Toledo percebeu, na produção acadêmica de alguns historiadores¹²² um esforço em defender que as esquerdas no pré-golpe não tinham compromisso com a democracia, o que os coloca em consonância com os defensores do golpe que procuram justificar a “revolução redentora” como necessária à defesa do Brasil contra o “perigo comunista”, a “cubanização”, configurando o que foi o golpe como uma ação defensiva, um contragolpe. De acordo com ele,

Na visão destes acadêmicos, na conjuntura de 1964, todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o golpismo: militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado.¹²³

Por exemplo, para Ferreira e Gomes, a reforma agrária não foi aprovada no Congresso por conta da radicalização do PTB. A intransigência do PTB estava em não aceitar outro modelo senão o da reforma agrária sem indenização, em terras produtivas e improdutivas. O que, segundo estes autores, inviabilizou o apoio do PSD para aprovação do projeto de Goulart no Congresso Nacional, “Dessa forma, ficava muito claro que o objetivo do PTB não era conseguir a aprovação do projeto, mas mostrar a opinião pública que o Congresso Nacional era “realmente reacionário”.¹²⁴ Ou seja, de acordo com essa análise, o que o PTB (as esquerdas) queria era desgastar o parlamento, logo, desgastar a democracia.

Para esses historiadores, a conspiração da direita para o golpe começou como uma reação à revolta dos sargentos, em setembro de 1963. Atribuindo à radicalidade do movimento e ao apoio das esquerdas, como o PCB e as Ligas Camponesas em seus respectivos jornais, os consequentes problemas enfrentados por Goulart e o fortalecimento da direita, pois, segundo eles, a partir desses acontecimentos,

A direita golpista passou a dispor de argumentos sólidos e concretos para levar adiante seus planos contra o governo Goulart. **As ameaças do comunismo, do caos político, da desordem civil e da indisciplina militar deixavam de ser exercícios de imaginação para se transformar em realidade.**¹²⁵

Essa argumentação revisionista também é criticada por Vladimir Safatle, por parecer justificar o golpe dado por uma direita que se sentia ameaçada e, por isso, precisava se

¹²² São eles: Marco Antônio Villa, Jorge Ferreira e Leandro Konder.

¹²³ TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo.** Op. Cit., p. 34.

¹²⁴ FERREIRA, Jorge; GOMES; Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 172.

¹²⁵ Idem, p. 182-183. Grifos nossos.

defender, se prevenir “contra um Estado comunista que estava sendo posto em marcha com a complacência do governo Goulart”.¹²⁶

Observamos ainda que a análise de Ferreira e Gomes parece desconhecer, ou não querer considerar, a composição do Congresso Nacional, do próprio PTB com suas alas divergentes¹²⁷, para atribuir a esse episódio a responsabilidade de ser definidor da inviabilização de um projeto de reforma agrária que tramitava no Congresso desde os idos de 1950.¹²⁸ Também é bastante discutível essa crítica que fazem quanto ao respeito à democracia, atribuindo às propostas de reformas ou, no exemplo, à proposta de reforma agrária das esquerdas, como sendo esse o grande complicador da conjuntura, sem examinar a prática “democrática” de quem se opunha a ela, com o costumeiro uso da violência no campo. Quando, na verdade, eram as classes dominantes que deixavam cada vez mais evidente que não queriam o “alargamento da democracia política no Brasil”, como rebate Toledo.¹²⁹ Não fazer essa reflexão parece um esforço à defesa cega da democracia liberal.

Há ainda, em Ferreira e Gomes (2014), a defesa de que o golpe teve apoio e esse não era trabalhado pelas análises sobre o tema, pois “a partir dos anos 1980, construiu-se uma Memória que isentou a população brasileira de qualquer apoio ao que ocorreu no Brasil antes e a partir de 31 de março de 1964”.¹³⁰ Para corrigir isso os historiadores afirmam que “seria muito difícil não se impressionar com a grande comemoração realizada pela população do Rio e de São Paulo. As fotos sobre esse aspecto são espetaculares.”¹³¹ Como fonte, o autor apresenta as reportagens das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, que noticiaram os acontecimentos no imediato do golpe.

Aqui há dois aspectos que precisam ser apreciados: um deles é a generalização sobre o apoio. Dizer que “a população” apoiou, sem considerar que setores dela, parcelas dos cariocas e paulistas talvez fossem contra, mas talvez, estivessem impedidos de protestar por estarem presos, ou fugindo, ou sendo desaparecidos e seus jornais, os jornais das esquerdas, diferente das revistas utilizadas como fonte, estivessem proibidos, senão destruídos. A outra coisa é que Ferreira e Gomes não problematizam essas fontes, não refletem a quem elas pertencem, qual seu público alvo, que discurso elas vinham afirmando em seus editoriais durante o governo de Goulart, por exemplo.

¹²⁶ SAFATLE, Vladimir. **Do uso da violência contra o Estado ilegal**. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 208.

¹²⁷ Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.

¹²⁸ Cf. ALMINO, Afonso. **1964: Na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart**. São Paulo: FUNDAP, 2014.

¹²⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 1964**. Op. Cit., p. 42.

¹³⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**. Op. Cit., p. 14.

¹³¹ Idem.

Daniel Aarão Reis Filho também defende o caráter golpista das esquerdas e o apoio generalizado ao golpe. Em seu mais recente livro, intitulado *“Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988”*, o historiador, ao analisar a memória - classificada por ele como “incômoda e contraditória” - da ditadura militar, traz contribuições importantes para essa análise crítica. Já no início do texto, Reis Filho (2014, p. 07) afirma que o golpe de 1964 foi dado “quase sem dar um tiro”, tendo sido efetivado “apoiado em amplos movimentos sociais”, com a unificação da Forças Armadas e apoio de instituições republicanas.

Além de compreendermos que a Reis Filho também cabem as críticas já feitas a Ferreira e Gomes, observamos ainda que a afirmação de que “as forças conservadoras” ao instaurarem a ditadura em 1964 o fizeram “quase sem dar um tiro”, revela um desconhecimento sobre a realidade no campo. Pois, a violência contra os trabalhadores rurais se abateu de forma descontrolada “tanto por jagunços” quanto “pela própria polícia”, já nos primeiros momentos do golpe, como bem demonstra Carneiro e Cioccarì.¹³² Portanto, é uma afirmação passível de crítica pela sua imprecisão e incompletude, podendo incorrer em um erro perigoso ao historiador, o de limitar a sua análise, nesse caso, ao sudeste-sul e à zona urbana, fazendo de uma história regional, uma história nacional.

A gravidade dessas teses não está apenas em elas fortalecerem uma argumentação dos golpistas e seus apoiadores, porque isso pode, sim, ser uma opção política e ideológica, equivocada, porém, que é preciso ser respeitada, mas não sem críticas. A gravidade está, sobretudo, em não ter aparato documental, em não apresentar de forma empírica suas afirmações. Sendo, portanto, rebatidas por Toledo (2004) como “idéias falaciosas”, com clara conotação política e ideológica.

As interpretações revisionistas estendem-se também ao recorte temporal da ditadura, comumente compreendida entre 1964 e 1985. Refutado por Ferreira, Gomes e Reis Filho, que interpretam esse recorte como concernente às visões que dão ênfase à atuação dos militares, correspondendo esse período ao último deles no comando do governo. Para esses historiadores, este golpe instaurou uma ditadura que durou quinze anos, 1964 a 1979, quando esta finda com a revogação dos Atos Institucionais e a promulgação da Lei da Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos e teve, nesse processo, a participação dos civis, vivendo o Brasil uma **transição democrática**. Tal interpretação parece querer apagar da história brasileira que de 1979 a 1985 o Brasil seguiu sob a imposição de uma ditadura, em

¹³² Cf. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo**. Op. Cit.

uma **transição para a redemocratização**, ainda com o revezamento de dois ditadores e não de “generais presidentes”,¹³³ no comando de inúmeros crimes que seguiram sendo aplicados, como a bomba na OAB, o atentado no Rio Centro e os assassinatos de camponeses sob a égide do Estado ditatorial.¹³⁴

A nomenclatura do golpe e da ditadura também sofre alterações propostas pelos dois historiadores. Para Ferreira e Gomes (2014) o golpe é civil e militar e a ditadura civil e militar. Para Reis Filho (2014), golpe e ditadura foram civil-militar. Para Fico (2004), outro historiador com importantes contribuições sobre a temática, o golpe é civil-militar, mas a ditadura é militar. São interpretações que trazem a participação do civil no processo do golpe e/ou da ditadura. Mas, insistindo em um “civil” sem identidade.

Tentando sair da generalização, por entender, como nos alerta Hobsbawm - que “a única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá humanidade”¹³⁵ - compreendemos que não se deve generalizar em história. Cabe, então, perguntar: quem é esse “civil”?

Demian Bezerra de Melo, em artigo intitulado “*Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*”, traz um pouco de luz a essas reflexões, parecendo atender ao chamado que Toledo fez aos intelectuais de esquerda, nos 40 anos do Golpe, dizendo que

Aos intelectuais de esquerda, não se pode senão exigir rigor e nenhuma complacência para com as “verdades” consagradas, inclusive no próprio campo da esquerda. Na luta teórica e ideológica, também não devem temer o confronto com as correntes que lhe são adversárias ou antagônicas.¹³⁶

Em seu artigo, Melo discute as interpretações de historiadores que se utilizam do termo civil-militar em suas produções para designar o Golpe e a Ditadura, buscando demonstrar as insuficiências na argumentação desses autores também classificados por ele como revisionistas. É nesse sentido que Melo analisa criticamente Reis Filho.

Sobre a participação dos “civis”, Melo observa que a literatura acadêmica, desde a década de 1980, tem contribuído com essa análise. Assim, é com a clássica obra “*1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*”, publicada em 1981, de René Armand Dreifuss, que se analisa profundamente a estrutura de sustentação do Golpe e da Ditadura e especifica quem é esse “civil” que atuou junto com os militares. O problema da

¹³³ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro Gomes. 1964. Op. Cit., p. 17.

¹³⁴ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo**. Op. Cit.

¹³⁵ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos (1914-1991)**. Op. Cit., p. 16.

¹³⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo. Op. Cit., p.45.

utilização do termo, na formulação de Reis Filho e outros historiadores revisionistas, é que fica clara a tentativa de dividir as responsabilidades do golpe e da ditadura com um suposto apoio da “sociedade civil”, em um sentido diametralmente oposto ao formulado por Dreifuss, que classifica socialmente os civis e propõe o termo “empresarial-militar” como forma mais precisa para classificar a ditadura, ou o emprego do “civil”, definindo quem é ele.

Melo critica a forma imprecisa com que a historiografia revisionista utiliza-se do conceito de “civil-militar” em Dreifuss, alertando para a “falta de critérios metodológicos fundamentais”, que acaba reproduzindo a visão corporativa da sociedade, desconsiderando a classificação de classe elaborada por Dreifuss, reproduzindo a ideia de que a sociedade brasileira é dividida entre militares e não-militares, ou “civis”. Sobre a cronologia da ditadura, defendida por Reis Filho – de 1964 a 1979 – Melo critica o fato de a argumentação apoiar-se em uma concepção de democracia que “a define a partir de critérios meramente institucionais”.

Consideramos, assim, que o golpe foi o resultado de uma aliança entre as classes dominantes e o braço armada do Estado, fundamental para submeter as classes trabalhadoras à execução de políticas voltadas para os interesses daqueles. Portanto, foi um golpe de caráter classista, executado pelos militares, em favor dos interesses da burguesia. Ressalvamos, contudo, que havendo necessidade em se especificar os responsáveis pelo golpe, para não incorrer no erro da generalização, é preciso que se defina que ele foi um golpe *empresarial-militar*, introdutor de uma ditadura militar que custou vinte e um anos da mais terrível escuridão no Brasil.

2.14. O Primeiro Sindicato de Trabalhador Rural de Pernambuco

O primeiro sindicato dos trabalhadores rurais de Pernambuco, autorizado a funcionar pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém (STRB), fundado em 1954, tendo conquistado o reconhecimento do Ministério do Trabalho em 1956.

Tal acontecimento configurava uma exceção à regra que prevalecia no campo: a proibição de criação de sindicatos. Apesar de haver, além da CLT, o Decreto 7.038 de 1944, autorizando que o trabalhador e o patrão organizassem sindicato, o dispositivo não regulamentava como seriam “as atividades e profissões no campo, falha que serviu para negar

sistematicamente a carta sindical às entidades requerentes”,¹³⁷ porque esta ficava a encargo do Ministério e esse a concedia de acordo com seus critérios jurídicos e políticos. Exercendo a concepção de democracia populista, qual seja, conceder direitos, mas mantendo o controle.

A sede principal do Sindicato era na cidade de Barreiros, localizada na Zona da Mata Sul do Estado, a 110 km de Recife. Segundo dados do IBGE, em 1960, tinha uma população de 35.421 habitantes, desses, 22.042 concentravam-se na zona rural. Em sua área de abrangência estavam as usinas Central Barreiros, ativa desde 1890¹³⁸ e a usina Una. Em Rio Formoso, com 26.844 habitantes, 18.732 localizados na zona rural, funcionavam as usinas Santo André e Cucaú; e em Serinhaém, cuja população era de 20.885 habitantes, sendo 16.861 da zona rural, localizava-se a usina Trapiche. Essa era a base de extensão do STRB. Uma região em que a exploração da monocultura da cana de açúcar era secular e, com ela, a exploração da mão-de-obra, mas que acarretava em uma séria dependência econômica, política, social e cultural para a população e também para a economia das cidades.

Para os trabalhadores marcados pela miséria, a exploração desumana e a ausência de direitos, o surgimento de uma organização para representá-los, com um lugar fixo para eles se dirigirem e apresentarem suas denúncias e reivindicações e com autorização do Governo para atuar, pode ter surtido um efeito encorajador. Como narra Amaro Biá,

Em cinquenta e seis o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que era daquele tempo, reconheceu o sindicato como legítimo representante da categoria dos trabalhadores, aí o sindicato passou a ser mais forte. Nesta época, com o sindicato, já começou a ter as greves, só que as greve era um pouco assim ainda des... descoordenada, porque os trabalhadores que não... que era associados, como era pressionado pra tirar uma tarefa maior, eles rejeitava, formava uma greve e todos se unia para que as suas reivindicações fossem atendidas.¹³⁹

Diante de uma realidade com tantas dificuldades, não há como não questionar o Sindicato de Barreiros ter conseguido essa concessão. Em uma tentativa de entender como isso se deu, tendo como referência o trabalho de Santos¹⁴⁰, observamos que havia reclamações por parte dos trabalhadores quanto a jornada de trabalho e o valor do salário, e essa demanda foi comunicada ao Ministério do Trabalho por Miguel Mendonça de Melo, um político vinculado ao PTB, partido que dirigia o Ministério e que foi o articulador responsável pela concessão para criação do Sindicato e este passou a atuar sob a tutela do Ministério do

¹³⁷ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p. 12.

¹³⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **História das Usinas de Açúcar**. Recife: Massangana, 1989.

¹³⁹ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

¹⁴⁰ SANTOS, Thayana de Oliveira. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros: Fundação, Influências e Intervenção**. Monografia (apresentada ao final do curso de Bacharelado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

Trabalho. Discordando assim, da historiografia que apresenta o Sindicato vinculado ao PCB, quando da sua fundação.¹⁴¹

Em entrevista à Fundaj, em 1983, Francisco Julião reivindica a criação dos primeiros sindicatos no Estado às Ligas Camponesas, rebatendo, inclusive, quem atribui tal feito ao PCB ou ao PTB. Segundo ele,

Foi ele [Adauto Freire] quem deu início à fundação dos sindicatos rurais. Muita gente diz que os sindicatos foram fundados pelo Partido Comunista, pela Igreja e como iniciativa do Partido Trabalhista, mas os primeiros sindicatos rurais aqui em Pernambuco foram fundados pelas Ligas. Adauto Freire foi uma das grandes personalidades, um dos tipos que trabalharam pela Liga Camponesa, muito seguro, experimentado, com muita vivência, se encarregou da fundação desses primeiros sindicatos rurais. Na época, o Ministro do Trabalho era Franco Montoro, que tinha grande sensibilidade. Os nossos processos avançaram rapidamente no Ministério do Trabalho, com absoluta anuência, com muita compreensão por parte do Ministro.¹⁴²

Entretanto, como o STRB foi fundado em 1954, quando ainda não havia sido retomado o trabalho das Ligas em Pernambuco, o que ocorre só em 1955, acreditamos, então, não ter havido vínculo, entre esse e as Ligas. Ademais, as atividades políticas de Adauto Freire, de acordo com Ciocari e Carneiro (2010), nos primeiros anos de 1950, concentravam-se na Paraíba, onde esse residia. Também Franco Montoro não era o Ministro do Trabalho, em meados de 1950, só assumindo essa função em 1962 (CPDOC).

Quanto a Julião, segundo ele mesmo, respondendo a Eliane Moury,¹⁴³ naquele ano de 1954, não havia participado tão ativamente do I Congresso Nordestino de Camponeses, mas “já era advogado conhecido dos camponeses”. Portanto, não descartamos a possibilidade de seus préstimos advocatícios terem ajudado na preparação da documentação do STRB, embora não tenhamos conseguido confirmar eventual possibilidade. Porém, quanto às Ligas, em 1954, terem organizado esse Sindicato, nos parece uma possibilidade bastante remota.

Já o PCB, naquele período, estava atuando para organizar sindicatos, apoiado do Decreto de 1944. Logo, observamos ser possível o Sindicato ter sido criado em uma articulação do PTB, com o apoio dos próprios usineiros, como afirma Amaro Biá, ex-Presidente do STRB e associado desde a fundação, “os usineiros mandaram carros para transportar os trabalhadores para a assembleia de fundação”¹⁴⁴ com o objetivo de impedir qualquer possibilidade de influência dos comunistas no Sindicato.

¹⁴¹ Cf. JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)** Op. Cit.

¹⁴² Entrevista concedida à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. FUNDAJ/CEHIBRA.

¹⁴³ Entrevista concedida à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. FUNDAJ/CEHIBRA.

¹⁴⁴ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

Talvez objetivando manter o controle da entidade com os usineiros, quem assumiu a presidência do mesmo foi Moacir Pedro da Silva, um funcionário aposentado da Usina Central Barreiros.¹⁴⁵ Cujas relações de trabalho, inclusive, tem características diferentes a de um trabalhador do eito, do corte da cana. O que nos faz pensar em possíveis implicações quanto a uma relação dividida entre atender as demandas do Sindicato, seus associados e o usineiro, que apoiou sua candidatura à presidência.

Observando a atuação do Sindicato durante aquele período, apoiada nos jornais que costumavam noticiar os acontecimentos no campo, ainda que nas páginas policiais, não encontramos registros de atividades durante a gestão de Moacir (1954-1963), pelo menos até os anos de 1960. Nesse ínterim, há um intervalo em sua função na presidência, quando o Sindicato sofre uma intervenção.

A intervenção do Ministério do Trabalho em sindicatos funcionava como um instrumento de controle. Quando era percebido alguma instabilidade na relação permissiva entre ambos, o Ministério agia para não por em risco a interferência que exercia sobre o Sindicato. Assim foi feito em Barreiros.

Em 1956, a polícia do Governador General Cordeiro de Farias, iniciava uma ação de combate ao PCB no Estado e pôs em suspeição o STRB. Para a Secretaria de Segurança Pública, sindicalização era algo muito perigoso, pois o homem do campo fica “organizado, sindicalizado e perigosamente municiado”.¹⁴⁶ Embora esta investigação tenha ocorrido no mesmo ano em que o Ministério do Trabalho reconhece o Sindicato, ele é fechado em 1957 e só volta a funcionar no início do ano de 1959.¹⁴⁷ Moacir Pedro retoma sua função à frente do Sindicato e só sai quando é destituído em 1963.

Naqueles primeiros anos da década de 1960 e, em especial, no ano de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém parecia adotar uma nova postura política na sua forma de atuar. O Sindicato virou centro de disputa entre organizações e adotou uma ação de enfrentamento às deliberações intransigentes do patronato, o que despertou a ira destes e a atenção especial da grande imprensa do Estado. Era um novo momento, perceptível no cenário político no Estado, que parecia se refletir nos

¹⁴⁵ Entrevista concedida à autora por Yvon Bezerra de Andrade, ex-funcionário da Usina Central Barreiros, na cidade de Barreiros, em 23 de maio de 2013.

¹⁴⁶ COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco Assis. **Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Segurança Pública/Delegacia Auxiliar, 1975.

¹⁴⁷ SANTOS, Thayana de Oliveira. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros**: Fundação, Influências e Intervenção. Op. Cit.

trabalhadores e em sua entidade de classe. Até que uma mudança drástica foi sentida no Sindicato, na vida dos trabalhadores e no país a partir do golpe de 1964.

CAPÍTULO III

DE ORDEIRO PARA AGITADO: DISPUTAS, INTERVENÇÕES E PRISÕES NO SINDICATO DE BARREIROS

3.1. Camponeses organizados, movimentos criminalizados

Pernambuco chegava à década de 1960 com os camponeses apresentando um ânimo novo. Novos sindicatos de trabalhadores rurais começavam a surgir e as Ligas Camponesas haviam expandido sua área de atuação pela zona da Mata, passando a influenciar as mobilizações nos estados de Alagoas e na Paraíba. Um sentimento novo, de esperança na luta coletiva e organizada, parecia ter despertado nos camponeses.

Uma nova postura ante o patronato e as possibilidades reais de reivindicar direitos e reclamar quanto à exploração sofrida começaram a ser exercitadas pelos trabalhadores rurais. O medo da violência empregada pelo patrão, prática velha conhecida, ainda estava lá, intimidando, atemorizando e deixando seus recados em casos e mais casos que serviriam de exemplo para quem se atrevia. Entretanto, já não conseguia refrear a luta reivindicatória daqueles trabalhadores e era nisso que consistia a sua força: em percebendo-se sujeitos de direitos, não aceitar a sujeição resignada, mas sim, apropriar-se cada vez mais dos meios pelos quais era possível lutar para garanti-los.

Nesse aspecto, a desapropriação do engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, embora eivada de limitações e deturpações por parte do Governo de Cid Sampaio, era vista como uma grave ameaça à sagrada propriedade privada e um perigo se contagiasse outros campos e virasse referência de mobilização e caminho para conquistas futuras. Também ganhava força o discurso em defesa da reforma agrária e a pressão política era feita nos campos, nas ruas e no parlamento.

Isso tudo era novidade e devia ser assustador para uma oligarquia agrária tão acostumada ao que classificava de “paz no campo”, o que consistia em um camponês subjugado, sem direitos, temeroso e, por isso, obediente e disciplinado, ao gosto do patrão. Para que o “mal” não se alastrasse era preciso ser combatido, e assim foi feito pela classe patronal, com o aumento da violência contra os camponeses, seja pela repressão policial, seja pela ação da segurança privada, dos jagunços.

Uma determinada situação transformava-se em uma oportunidade para a defesa de mais rigor na imposição da ordem, no aumento da repressão e no combate aos “elementos perigosos”, “subversivos”. A queima da plantação da cana de açúcar, fora da época, era

sempre uma possibilidade e tinha inúmeras causas prováveis, mas, passou a ser tratada como “incêndio criminoso” e “elementos das Ligas” ou “agitadores” eram apontados como os culpados, sendo que alguns camponeses chegaram a ser presos. Conforme podemos observar no telegrama abaixo, localizado, como único documento, na pasta Ligas Camponesas de Barreiros:

COPIA – TELEGRAMA – Exmo Sr. Cel. Sec Seg. Publica.
De Barreiros – Nr. 6 – Wds. 40 – Dt. 13/01/60 – Hr. 16,30
Recebendo hoje telegrama vossencia [sic] vg informo que Severino Monteiro acusado queimado canavial Engenho Amaragy Município Rio Formoso vg seguiu escoltado por comandante volante que vem fazendo repressão mesmos incendiários canavial pt. SDS Tenente Jorge Bercilio. Delegado Policia.¹⁴⁸

Este telegrama, datado do início do ano de 1960, confirma a ação assumidamente repressora da polícia, percorrendo o campo com o objetivo de identificar e prender os “incendiários”. Tais incendiários são associados às Ligas Camponesas, como podemos observar a identificação da Pasta “Liga Camponesa de Barreiros”, na Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS). Porém, apesar da pasta identificar como de Barreiros, a informação conferida no telegrama faz referência ao “engenho Amaragy, no Município de Rio Formoso”. Ressaltamos, ainda, que a existência de uma Liga no Município de Barreiros não foi comprovada por nossa pesquisa, não obstante Clodomir Moraes, ao apresentar um panorama sobre a atuação das Ligas Camponesas, naquele período, relatar a existência de Ligas Camponesas em Rio Formoso, desde o ano de 1958.¹⁴⁹

Assim sendo, também fica patente a utilização da imprensa como porta-voz das classes dominantes na criminalização das lutas e dos lutadores. Os jornais de grande circulação em Pernambuco, como o *Jornal do Comercio (JC)* e, particularmente o *Diario de Pernambuco (DP)*, pareciam empenhados em defender a propriedade privada e que vigorasse a secular concepção de paz das classes dominantes, ao mesmo tempo em que criminalizavam as Ligas Camponesas, os comunistas e os camponeses que despertavam para a luta reivindicatória junto àqueles, logo os acusando de radicais e atentadores contra a ordem, trazendo as notícias sobre os mesmos, na maioria das vezes, na página policial.

Em sua pesquisa, Antônio Montenegro analisa como os jornais contribuíram para a construção do medo, ao utilizarem, por exemplo, dos casos de “incêndios nos canaviais”, atribuindo-os como práticas dos comunistas e/ou das Ligas Camponesas.

Entretanto, ao serem noticiados pela imprensa, eles adquiriam sempre a conotação de atividade criminosa e provocada por incendiários, possivelmente direcionados pelos comunistas e pela Ligas Camponesas. O discurso que criminalizava e

¹⁴⁸ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 7589.

¹⁴⁹ Cf. MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Op. Cit.

politicava os incêndios nos canaviais apresentava essa atividade como produtora de uma onda de perigo e de medo que ameaçava toda a sociedade.¹⁵⁰

Ao mesmo tempo, a análise da documentação policial sobre tais incêndios, revelava outros motivos para as causas dos mesmos. Contudo, o resultado destas investigações “não eram publicados pela imprensa; assim, a opinião pública guardava apenas a informação de que os incêndios eram criminosos, com possível motivação política”.¹⁵¹ Sendo assim, podemos observar que havia, pela grande imprensa do estado, uma manipulação dos fatos e uma omissão intencional da verdade, uma vez que era preciso criminalizar os movimentos e organizações que estavam contribuindo para esse despertar, formando opinião condenatória sobre os camponeses e difundindo a ideia de uma ameaça em potencial, do suposto perigo comunista.

Com isso, observamos que o discurso anticomunista, utilizado e difundido pelos Estados Unidos da América, na Guerra Fria que promovia, era apropriado pela grande imprensa e as classes dominantes para justificar a necessidade de mais policiamento e repressão às ações reivindicatórias no campo, ao mesmo tempo em que ia fabricando e disseminando o medo a uma ameaça construída artificialmente.

Não obstante, observamos haver uma diferença de tratamento, na grande imprensa, com destaque para o *Diário de Pernambuco*, quando a atividade noticiada ou o sindicato, tinha algum vínculo com a Igreja Católica, via Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) e/ou a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP). É o que observamos quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, ao aproximar-se dos padres Antonio Melo e Ennes Paulo Crespo, volta a ser notícia, ocupando espaço no jornal não na página policial, tão pouco sofrendo alguma crítica ou sendo alvo de discurso condenatório.

3.2. A Igreja Católica, o Sindicato de Barreiros e o espaço na imprensa

Se a Igreja Católica vira a necessidade de atuar junto ao movimento camponês enquanto Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), para, entre outras coisas, confrontar com a influência política e ideológica do PCB e das Ligas Camponesas, fazendo o seu estilo sindical moderador e colaboracionista passar a ser um contraponto à ação

¹⁵⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, memória**. Op. Cit., p. 160.

¹⁵¹ Idem, p. 161.

reivindicatória mais incisiva, politizada, contestadora, crítica e que contribuía para desvelar a injustiça e desigualdade que permeava a relação capital-trabalho, o início da sua atuação na organização e orientação de sindicatos demonstrou uma significativa aceitação por parte da classe patronal e do próprio Ministério do Trabalho.

Não bastasse o surpreendente feito de, em menos de seis meses, o SORPE ter conseguido organizar sete sindicatos rurais, quando ainda não havia regulamentação para tal e, até bem pouco tempo, o PCB enfrentava inúmeras dificuldades impostas pela polícia e o próprio Ministério do Trabalho para organizar entidades de classe sob sua orientação, havia também um considerável espaço nos jornais de grande circulação no estado para divulgação, com absoluta ausência de críticas, das ações dos sindicatos vinculados ao SORPE.

A surpreendente ofensiva da Igreja Católica naquela missão estava em atuar no território já ocupado, partindo para uma disputa de força nem um pouco acanhada. Pois, dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais criados pelo SORPE está o de Vitória de Santo Antão, onde localizava-se o engenho Galileia, berço da retomada das Ligas Camponesas em Pernambuco.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros Rio Formoso e Serinhaém já havia sido relacionado, pela historiografia, à influência do PCB na sua fundação. Mas, em recente pesquisa monográfica, Thayana Santos (2014) apresentou os vínculos daquele Sindicato ao PTB, já no período de sua fundação e reconhecimento, nos anos de 1950. Naquele início da década de 1960, porém, o Sindicato aparecia alinhado à Igreja Católica.

Ao completar oito anos de existência, em 1962, o Sindicato de Barreiros passou a aparecer com certa frequência nos jornais de grande circulação no estado, em especial, no *Diário de Pernambuco*, que noticiava a realização de atividades da entidade com a participação dos padres Antonio Melo e Ennes Paulo Crespo, na cidade de Barreiros. Em uma pequena coluna, de três parágrafos, mas com destaque na capa do *DP*, fez-se a seguinte divulgação:

Concentração de homens do campo em Barreiros

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros Rio Formoso e Sirinhaém, sediado em Barreiros, vai promover amanhã uma concentração da classe com a presença do padre Melo, pároco do Cabo e do padre Paulo Crespo de Jaboatão.

Essa informação foi prestada pelo sr. Moacir Pedro da Silva, presidente daquela entidade classista. Acrescento que a concentração tem como finalidade manifestar todo o apoio à recente resolução do Departamento Nacional de Previdência Social que estendeu os benefícios da Lei da Previdência Social aos trabalhadores do campo, em todo país.

Na concentração, que reunirá cerca de 15 mil trabalhadores, serão formulados apelos aos poderes competentes no sentido de que os benefícios da Previdência Social aos

homens do campo sejam aplicados com a devida urgência, como estabelece o dispositivo legal que os instituiu.¹⁵²

O teor desta notícia pareceu-nos assemelhar-se a uma convocatória escrita pelo próprio Sindicato, pela apresentação positiva e a ênfase à importância do evento, o destaque às personalidades religiosas participantes, a afirmação premonitória da quantidade de trabalhadores que compareceriam, além de informar a causa e a motivação que levou à organização da atividade.

Chama a atenção o espaço conferido à atividade do Sindicato, em tom muito respeitoso, pois, em tempos de criminalização de ações políticas realizadas por movimentos ou organizações junto aos trabalhadores rurais, surpreende o tratamento dispensado ao representante do Sindicato não vir acompanhado de nenhum adjetivo condenatório, como “subversivo” ou “agitador”, ao contrário, este é assim apresentado: “sr. Moacir Pedro da Silva, presidente daquela entidade classista”. A atividade a ser realizada em Barreiros, certamente causadora de transtornos à rotina da cidade ou, ainda, considerando o quantitativo de mão de obra que pararia a produção naquele dia, não era, porém, taxada de “baderna” ou “desordem”. O que nos faz refletir que o espaço e o conteúdo da notícia veiculada pelo *DP* deveriam significar a aceitação e a satisfação política daquele veículo de comunicação, e da sua representação política, ao alinhamento do Sindicato à Igreja Católica.

Quanto ao fato desta Igreja participar daquela atividade com o Sindicato, compreendemos que isso conferia significativa representatividade à sua atuação junto aos sindicatos rurais, pois se tratava do primeiro sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em Pernambuco, cuja área de atuação tinha muita importância econômica e política na Região Sul da Zona Canavieira do Estado.

Observamos, ainda, que o propósito do evento adequava-se aos princípios que regiam a atuação da organização religiosa nos sindicatos de trabalhadores rurais, que era orientar o movimento para não se confrontar, não cometer radicalidades, portanto, organizar uma concentração para comemorar uma conquista e “apelar” para o seu cumprimento, embora seja uma ação importante, não tem a mesma força radical de pressão política que uma atividade para reivindicar a formulação da lei e exigir que ela fosse cumprida, “na lei ou na marra”. Ou seja, é uma ação totalmente prevista em um formato ordeiro e pacífico de movimento sindical.

¹⁵² DP, 21/07/1962, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

A partir daquele evento, outros espaços foram dados ao Sindicato de Barreiros no *DP*, ainda naquele ano de 1962. Localizamos mais dois momentos, na sequência do ato anunciado anteriormente, em que foi feito o registro do resultado da concentração, em um pequeno parágrafo, em meio a uma matéria sobre a comemoração das “bodas de prata” da Cooperativa Agropecuária de Barreiros. Há um destaque para o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”, relatando que “numerosos trabalhadores do campo e operários das indústrias açucareiras locais”, tinham participado do evento, que contou com a fala do padre Crespo, mas que o padre Melo não compareceu, tendo enviado um representante.¹⁵³

3.3. Tem padre no Sindicato: o alinhamento à FTRP

É em outubro daquele mesmo ano de 1962, que a deferência com que os sindicatos vinculados à Igreja Católica e, entre eles, o de Barreiros, ganha mais ênfase. Merece destaque o que parece ser uma coluna especial, no *DP*, intitulada “Vida Sindical”, na sexta página do Primeiro Caderno, com a seguinte manchete: “Trabalhadores do campo”. A matéria apresenta informações sobre a FTRP, colhida com o seu presidente Manoel Gonçalo Ferreira, dizendo que este “informou que, presentemente, a Federação já congrega seis sindicatos rurais devidamente reconhecidos, inclusive o primeiro que foi reconhecido oficialmente em Pernambuco, que é o Sindicato de Barreiros”.¹⁵⁴

Ainda na mesma matéria, Manoel Gonçalo informa que há mais treze sindicatos vinculados à FTRP, desses, sete em processo de reconhecimento, além da própria FTRP, que deveria receber a carta de reconhecimento ainda naquele ano. De fato, com impressionante rapidez para o processo burocrático da época, a Federação consegue ser reconhecida pelo Ministério do Trabalho quinze dias depois dessa coluna ser publicada no *DP*, em 17 de outubro daquele ano de 1962, pouco mais de quatro meses da sua fundação, em 06 de junho.¹⁵⁵

Com esta notícia, tornou-se público o alinhamento do Sindicato de Barreiros à FTRP. Em um momento de intensas disputas no campo, tal movimento certamente fortaleceu o trabalho sindical da Igreja Católica, pois agregara à sua organização no campo o mais antigo sindicato rural reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Tratava-se de uma adesão importante para a Federação, ao mesmo tempo em que significava que o Sindicato tomava um

¹⁵³ *DP*, 24/07/1962, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁵⁴ *DP*, 02/10/1962, Primeiro Caderno, p.06. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁵⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 46.

claro posicionamento político, sobre de qual lado estava naquele cenário em que forças políticas competiam pela influência, direção e controle do movimento camponês.

Provavelmente, esse alinhamento chamou a atenção das outras forças, sobretudo das Ligas Camponesas, que também estavam presentes dentro da área de atuação do Sindicato, com Ligas Camponesas organizadas em Rio Formoso, cuja influência se expandia para além daquele município. Com a Igreja Católica realizando esse trabalho no campo para se contrapor às Ligas Camponesas e aos comunistas, a reação à sua influência junto ao Sindicato de Barreiros pode ter sido de despertar para a necessidade de criar e fortalecer uma oposição àquela direção do Sindicato.

Para além de uma disputa localizada, aquela adesão do Sindicato à FTRP, em uma conjuntura de eleições estaduais para o Executivo e o Legislativo também poderia ter significado a definição daquela entidade de classe por um dos lados do sufrágio, seja ele o de Miguel Arraes de Alencar, candidato a governador pelo Partido Social Trabalhista (PST) que compunha a frente Oposições Unidas com o PCB, o PTB, PSB e com o apoio das Ligas Camponesas; seja o candidato João Cleófas, da UDN, um usineiro que agregou apoio dos seus pares mais conservadores, e promoveu uma campanha eleitoral sob um clima de intenso anticomunismo; ou, ainda, o candidato Armando Monteiro Filho, PDC, PRT, PSP.

Não há registro público sobre a posição do Sindicato para o pleito estadual de 1962, diferente do que ocorreu na campanha para governador, em 1958, quando Moacir Pedro da Silva, enquanto presidente do Sindicato, ainda que este estivesse sob intervenção do Ministério do Trabalho, assinou um manifesto¹⁵⁶ juntamente com outras entidades de classe, sobretudo urbanas, contra a candidatura de Cid Sampaio (Oposições Unidas de Pernambuco UDN, PTB, PST, PSB), então candidato a governador de Pernambuco e indicou o voto em Jarbas Maranhão (PSD).

De acordo com Dulce Pandolfi, naquele momento, “o movimento sindical em Pernambuco divide-se”,¹⁵⁷ uns rompem com o PSD, enquanto outros se mantêm atrelados ao Partido. Assim ocorre com o agrupamento de cinquenta e quatro entidades sindicais que organizaram o I Congresso de Trabalhadores Independentes de Pernambuco e decidiram lançar um manifesto defendendo a candidatura do pessedista Jarbas Maranhão e fazendo duras críticas a Cid Sampaio.

¹⁵⁶ DP, 24/08/1958, p. 05. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁵⁷ PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984, p. 189.

O posicionamento público do Sindicato, naquela campanha de 1958, poderia estar relacionado à influência, junto àquele Sindicato, de Miguel Mendonça,¹⁵⁸ ex-deputado estadual e então Prefeito de Barreiros, visto que este, para não fazer campanha para Cid Sampaio, candidato respaldado pelo seu partido, o PTB, apoiou Jarbas Maranhão, rompendo com o PTB e enfrentando, na sequência, grave crise na Prefeitura de Barreiros, cujo desfecho foi seu impedimento para concluir o mandato.

O fato é que para o pleito de 1962, Miguel Mendonça de Melo lançou-se candidato ao Senado, pelo PRT, na chapa de Armando Monteiro Filho. Não podemos precisar se ainda havia e qual seria o grau de influência do ex-prefeito de Barreiros sobre o Sindicato, ao ponto de conquistar o apoio da entidade para sua chapa, contudo, acreditamos que as chances para esta adesão são mais prováveis do que o apoio à candidatura de Miguel Arraes e seus aliados das Ligas Camponesas e comunistas. Pensando também na influência da Igreja Católica junto ao Sindicato naquele momento, também podemos cogitar que o resultado não seria o apoio à candidatura de Miguel Arraes, pois, conforme se descobriu logo após as eleições, a Igreja Católica, sobretudo o Padre Melo, tinha uma articulação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que, naquelas eleições de 1962, havia financiado candidaturas de oposição a Arraes.

O resultado eleitoral foi de encontro à vontade dos conservadores e Miguel Arraes de Alencar foi eleito governador de Pernambuco. Os trabalhadores rurais, apesar do alto índice de analfabetismo que os impedia de sufragar o voto naquelas eleições de 1962, não perdiam a importância e a força política que conquistavam cada vez mais. Se não podiam votar em um candidato, a crescente mobilização que faziam poderia fortalecer ou desgastar uma campanha eleitoral. Isso contribuía para consolidar a importância do movimento camponês naquele cenário do início dos anos de 1960, ainda mais quando o ano se encerrava com a importante conquista do abono de Natal para aqueles trabalhadores do campo que, até então, sequer o salário mínimo recebiam.

3.4. 1963: o campo em ebulição e um golpe em gestação

O ano de 1963 pareceu valer por dez, tantos foram os acontecimentos e as transformações políticas provocadas no decorrer daqueles 365 dias. O Presidencialismo voltava a ser o regime em vigor, e João Goulart assumia, na íntegra, o mandato de Presidente

¹⁵⁸ Nas eleições municipais no ano de 1959, Moacir Pedro candidatou-se a vereador de Barreiros, pelo PTB, tendo ficado na Suplência. Sem, contudo, deixar a presidência do Sindicato.

da República, conferido por um Plebiscito, logo na primeira semana daquele ano. Era uma vitória importante contra os que tentaram impedir sua posse em 1961, porém, a persistência daqueles em concretizar seu intento seguiria causando problemas para o pleno exercício do governo e da democracia, até serem golpeados em 1964.

O editorial do *DP* em 1º de janeiro de 1963, intitulado de “*Mais uma etapa*”, em que o jornal, fazendo-se porta-voz de uma fala que enxerga o Brasil vivendo uma crise econômica, financeira, social, moral, institucional, “conflito de idéias e de tendências irreduzíveis” - sem utilizar um discurso direto, de maneira generalizante - afirma que com medo, mas “um medo racional e construtor,” é preciso o esforço sincronizado de todos para atacar o mal pela raiz, sem paliativos, “exigindo-se uma batalha de erradicação de causas, de extirpação corajosa dos elementos negativos geradores da crise”. E, afirmando “confiança no futuro”, encerra com a previsão de que “o ano de 1963 pode ser o da batalha decisiva. Que Deus ilumine o Brasil, dando-lhe a consciência do papel que é chamado a desempenhar nesta hora crucial de sua história.”¹⁵⁹ Este editorial talvez sirva como ilustração para o que podemos chamar de espírito gestacional de um golpe.

Até a concretização desse plano golpista, o panorama político apontava para o acirramento da luta de classes, na medida em que crescia a organização e a consciência dos trabalhadores do campo e da cidade, imbuídos na luta por “reformas de base”, ao passo que as classes dominantes estavam ainda mais sedentas por lucro e pela garantia de ter um governo completamente comprometido com seu projeto de governo e de País, algo que não estava sendo plenamente atendido com João Goulart e sua tentativa de atender às classes dominantes ao mesmo tempo em que, tentando responder à pressão popular, buscava contemplar demandas dos trabalhadores, como a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que, embora com limitações, contribuía para inserir o trabalhador rural no campo da cidadania e do respeito ao direito a ter direitos.

A oligarquia agrária seguia respondendo a essas medidas com mais violência contra os trabalhadores e a tentativa, sempre eficaz, de transformar a obrigação em cumprir a lei em um mecanismo de extrair mais recursos financeiros do governo. Assim foi feito com o pagamento do 13º salário, em Pernambuco. Ao conquistar esse direito o trabalhador rural, que nem sempre recebia o equivalente a um salário mínimo, uma vez que a legislação não era obedecida pelo patronato, agarrou-se àquele direito e organizou-se para que não virasse letra morta. Como uma demonstração do novo momento político que se vivia, passaram a

¹⁵⁹ DP, 01/01/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

pressionar pelo pagamento do 13º, chegando a organizar greves até que a lei fosse cumprida. Do lado do patronato, a reação foi apelar para as dificuldades financeiras que impediam de cumprir a Lei, alegando que o preço do açúcar era insuficiente para “as necessidades básicas da lavoura canavieira” conforme nota da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco¹⁶⁰ e do Sindicato da Indústria do Açúcar.¹⁶¹

Portanto, antes mesmo de Miguel Arraes de Alencar tomar posse como Governador do Estado, havia um clima de forte tensão no campo. É possível que esse clima tenha sido acentuado justamente pela vitória de Miguel Arraes, que nas eleições enfrentou oposição de significativa parcela da oligarquia agrária do Estado, vinculada a UDN e, talvez, os coronéis udenistas estivessem respondendo com violência a derrota sofrida onde antes eram soberanos incontestes. Ao mesmo tempo, ao contribuir para aumentar o clima de instabilidade no campo, com recusas a cumprir a Lei, perseguição e violência contra os trabalhadores que se organizavam, a oposição ao governo de Miguel Arraes estivesse preparando um terreno difícil de governar.

E essa tensão no campo era amplificada pela imprensa que buscava transformar as mobilizações reivindicando direitos, em “*agitações*” – expressão utilizada com extrema carga pejorativa, buscando caracterizar a ação dos trabalhadores com o descontrole e a perturbação da ordem. Como podemos observar em uma notícia em que o jornal *Diário de Pernambuco* estampou a seguinte manchete: “Usineiros procuram Secretário da Segurança: Vitória é o ‘QG’ da agitação”¹⁶². A matéria segue informando ainda que o delegado de Vitória de Santo Antão foi procurado por “proprietários de engenhos, os quais só vêm a mercê do programa de sublevação da ordem por parte das ‘Ligas Camponesas’. A ordem de greve é a única do partido Comunista e pretexto de qualquer reivindicação”. Em outro momento, há o relato de que usineiros e proprietários procuraram o Secretário de Segurança Pública e alguns agricultores procuraram o Comando da 7ª Região Militar, todos com o mesmo objetivo: denunciar ameaças de “invasão” de engenhos e greves em suas propriedades, localizadas no município que, não por acaso, sediava a principal frente das Ligas Camponesas, em Pernambuco, no engenho Galileia.

As Ligas Camponesas, e o Partido Comunista, são apontados pelos proprietários como os responsáveis pela “agitação”. A matéria não explica as motivações que levaram os trabalhadores à greve, mas dá ênfase a uma mobilização de preocupados proprietários que

¹⁶⁰ DP, 08/01/1963, p. 06. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶¹ DP, 10/01/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶² DP, 09/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

procuram o governo e o aparato militar para se protegerem, ainda mais do que já eram, naquela conjuntura de fim do mandato de Cid Sampaio.

A pressão surte efeito e os últimos dias do governo Cid Sampaio servem para aumentar a repressão policial contra os trabalhadores no campo. Conforme notícia o *DP*, “Volantes e metralhadoras para sufocar planos de agitação”,¹⁶³ indicando que três volantes tinham sido enviadas “em missão preventiva, visando oferecer as necessárias garantias à propriedades e usineiros”. Na mesma matéria, volta-se a falar em “incêndios criminosos” de canaviais e da ação da polícia para prender os incendiários.

Enquanto isso, as Ligas Camponesas, que já haviam rompido com o PCB, enfrentavam uma grave crise interna, em que as divergências foram se transformando em dissensões e isso ia se refletindo no trabalho junto aos camponeses. Ao mesmo tempo em que aumentava a criação de sindicatos de trabalhadores rurais, orientados pelas demais forças presentes no campo, como o PCB e a Igreja Católica. Francisco Julião, por sua vez, não apoiou a campanha do Plebiscito pelo Presidencialismo, chegando a fazer campanha contra, o que, possivelmente, contribuiu para tornar mais delicada, naquela conjuntura, a relação daquela liderança e, conseqüentemente, das Ligas Camponesas, com outras forças políticas do campo das esquerdas.

A Igreja Católica, através do SORPE e da Federação, buscava influenciar os camponeses com a sua concepção de Reforma Agrária e seus métodos para desenvolver a luta sindical no campo, ao mesmo tempo em que ia se distinguindo e contrapondo às Ligas Camponesas e aos comunistas. O episódio que ocorreu no engenho Cacimbas, em Vitória de Santo Antão, é bem emblemático sobre esse agir. Durante três dias seguidos¹⁶⁴ o *DP* noticiou que trabalhadores tentavam “invadir” as terras do engenho Cacimbas como uma forma de pressionar o proprietário do engenho, senhor Severino Ferrer, para que aceitasse concretizar o acordo, realizado no ano anterior, de compra de parte das terras do engenho pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão.

O objetivo com a compra das terras era distribuí-las “com os trabalhadores filiados ao Sindicato”, de acordo com informações dadas ao jornal pelo padre Crespo, apresentado pelo *DP* como o “presidente de honra” do Sindicato de Vitória e o responsável pela negociação com o proprietário e com o secretário de Segurança Pública, a quem informou estar resolvendo a situação. Na ocasião, o padre aproveitou para advertir o

¹⁶³ DP, 10/01/1963, p. 10. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁴ Ver: DP, 03, 04 e 05/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

secretário de que “elementos das chamadas ‘Ligas Camponesas’, tentarão dar uma orientação subversiva ao movimento”, mas que a negociação da compra já estava sendo resolvida.¹⁶⁵

Dias depois, o Sindicato de Vitória publicou um “aviso” no *DP*, informando que “os inimigos da nossa organização espalharam a notícia caluniosa”¹⁶⁶ de que a entidade estava pretendendo invadir terras. E afirmou: “nosso sindicato, na defesa de seus sócios, só emprega meios previstos pelas nossas instituições democráticas e cristãs.” E concluiu advertindo que se algum sócio do Sindicato participasse de “invasões”, seria “por sua conta e risco como também será cassada a carteira sindical”, conforme rege os estatutos.

Vale destacar que essa concepção de “reforma agrária” revelada pelo Sindicato de Vitória, em que se propõe comprar as terras em dinheiro, via financiamento bancário, encontra apoio no *DP* que, em editorial “Facilitando o acesso à terra”¹⁶⁷, defendeu a compra do engenho Cacimbas pelos trabalhadores e aproveitou para criticar o Governo Goulart, afirmando que só não se resolvia assim o problema por falta de vontade do Governo Federal, uma vez que a negociação dependia de um financiamento do Banco do Brasil.

Diante de tantas tensões no campo, observamos que as notícias referentes à Barreiros, no que diz respeito a usina ou aos trabalhadores rurais, parecem destoar da realidade preocupante em outras áreas do estado. É o que podemos conferir com a notícia veiculada no Terceiro Caderno do *DP*, um espaço para a coluna social, “Ano Novo na Central Barreiros – confraternização”¹⁶⁸, informando que a usina Central Barreiros, localizada naquele mesmo município, propriedade do Grupo Othon, cuja presidência era de Renato Brito Bezerra de Melo, também presidente, à época, do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado, confraternizava com seus funcionários, todos tendo recebido o 13º salário na véspera do Natal. Já o Sindicato de Barreiros, parecendo seguir um alinhamento dentro dos preceitos da cúpula Católica, não aparecia em ações que confrontassem ou questionassem as relações de classes, pelo menos até um determinado período daquele ano de 1963.

a) Primeiro semestre: Um sindicato modelo X subversivos e agitadores

Se as demais notícias sobre o movimento sindical no campo tinham uma tendência de ocupar a página policial dos jornais - no *DP* era na página sete que registravam-se os crimes e lá também estavam as matérias referentes a “invasões”, “agitação no campo”,

¹⁶⁵ DP, 05/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁶ DP, 10/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁷ DP, 06/01/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁸ DP, 06/01/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Ligas Camponesas e os comunistas - o mesmo não acontecia com o Sindicato de Barreiros durante a gestão de Moacir Pedro da Silva.

Ocupando um pequeno espaço de dois parágrafos, na página quatro do Primeiro Caderno do DP, com o título de “*Sindicalização rural no Estado*” encontramos a seguinte notícia sobre o Sindicato de Barreiros:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém vai reiniciar suas atividades deste ano, promovendo completa assistência ao trabalhador do campo. Esta afirmação foi feita pelo sr. Moacir Pedro da Silva, presidente desse órgão **já reconhecido pelo Ministério do Trabalho.**

Carteiras Profissionais

O líder sindical, que adiantou **não ter sua entidade qualquer vínculo com movimentos subversivos**, disse que, a começar da usina Trapiche, em Sirinhaém, passará a ser feita, a partir da próxima semana, a sindicalização rural, distribuindo-se, inclusive, carteiras profissionais gratuitas e documentos outros necessários à legalização do trabalhador rural junto ao IAPI, além das demais vantagens que normalmente lhe são asseguradas.¹⁶⁹

O que chamou nossa atenção foi a necessidade de afirmar que o Sindicato não tinha “qualquer vínculo com movimentos subversivos”. Vale destacar que não havíamos encontrado nenhuma notícia que associasse o Sindicato de Barreiros à subversão e que justificasse aquele posicionamento de negação a essa possibilidade. Destacamos, ainda, que a notícia veiculada no *DP* mais parece um texto de divulgação das atividades do Sindicato para o ano que se iniciava, com ausência absoluta de crítica e impecável no tom respeitoso ao presidente do órgão, destoando no tratamento dispensado a outros líderes e movimentos sindicais da época.

O editorial do jornal daquele dia, e exposto na mesma página da notícia sobre Barreiros, trouxe como título “Subversão em marcha”, e afirmava ser “visível e tangível no país um programa de subversão” e que só não estaria mais claro porque “os pregoeiros da subversão vermelha” ainda “ocupam cargos de relevo no Poder Executivo tanto no plano estadual quanto no federal”. O texto, que mais parecia um compêndio de divagações, seguia citando trechos de um livro subversivo, cujo título e autor não são divulgados, mas que, segundo o *DP*, serviu para expor as ideias subversivas.

Na mesma edição, algumas páginas depois, o referido jornal trouxe uma matéria intitulada: “Vasto plano terrorista ‘Ligas’ executariam em També: luta contra a polícia ou o Exército”¹⁷⁰. Ocupando quase um quarto da página do jornal, essa matéria apresentava denúncia contra as Ligas Camponesas e um suposto “programa subversivo que vem desenvolvendo na área agrícola daquele município”. Divulgando uma lista com sete nomes de

¹⁶⁹ DP, 13/01/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁷⁰ DP, 13/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

homens identificados por seus respectivos engenhos, o *DP* afirmava que eles eram os agitadores e que haviam sido detidos. Mas, como liderança do movimento, o jornal aponta Joel Câmara, à época um estudante universitário ligado às Ligas Camponesas e, trabalhando junto com ele, “um tal de Jeremias” [sic]. Ambos, ainda de acordo com o jornal, tentavam convencer os trabalhadores a participarem da “sublevação” que planejavam que consistia em “invasões de engenhos” e ações usando explosivos cuja existência servia para confirmar “a participação de elementos ligados a grupos revolucionários cubanos na ‘Ligas Camponesas’”.

Por fim, a matéria relatou que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També, havia sido levado até a cidade pelos padres Melo e Crespo e que estes vinham “ministrando ensinamentos [sic] que conduzam os homens do campo a um caminho certo”. Destacando a fala do presidente do Sindicato, Francisco Bernardo do Nascimento, este revelou uma preocupação em distinguir o trabalho do Sindicato com o das Ligas Camponesas, afirmando que advogados estão trabalhando para defender os associados “de várias hostilidades por parte de elementos das ‘Ligas’, assim como de proprietários de engenhos que acreditam na igualdade de ação entre Ligas Camponesas e Sindicato Rural”. E o jornal conclui dizendo que o delegado auxiliar já estava tomando as providências, articulado com a polícia da Paraíba, para deter Jeremias,¹⁷¹ também conhecido como o “Pombo Correio, detentor de todo o material revolucionário”.¹⁷²

Com esta narração sobre a situação no campo em També, o *DP* alardeava a existência de uma organização guerrilheira, pois afirmava que esta usaria “instrumentos destinados a guerrilhas”, utilizados em Cuba. Embora não apresentasse nenhuma prova contra os acusados, tampouco imagens dos supostos “materiais explosivos” e, muito menos, exemplos de casos concretos em que estes foram utilizados ou que os acusados chegaram a agir da forma retratada pelo jornal, a matéria contribuiu para alimentar a ideia de “perigo comunista”, já que associou os envolvidos a Cuba, contribuindo, assim, para ratificar e acentuar a “subversão em marcha” de que falava o jornal em seu editorial daquele dia.

A partir desta notícia, percebemos a necessidade em se afirmar que o Sindicato de Barreiros não era subversivo. Tendo este contribuído, naquele momento, como um modelo, uma referência de entidade dentro da ordem, usada pela imprensa, para se contrapor ao que era classificado como subversivo e, por isso, tendo destaque nas páginas do *Diário de Pernambuco*, fora do contexto de crimes a que se resume a página policial, local reservado

¹⁷¹ Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, era liderança do Partido Operário Revolucionário trotskista (POR-t). Ver: GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias*. Op. Cit.

¹⁷² DP, 13/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

para as notícias referentes à atuação das Ligas Camponesas e dos comunistas no campo, como já assinalado.

No dia 15 de janeiro daquele 1963, a página sete do *DP* trazia cinco matérias referentes ao movimento camponês em Pernambuco. Destas, uma era a nota da FTRP “*Aos camponeses e ao povo em geral*”, subscrita por treze sindicatos, entre eles, o de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em que a Federação informava que “vem de público, depois de examinar os fatos, lamentar o clima de incompreensão reinante entre proprietários e camponeses; vem também protestar contra o bárbaro trucidamento de indefesos camponeses, na Usina Estreliana [...]”¹⁷³, referindo-se aos assassinatos ocorridos oito dias antes do lançamento daquela nota. Também protestava contra “o clima de terror que esta sendo implantado na zona açucareira, afastando os camponeses de se sindicalizarem”. A Federação informou, ainda, que enviaria seus advogados para dar assistência às famílias dos camponeses mortos na Estreliana.

Esta nota foi publicada na página para cobertura policial do jornal, que trazia também outras quatro matérias sobre conflitos no campo. A primeira, localizada no topo da página, do lado direito, anunciava a prisão do “agitador” Joel Câmara, em També, as outras três, distribuídas logo abaixo da primeira, em uma formatação que dava a aparência de estarem interligadas, tratavam do mesmo assunto: “invasões” de engenhos por parte das Ligas Camponesas, na zona da Mata Norte do Estado. Porém, ao fazermos a leitura, conferimos que as tais “invasões” sequer aconteceram, segundo assim dizia a matéria: “Novo assalto será sábado”, “o assalto” – outro termo utilizado para as “invasões” de engenhos – “fora adiado”; outra matéria apresentava a seguinte chamada: “Até um engenho do primo de Julião está ameaçado: proprietário reagirá a fôrça”, mas o corpo do texto referia-se à movimentação de camponeses para “um comício” realizado no engenho Escuro, em Timbaúba e ainda corrobora com a fala do delegado da cidade, informando que não acredita em invasões e agitação das Ligas Camponesas no município. Sobre “o primo de Julião”, este era o proprietário do engenho Pedra de Sono e, de acordo com a matéria, disse que “se invadirem” pediria garantias à polícia ou reagiria.

O que podemos observar desta publicação no *DP*, com cinco notícias sobre o campo, em uma mesma página, mas com teor diferente, é que, ao que parece, o jornal fazia um discurso maniqueísta, apresentando o sindicato bom exemplo, dentro da ordem, e o mau exemplo, subversivo, que mobilizava os trabalhadores para uma ação mais incisiva na

¹⁷³ DP, 15/01/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

reivindicação de direitos, no caso, as Ligas Camponesas. Sendo assim, observamos que o Sindicato de Barreiros, juntamente com a Federação, cumpria a função não apenas de contrastar sua atuação, sobretudo com a das Ligas Camponesas, mas de repudiar certas situações que a imprensa insistia em divulgar como fatos reais, acontecidos, com o tom carregado da criminalização, mas que não passavam de versões sobre possibilidades de ações aventadas, como estas relatadas acima.

Pelo que podemos constatar, a Igreja Católica estava encarando a disputa com as Ligas Camponesas pela influência do trabalho no campo com muita determinação e disposição em utilizar os recursos necessários para consolidar seu trabalho e combater o que acusava de subversão. Logo, se interessava ao jornal usar essa disputa para tensionar e acirrar os ânimos, e ainda desgastar e criminalizar as Ligas Camponesas, à Igreja interessava ocupar todos os espaços que pudesse para se contrapor ao que entendia como influência perigosa junto aos trabalhadores e, para isso, o Sindicato de Barreiros parecia estar contribuindo.

A preparação e realização das atividades do 1º de maio, Dia do Trabalhador, dão uma boa medida desse alinhamento. Havia aquela manifestação preparada e coordenada pelo CONSINTRA,¹⁷⁴ de uma grande manifestação em Recife naquela data. A expectativa era reunir mais de cem mil trabalhadores, do campo e da cidade, de todo o estado e aglutinando movimentos, entidades e organizações diversas. Havia uma articulação para se conseguir transporte ferroviário e ônibus estavam sendo disponibilizados por algumas prefeituras e empresas, era o que informava a matéria intitulada “1º de maio – Preparação”, publicada no *Diário de Pernambuco*¹⁷⁵.

Na sequência da matéria, informava-se que em Barreiros aconteceria uma “grande concentração operário-camponesa”, patrocinada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Na programação, estava prevista a inauguração das Delegacias Sindicais de Rio Formoso e Serinhaém, com a presença do bispo de Palmares, dom Acácio, além de representantes da Federação e do Governo do Estado. Ou seja, outras forças políticas e entidades se reuniram na Capital e o Sindicato de Barreiros faria sua comemoração naquele Município, junto com a Igreja Católica.

O resultado do 1º de maio em Barreiros foi divulgado com ênfase pelo DP que destacou: “Barreiros festejou o Dia do Trabalho [*sic*]”. O evento organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, “tendo a frente o **velho** presidente Pedro Moacir da Silva”, contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, além da Usina Central

¹⁷⁴ Conselho Sindical que reunia a maioria das entidades de trabalhadores de Pernambuco.

¹⁷⁵ DP, 26/04/1963, p. 05. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Barreiros e da Prefeitura do município. De acordo com a matéria, cerca de três mil trabalhadores comemoraram com jogos, baile e “com muita ordem foi servido um churrasco de nove bois”.¹⁷⁶

Mas, nem tudo era festa naquela Região. Na mesma edição do *DP*, havia uma pequena nota informando que o assessor sindical do Governo do Estado, Fernando Mendonça Filho, viajou para se informar sobre o “movimento paredista em engenhos da usina Trapiche”¹⁷⁷. Havia insatisfações de trabalhadores naquela região, o Governo buscava mediar possíveis negociações, através da Secretaria Assistente, mas às vezes em que se noticiaram esses acontecimentos não identificamos registro da participação do Sindicato de Barreiros, nem na negociação, nem na organização das greves.

Sobre os problemas que resultaram no movimento paredista em engenhos da usina Trapiche, podemos observar que se conseguiu mediar, mas não resolver, pois em fins de junho, os trabalhadores de campo voltaram a fazer mobilização para greve, cuja reivindicação principal era que o carimbo na Carteira de Profissional do Ministério do Trabalho tivesse efeito retroativo, mas também era pauta da parede as condições de trabalho, a jornada de trabalho e a necessidade de se definir regras para as tarefas cobradas aos trabalhadores de campo das usinas.

Tais questões começavam a vir à tona, além da luta pelo pagamento do 13º salário, por uma iniciativa do Governo Arraes, enquanto Secretaria Assistente, para estimular e promover o diálogo e a negociação entre trabalhadores e o patronato, sobre a aplicação da legislação trabalhista, via o recém aprovado Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), na tentativa de resolver ou dirimir os problemas que dominavam o campo naquele momento.

O propósito do Governo era absorvido como uma ameaça à paz pelos senhores de engenhos, fazendas e usinas, ainda mais pela política de não mais tratar os problemas do campo como caso de polícia. Ao mesmo tempo, o compromisso do Governo em fazer cumprir a legislação trabalhista era percebido, por grande parte dos trabalhadores, como um estímulo a mais para desenvolver a luta e ajudar na concretização desse compromisso.

De acordo com o *DP*, a greve foi suspensa “e adiada por dez dias, conforme entendimento entre o sr. Fernando Mendonça, assessor sindical do Governo, líderes grevistas e o sr. Samuel Costa, gerente da usina”¹⁷⁸. Como podemos observar, o jornal faz referência a “líderes grevistas”, mas não cita o Sindicato de Barreiros, tão pouco Moacir Pedro, seu

¹⁷⁶ DP, 07/05/1963, Segundo Caderno p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁷⁷ DP, 26/04/1963, p. 05. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁷⁸ DP, 30/06/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

presidente. Então, quem seriam as lideranças? Havia, em Rio Formoso e também em Serinhaém, Ligas Camponesas organizadas e a possibilidade de estarem realizando um trabalho junto à base do Sindicato não era impossível. As Ligas Camponesas vinham fazendo um trabalho, não apenas com os arrendatários, meeiros, contra o cambão e pela reforma agrária, mas passavam a orientar a organização de sindicatos e a incorporar questões trabalhistas, juntos às suas reivindicações. Na disputa com a Igreja Católica e o PCB, as Ligas Camponesas tentavam recuperar seu espaço de influência. E o Sindicato de Barreiros não estaria imune a essa disputa.

No início de junho, o *Diario de Pernambuco* publicou a seguinte notícia: “Ligas Camponesas contra sócios do Sindicato Rural”¹⁷⁹. De acordo com a matéria, o presidente do Sindicato de Barreiros, Moacir Pedro, esteve no Palácio do Governo para denunciar à Secretaria Assistente que a entidade de classe estava sofrendo ameaças, pois “o indivíduo Júlio Santana, dizendo-se líder das Ligas Camponesas, pretende fechar a Delegacia que o Sindicato Rural instalou ali” [em Serinhaém]. Conforme informou Moacir Pedro ao jornal, Júlio Santana também disse “que esses sindicatos dos padres nada fazem pelo trabalhador, distribuindo apenas carteirinhas”. Moacir também levou ao conhecimento da Secretaria que Júlio Santana costumava reunir algumas centenas de homens, retirando-os do trabalho na usina Catende para “provocar elementos filiados aos sindicatos rurais”. Para o *DP*, a situação é um “verdadeiro clima de terror”, e tendo advertido que, nos próximos dias “segundo ampla divulgação que o próprio Júlio Santana vem fazendo, chegará a vez de ser fechada definitivamente a Delegacia do Sindicato Rural em Serinhaém, nem que seja preciso a utilização da violência”.¹⁸⁰

FIGURA 1 – “LIGAS CAMPONESAS” CONTRA SÓCIOS DO SINDICATO RURAL

¹⁷⁹ DP, 06/06/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁸⁰ Idem.



Fonte: *Jornal Diário de Pernambuco*, 06/06/1963, p. 07.

Pela primeira vez, o *Diário de Pernambuco* trouxe uma notícia sobre o Sindicato de Barreiros que não era de êxito pelo trabalho da entidade e seu presidente. Pelo contrário, agora aparecia um Sindicato sendo criticado em sua atuação “só faz carteirinha” e disputado por outra força política que, não por acaso, era uma das mais combatidas pelo próprio jornal, as Ligas Camponesas. Infelizmente, o jornal não trouxe a fala da liderança das Ligas Camponesas, Júlio Santana, apesar de citá-lo e, inclusive, trazer declarações supostamente suas. A negação do direito de fala, possibilitando o contraditório na notícia, que seria um princípio fundamental do jornalismo, nos faz questionar a imparcialidade, bem como, a intenção do jornal em assim proceder.

Contudo, independente da análise do *DP*, a realidade é que, antes de o primeiro semestre acabar, começava a ser desenhado um novo cenário na área de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém e, pela maneira como o jornal logo tratou de qualificá-lo, como “clima de terror”, a tensão naquela região da zona canavieira ia aumentar.

b) Segundo semestre: mudança radical na atuação do Sindicato de Barreiros

O Sindicato de Barreiros começou aquele segundo semestre de 1963, em meio a uma disputa pela sua direção envolvendo o então presidente Moacir Pedro da Silva e as Ligas Camponesas, que tinha Júlio Santana como principal líder naquela região. A disputa no campo entre Igreja Católica e Ligas Camponesas agora se materializava no Sindicato de Barreiros. De acordo com Padre Paulo Crespo,

Barreiros cada ano passava **do partido para as Ligas, das Ligas para os trotskistas**. Houve uma ocasião que saiu uma fotografia do sindicato de Barreiros: um camarada na porta do sindicato com um fuzil na mão, guardando a entrada. Temendo o quê? A invasão de quem? Naquela altura não era a invasão da Polícia, mas a de outros grupos.¹⁸¹

A intensidade dos acontecimentos que atingiram este Sindicato pode ter contribuído para que a memória de um dos padres mais influentes no trabalho de sindicalização rural da Igreja Católica tenha percebido e registrado o tempo em uma dimensão maior do que realmente foi. Não foram anos de disputa em que o Sindicato ora esteve com a Igreja, ora com as Ligas Camponesas, ora com “o partido” - em uma possível referência ao PCB - ou ora com os trotskistas. Foram apenas alguns meses, mas o suficiente para marcar a história daquela entidade de classe e a memória dos que a experienciaram.

Se a memória pode interferir em nossa percepção de tempo, a imprensa e, mais uma vez, destacamos o *Diario de Pernambuco*, tem a capacidade de superdimensionar determinados acontecimentos de acordo com seus interesses. E quando o assunto era a disputa pelo Sindicato de Barreiros, esforços não foram medidos para atacar e criminalizar quem se opunha a Moacir Pedro na direção do Sindicato que, com ele, atuava “num clima de ordem e de legalidade”¹⁸², conforme referiu-se a ele a coluna *Periscópio* daquele jornal. Coluna esta que, segundo Dreifuss, mantinham relações com o IPES para “estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública”¹⁸³ e, assim, ir gestando o golpe. Mas, o espaço daquele jornal dedicado a manipular e direcionar o olhar do leitor era muito maior do que uma coluna e a abordagem sobre os acontecimentos em Barreiros podem ajudar a perceber isso.

A motivação para a disputa pela direção do Sindicato de Barreiros foi a acusação de que a eleição que reconduziu Moacir Pedro à presidência, completando nove anos à frente da entidade, “fora irregular”¹⁸⁴. O *Diario de Pernambuco* noticiou que uma comissão das Ligas Camponesas foi recebida pelo delegado auxiliar para informar que a motivação para a convocação de uma concentração em Barreiros teve por objetivo solicitar que fossem feitas eleições para direção do Sindicato, já que o mandato do então presidente tinha vencido e ele estava “sem querer entregar o cargo”.¹⁸⁵

Na mesma matéria do *DP*, a comissão das Ligas Camponesas aproveitou para denunciar que “o caso está sendo explorado”. O Juiz da Comarca de Barreiros, João Batista Neto, de acordo com o jornal, também declarou acreditar na solução pacífica para o caso. No

¹⁸¹ CRESPO, Enes Paulo. **Paulo Crespo (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990, 46 p. dat.

¹⁸² DP, 21/07/1963, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁸³ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Op. Cit., p 233.

¹⁸⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Op. Cit., p. 49.

¹⁸⁵ DP, 21/07/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

corpo do texto, antes de dar voz, pela primeira vez, às Ligas Camponesas, o *DP* informou que recebeu telegrama de Moacir Pedro da Silva e este também entrou em contato com a SSP, informando que as Ligas “deveriam invadir a sede do Sindicato Rural”.

O *Jornal do Comercio*, também noticiou ter recebido telegrama de Moacir Pedro denunciando que as Ligas Camponesas programavam “uma marcha sobre Barreiros e visam, especialmente, atacar o Sindicato”¹⁸⁶. Talvez sem intenção, mas os dois jornais, ao noticiarem com base no telegrama de Moacir Pedro, acabaram confirmando o que disse a comissão das Ligas Camponesas, sobre a “exploração do caso”.

Pelos telegramas de Moacir Pedro podemos imaginar como ele enxergava os motivos que levavam àquela disputa pelo Sindicato. Além disso, é possível mensurar a pressão que ele estava sofrendo das bases da entidade. Em nossas pesquisas não localizamos registro de que a Federação tivesse assumido um posicionamento de defesa do seu filiado. Ao contrário. O Sindicato foi quem sinalizou com uma aparente mudança de posição, ao assinar uma nota “*Dos trabalhadores da zona canavieira ao povo*”, em conjunto com representantes das Ligas Camponesas e de sindicatos identificados como influenciados por elas e pelos comunistas, tais como os sindicatos de trabalhadores rurais de Palmares, Jaboaão, Paudalho e Glória de Goitá, São Lourenço e Moreno, além da presença inusitada do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar. A referente nota divulgou a primeira

reunião-consulta entre aquelas entidades e organizações com o objetivo de eleger uma comissão para elaborar manifesto, regimento e convocação de nova reunião para aprovar um “Pacto de Ação Unitária dos trabalhadores da agro-indústria do açúcar.”¹⁸⁷

Além de manifestar solidariedade aos trabalhadores despejados do engenho Novo, da usina Muribeca; protestar contra a prisão do fotógrafo Rui Cabral, do jornal *A Liga*; solidarizar-se com os trabalhadores que ocuparam terras do engenho Coqueiro, em Vitória de Santo Antão e aos que estavam em greve nas usinas Catende e Roçadinho.

Chama a nossa atenção o fato de a nota não contar com o apoio da Federação, além de ter Moacir Pedro subscrevendo-a enquanto líder do Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém. Acreditamos que, possivelmente, um dos motivos que levou essas organizações a divulgarem a construção de um “Pacto de Ação Unitária”, foi uma reação à presença da Federação em uma reunião com representantes dos usineiros e fornecedores de cana, sem comunicar nem convocar outras organizações de trabalhadores, embora o objetivo fosse discutir uma pauta de grande interesse de todos: a elaboração de uma proposta de

¹⁸⁶ JC, 20/07/1963, p. 07. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

¹⁸⁷ DP, 29-30/06/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

“uniformização das tarefas no campo”, o que explica a ausência daquela entidade na elaboração da citada nota. Essa reunião gerou críticas e desconfianças de trabalhadores e sindicatos com a Federação, assim como gerou críticas à participação da mesma em acordar um prazo para o já atrasado pagamento do 13º salário.¹⁸⁸

Sobre o que levou Moacir Pedro a reunir-se com as Ligas Camponesas e lideranças sindicais sabidamente ligadas aos comunistas, apesar de não podermos precisar, acreditamos que pode estar relacionado à crise na direção do Sindicato e à tentativa de responder a prováveis críticas a uma postura mais passiva, conciliadora e pouco envolvida nas lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais da área de atuação do próprio Sindicato.

Outro lado dessa disputa pela direção do Sindicato pode ser observada a partir das explicações fornecidas por Júlio Santana da Silva, a partir de depoimento fornecido à Delegacia Auxiliar, quando o mesmo afirmou que “atualmente era delegado do sindicato em Serinhaém” e que “anteriormente fazia parte das Ligas Camponesas” e:

Em virtude da atuação do depoente junto à Delegacia de Serinhaém, houve um mal entendido entre ele, depoente, e o então presidente do Sindicato Rural de Barreiros, senhor Moacir Pedro da Silva, o qual por ocasião da greve irrompida na Uzina [sic] Trapiche com seu apoio integral e após solucionada a mesma, representara contra ele, depoente, junto ao Juiz da Comarca de Serinhaém, fazendo acusações inverídicas e descabidas; que, embora essa representação, o depoente até a data presente, continua no Sindicato de Barreiros, agora na qualidade de Presidente da Junta Governativa daquele órgão de classe; que, antes disso, o depoente representou junto à Delegacia Regional do Trabalho contra irregularidades constatadas na eleição do senhor Moacir Pedro da Silva, para Presidente do referido Sindicato, o que agravou a mencionada divergência entre o depoente e aquele senhor; que como resultado da representação acima citada e da atuação do depoente na zona rural da região, veio a ser ultimamente, escolhido para Presidente da Junta Governativa que se acha regendo os destinos do Sindicato Rural de Barreiros, Serinhaém e Rio Formoso.¹⁸⁹

A sede do Sindicato não foi invadida, como alardeou Moacir Pedro, mas ocorreu uma assembleia com os associados da entidade, presidida pelo Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, que buscou mediar a crise, cujo resultado divulgado pelo *DP*, foi de que

Concluídos os trabalhos ficou definitivamente destituído do cargo de presidente o sr. Moacir Pedro da Silva e nomeada uma junta governativa constituída dos camponeses Júlio Santana, José Silvestre e outro operário. O Delegado do Trabalho marcou a eleição dentro de noventa dias, com o compromisso dos membros da junta administrativa, de não se candidatarem a presidente. O sr. Moacir Pedro da Silva afirma-nos que renunciou “levado por uma reunião ilegal, pois não houve convocação de assembleia na forma oficial”.¹⁹⁰

¹⁸⁸ DP, 02/02/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁸⁹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 20398.

¹⁹⁰ DP, 02/08/1963, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Talvez esta tenha sido a última vez que o *Diario de Pernambuco* referiu-se a Júlio Santana como “camponês”. Logo após a assembleia de destituição de Moacir, na usina Santo André, em Rio Formoso, um “tumulto” envolvendo trabalhadores rurais e funcionários da usina resultou em uma pessoa morta e três feridos. O *Diario de Pernambuco* assim divulgou essa notícia:

enquanto o Sindicato Rural daquela zona era dirigido por trabalhadores, reinava a mais completa calma nas propriedades da região, entendendo-se pacificamente patrões e obreiros. A agitação começou com o domínio dos três elementos das Ligas - estranhos à classe camponesa - no Sindicato.¹⁹¹

Em um claro esforço de apresentar como “estranhos à comunidade”, o morto que, segundo o jornal, não foi identificado por ser desconhecido na região, “supondo ser elemento das Ligas”, assim como eram os componentes da Junta Governativa do Sindicato de Barreiros. Tratando como “a agitação de fora para dentro”,¹⁹² insinuando que tinha elemento externo no campo, podendo ser relacionado à influência comunista. Além do que, trata aquele que não é “estranho” como incapaz de fazer aquela ação.

O *DP* parecia ignorar que Júlio Santana era Delegado Sindical em Serinhaém¹⁹³ e, em Rio Formoso, conforme informou o mesmo¹⁹⁴, o Delegado Sindical era Antonio Joaquim de Medeiros, mais conhecido como Chapéu de Couro. Lembrando que as Delegacias Sindicais nas duas cidades foram inauguradas em 1º de maio, com a presença de representante da Federação, do bispo de Palmares, entre outras personalidades.

3.5. Mudanças de direção, mudanças na condução das atividades

Quando uma Junta Governativa, presidida por Júlio Santana, assumiu a direção do Sindicato, em fins de julho de 1963, greves foram deflagradas contra o atraso no pagamento do 13º, ou pelo reajuste do salário, ou pelas exigências no cumprimento de tarefas no campo, entre outras motivações. O Sindicato vivia um clima de intensa atividade e muita tensão, e a subversão no comportamento daquele que era um modelo de sindicato - de ordeiro para agitado - não agradou ao patronato.

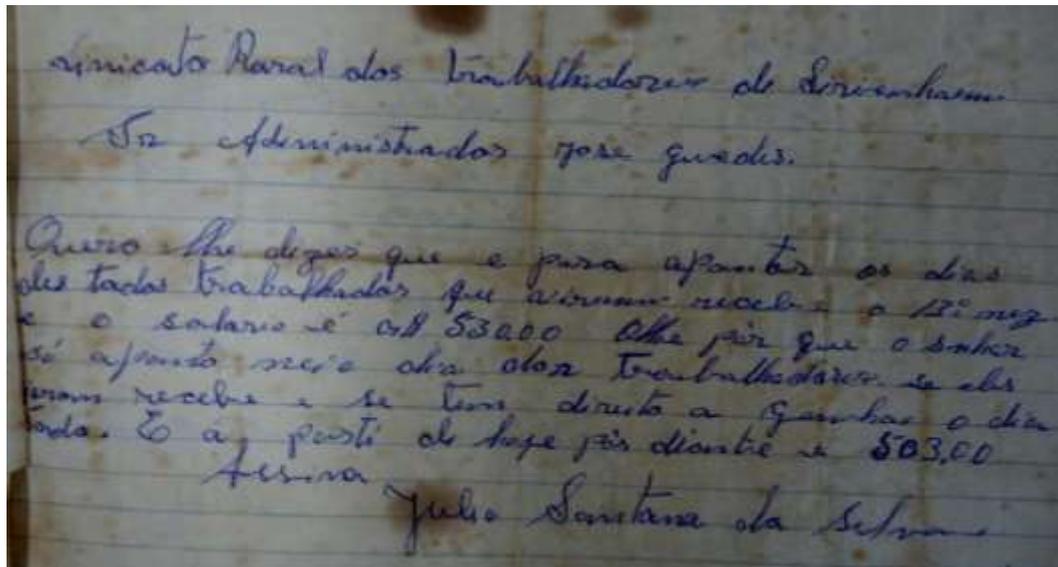
¹⁹¹ DP, 02/08/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁹² MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Op. Cit., p. 65.

¹⁹³ Ver anexo 01 desta dissertação.

¹⁹⁴ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 20398.

FIGURA 2 – BILHETE DE JÚLIO SANTANA PARA UM ADMINISTRADOR DE ENGENHO



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº 20.398

A imagem acima refere-se a um bilhete assinado por Júlio Santana, em nome do Sindicato de Barreiros, em que este adverte o administrados do engenho que o salário passou a ser de Cr\$503, revelando a preocupação em se fazer cumprir a nova legislação. Ainda sobre a mudança na atuação da direção do Sindicato, podemos observar o que diz José Paulo de Assis que, à época trabalhava como cambiteiro no engenho Changuá, em Rio Formoso,

ele [Júlio Santana] ia lá pra o Changuá, chegava na vista dos administradores e dizia: Companheiros (com os trabalhadores)! Se a caixa de fósforo der 50 cruzeiros, compre pra tocar fogo na cana desses safados... Ele chegava mermo assim. Não tinha outro jeito melhor de chegar... Acho que o jeito dele era o melhor, né? Porque, nesse tempo, a agressão era muito grande, contra os trabalhadores. E pra quebrar isso aí, precisa ser... A forma de combater muito grande, porque a parada era muito dura. Pra combater patrão, pra combater gerente, fiscal, apontador, cabo... Vou lhe falar, era pau, pau pesado! Lá dizendo que ia trazer umas caixas de fósforos pra gente. Falando alto pra todo mundo ouvir. Tinha de ser assim, porque naquele tempo, tinha de botar moral, se não chegasse desse jeito... Tinha de ser duro.¹⁹⁵

Durante o mês de agosto, percebemos a veiculação de notícias no *Diario de Pernambuco*, afirmando que os trabalhadores mobilizados por Júlio Santana estavam programando “invasões” das usinas da região, como a Cucaú, em Rio Formoso e a Trapiche, em Serinhaém¹⁹⁶. Assim como anteriormente era comum denunciar “invasões de engenhos” e até a “invasão” da sede do Sindicato.

¹⁹⁵ José Paulo de Assis em entrevista concedida à autora em 22 de setembro de 2015, na cidade de Rio Formoso-PE.

¹⁹⁶ DP, 11/08/1963, p. 03 & 13/08/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Em função dessas denúncias, no dia 11 de agosto, quando reunido com trabalhadores no Sindicato, Júlio Santana foi abordado e escoltado pela polícia até a Delegacia Auxiliar, onde respondeu às denúncias de “invasões” e a uma denúncia em particular, apresentada àquela Delegacia, por Francisco Alfredo Correia de Oliveira, proprietário dos engenhos Goicâna, em Rio Formoso e Tinôco, em Serinhaém. De acordo com Francisco de Oliveira,

foi a Delegacia do Sindicato Rural de Serinhaém, invadida por camponeses [sic], chefiados por Júlio Santana da Silva, esclarecendo que ditos camponeses [sic] compõem as Ligas Camponesas existentes no Estado; que, após esse fato, originou-se verdadeira intranquilidade em toda zona rural, não havendo a mínima segurança para os proprietários, fiscais de campo, administradores de engenho, cabos de engenho e camponeses [sic] ordeiros". E seguiu denunciando que Júlio Santana, "chefeando uma turma de camponeses [sic] dos engenhos Vermelho e Mato Grosso, começou a invadir os engenhos Xanguá, Jindiaí e São Francisco e outros.¹⁹⁷

Arguido pelo delegado Francisco Morais Souto, Júlio Santana negou todas as acusações e disse nunca ter ameaçado, nem tinha a intenção de agredir o “doutor” Francisco,

não vendo motivo para que o mesmo se dirija a esta Secretaria, afim de solicitar garantias; que o que ocorre, na verdade, é que aquele rendeiro não cumpre as obrigações legais para com os trabalhadores, haja visto, até a data presente, não haver pago integralmente o décimo terceiro mês e só estar pagando o salário mínimo a uma parte do trabalhadores, o que vem motivando ser sempre o depoente procurado em seu Sindicato; que a orientação do depoente aos associados do Sindicato atualmente sob a sua direção, é no sentido de evitarem comparecer em massa à sede dos engenhos ou Uzinaz [sic], devendo dirigirem-se ao sindicato, o qual se encarregará de encaminhar as suas reivindicações aos proprietários ou uzineiros [sic] e estudar para evitar a possibilidade de movimentação que possa ser interpretada como invasão, como tem ocorrido algumas vezes.¹⁹⁸

A reação à prisão de Júlio Santana foi imediata. Enquanto este dava seu depoimento, a usina Trapiche parou de funcionar e os trabalhadores permaneceram ocupando seu pátio. Houve paralisação de trabalhadores do campo nas três cidades em que o Sindicato atuava. De acordo com o *DP* e o *JC*, foram mais de vinte mil trabalhadores em greve contra a prisão de Júlio Santana. Diante da força da greve política, o Governo enviou uma comissão com o deputado estadual Gilberto Azevedo e o advogado Rildo Souto Maior, acompanhados também pelo Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, para tentar acalmar os ânimos. Segundo o *JC*, o delegado auxiliar Francisco Souto “declarou que Júlio Santana não foi preso, mas apenas trazido ao Recife para conversar com o governador Miguel Arraes a respeito de uma greve reivindicatória que estava para ser deflagrada”¹⁹⁹, e que no próprio domingo ele havia saído do Palácio do Governo.

¹⁹⁷ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 20398.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ *JC*, 13/08/1963, p. 07. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

Contudo, consta na “folha de antecedentes criminais” de Julio Santana, em seu prontuário na DOPS, que este foi preso naquele 11 de agosto de 1963. Consta também o “termo de declaração” do mesmo, prestado na Delegacia Auxiliar, ao delegado Francisco Souto, em Recife, em 11 de agosto de 1963.²⁰⁰

O *Diario de Pernambuco*²⁰¹ acusou o Governador de ter feito “sutil manobra” com a prisão de Júlio Santana, por não aparecer como “autoridade coatora” [sic] da mesma. E que o objetivo era parecer “como homem que não admite agitação, o que daria resultado político em favor do seu candidato à sucessão municipal” [em Recife].

Ao analisarmos este episódio percebemos que a pressão sobre o Governador Miguel Arraes era enorme e de todos os lados. A força política dos trabalhadores rurais começava a ser sentida na disposição e capacidade destes em se organizar e se manifestar em defesa dos seus direitos, tendo, ao que parece, aprendido o poder que tem uma greve. Por outro lado, a classe patronal aumentava a pressão para ter de volta ao campo a política de repressão aos trabalhadores, com a atuação efetiva da polícia, além de seus seguranças particulares. A imprensa, porta-voz desses senhores, parecia deixar claro, com essa denúncia de “sutil manobra” de Miguel Arraes, que nada do que ele fizesse, ainda que fosse para atender ao clamor daqueles, seria visto e noticiado como uma ação positiva. A intenção era sempre de desgastar aquele governo.

O clima esquentava no campo. Descumpridora das leis, praticante de violências e conhecedora da impunidade, a oligarquia agrária transformava o crescimento das lutas reivindicatórias dos trabalhadores rurais em desordem e perigoso ataque à democracia, buscando, com isso, justificar e intensificar suas ações repressoras. Na Mata Norte, em També, Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, liderança do POR-t que atuava na área do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També, foi assassinado no engenho Oriente, propriedade de José Borba, ladeado por dezenas de trabalhadores que reivindicavam o pagamento atrasado do 13º salário, destes ficando mais de vinte feridos. Na Mata Sul, armas privadas das Forças Armadas foram apreendidas nas usinas Santo André, em Rio Formoso e Caxangá, em Ribeirão.²⁰²

Com o objetivo de “ressalvar as responsabilidades dos fornecedores de cana e produtores de açúcar, ante o que poderá resultar do incitamento público à desordem e à

²⁰⁰ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 20398.

²⁰¹ DP, 13/08/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁰² Jornal *A Hora* - AH, 10/08/1963, p. 01. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

violência formulada pelos agitadores”, oito representações da classe patronal²⁰³, coesas e unidas em seu propósito, comunicaram, via ofício, ao Governo do Estado que conhecidos “agitadores” “continuavam promovendo, agora, com a maior gravidade e insistência, um clima de intranquilidade e insegurança em diferentes zonas do Estado”.²⁰⁴ Os “agitadores” eram Jeremias que, na versão patronal, “invadiu a propriedade e lamentavelmente pereceu durante os distúrbios por ele mesmo gerado” e, na Mata Sul, onde “não são menos graves as perspectivas”, era Júlio Santana que preparava “concentração com propósitos meramente agitaciónistas”. E encerraram o ofício lembrando ao Governo do Estado sua responsabilidade com a segurança da população.

Diante dessa situação, o Governo abriu ainda mais as portas do Palácio do Governo para o diálogo. Somando forças a essa tentativa de solucionar os problemas, o Delegado do Trabalho, Enoch Saraiva, convocou uma reunião no Palácio do Governo, com Júlio Santana e uma comissão de trabalhadores, das usinas Central Barreiros, Cucaú e Trapiche e a advogada dos trabalhadores Darcy Teixeira, além da Secretária Assistente, o deputado estadual Gilberto Azevedo, os advogados Rildo Souto Maior e Djacir Magalhães e representantes das referidas usinas Pedro Murilo e Francisco Peixoto (Central Barreiros), Aluizio Freire (Trapiche) e o advogado Ary Santa Cruz. Da reunião concluiu-se que o pleito daqueles trabalhadores era o mesmo dos demais presentes na zona canavieira, era a definição das tarefas no campo, os salários defasados, a jornada de trabalho e, por isso, ficou decidido ampliar o debate e as representações buscando acordar as diversas questões de interesse das partes, inclusive encaminhar negociação para “acordo salarial entre empregados e empregadores”.²⁰⁵

Em meio às tensões já existentes, em plena moagem da cana de açúcar, promover uma negociação para tentar regulamentar as tarefas de campo na zona canavieira e viabilizar um possível reajuste salarial, era desafiador para o Governo e a DRT, preocupante para o patronato, mas, ao mesmo tempo, promissor ante a possibilidade de receber novos financiamentos do Estado. E, para os trabalhadores rurais, era a oportunidade de obter resultados positivos, fazendo a pressão em um momento em que era vital manter a produção a todo vapor.

²⁰³ Federação das Indústrias de Pernambuco, Associação Comercial de Pernambuco, Centro das Indústrias de Pernambuco, Sindicato das Indústrias do açúcar no Estado de Pernambuco, Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Limitada, Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco, Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana de Pernambuco e a Sociedade Auxiliadora da Agricultura.

²⁰⁴ DP, 14/08/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁰⁵ DP, 14/08/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Mas, a aposta no diálogo, com a mediação do Governo e da DRT, surtiu efeito e uma proposta de tabela de tarefas para o trabalho na lavoura da cana de açúcar foi elaborada com contribuições de todas as partes interessadas. A importância dos trabalhadores rurais e o respeito e, de alguns, talvez o temor, que a força de sua capacidade mobilizadora estava conquistando pode ser conferida, nesse processo de construção da tabela, pela decisão de que a proposta teria de passar pelo crivo dos trabalhadores, em assembleias para, só assim, ser aprovada oficialmente, como divulgou o *Diario de Pernambuco*, “Agora a documentação será levada às bases dos trabalhadores rurais para aprovação em assembléias gerais, após o que será firmado oficialmente pelos delegados dos órgãos de classe”.²⁰⁶

O Sindicato de Barreiros, participou ativamente de todo o processo de diálogo e elaboração de propostas, representado pelo presidente da Junta Governativa, Júlio Santana. A participação de Júlio Santana nesse processo, o acesso deste, bem como de outras lideranças camponesas, ao Palácio do Governo, centro de negociação entre o patronato e os trabalhadores, fora duramente criticada pela imprensa. Na mesma matéria que divulgou a conclusão da proposta de tabela, o *DP* registrou tal incômodo, sem identificá-lo como representante do Sindicato, mas sim, como "o agitador Júlio Santana, que comandou a invasão da usina Santo André e dirige a subversão na zona Sul do Estado, também participou do encontro."

Uma vez homologada, entre o patronato, a proposta de tabela, estes decidiram aplicá-la. Contudo, os trabalhadores, em vários engenhos pelo estado, rejeitaram a proposta relativa ao corte da cana de açúcar: 200 feixes com 20 canas cada, para cana boa; 150 feixes com 20 canas, para cana média; 100 feixes de 20 canas, para cana fraca. Os trabalhadores só aceitavam cortar 150 feixes com 15 canas cada, “recusando-se ainda a obedecerem e a cortar canas com 1 metro e 20 centímetros, o que lhes impossibilitava uma maior produção e, conseqüentemente, redundaria numa diminuição dos seus salários”²⁰⁷, era o que explicava o jornal *A Hora*, ligado ao PCB.

Sem apresentar qual era o real motivo da rejeição dos trabalhadores, o *Diario de Pernambuco* tratou de acusar os “agitadores” de induzirem os trabalhadores a não aceitar a tabela²⁰⁸. Apontando Júlio Santana como um deles, questionou o fato dele ter participado da reunião que acordou a proposta e, naquele momento, ter orientado os trabalhadores a cruzarem os braços.

²⁰⁶ DP, 22/08/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁰⁷ AH, 03 a 07/09/1963, p. 06. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²⁰⁸ DP, 31/08/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Greves irromperam nas áreas de atuação do Sindicato de Barreiros e em outras cidades na zona canavieira, atingindo as usinas que começavam a moagem da cana em São Lourenço da Mata, Jabotão dos Guararapes, Maraiial, Ribeirão, além de Serinhaém, na usina Trapiche. Estava criado um impasse, ante a matemática atroz de um patrão ou seu preposto que, visando mais lucro, insistia na injusta exploração da mão-de-obra. A Federação dos Trabalhadores Rurais, passado o episódio da reunião privada com o patronato, declarou à imprensa que a tabela “não está em vigor nem tem força de Lei, uma vez que tal documento ainda não foi homologado por quem de direito”²⁰⁹ e lançou campanha pelo aumento do salário dos trabalhadores rurais.

3.6. Batalha no campo e na Justiça: a disputa pelo Sindicato

Em meio a essa nova batalha na zona canavieira, a Justiça, que preferia fechar os olhos àquela situação de exploração, decidiu dar deferimento à liminar impetrada por Moacir Pedro da Silva, contra a condução, pelo Delegado Regional do Trabalho, da assembleia que aprovou sua destituição da direção do Sindicato de Barreiros, “determinando a sustação de novas eleições, marcadas para o próximo dia 30, pela diretoria intervencionista”²¹⁰. Tão logo tomaram conhecimento da decisão do Juiz Manoel Rodrigues Pôrto Filho, dois mil trabalhadores rurais,²¹¹ ocuparam a sede da Delegacia Sindical, em Serinhaém, paralisando os trabalhos em quase todos os engenhos da usina Trapiche. De acordo com o *Jornal do Comercio*, a determinação foi de que “Moacir Pedro não reassumiria a presidência do órgão de classe nem com a polícia”²¹².

Já o Sindicato de Jabotão, disputado por lideranças comunistas e da Igreja Católica, cujo pároco local era o Padre Crespo, teve uma eleição organizada pela situação, ligada à Igreja, anulada, e uma Junta Governativa aprovada, até que se realizasse um novo pleito.²¹³ Ao mesmo tempo em que foi descoberta e fechada, pelo Governo do Estado, a sede do IBAD, com financiamento dos EUA, na paróquia do Cabo de Santo Agostinho, sob a responsabilidade de Padre Melo. Inconformados e atribuindo os acontecimentos no Sindicato à perseguição do Governo e da DRT, o grupo ligado à Igreja mobilizava trabalhadores para protestar contra os representantes do Estado.

²⁰⁹ DP, 01/10/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²¹⁰ DP, 27/08/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²¹¹ DP, 20/08/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²¹² JC, 03/09/1963, p. 08. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²¹³ AH, 07 a 13/09/1963, p. 06. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

Se faltava uma faísca para incendiar o campo, ela foi acesa. A reação dos trabalhadores ligados a Júlio Santana, à decisão do Juiz, foi de optar pela resistência. E, para isso, aumentaram a mobilização na região. O *Jornal do Comercio* e, sobretudo, o *Diario de Pernambuco* esmeravam-se em uma tendenciosa cobertura dos acontecimentos na região. A imagem que construíam daqueles trabalhadores e, particularmente de Júlio Santana, era de um criminoso de alta periculosidade.

A notícia de que um Júri fora realizado, por membros do Sindicato junto com Júlio Santana e João Alfredo, que atuava nas Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão, para sentenciar os camponeses que não aderiam às greves, em Serinhaém, com a participação de centenas de trabalhadores, não foi confirmada, com outras fontes, por nossa pesquisa. Porém, dias depois do *Diario de Pernambuco* estampar esta notícia, Francisco Julião lançou uma nota em que desautorizava Júlio Santana a falar em nome das Ligas Camponesas.²¹⁴ A mesma desautorização era extensiva ao estudante João Alfredo, que recentemente havia liderado ocupações em três engenhos em Vitória de Santo Antão, o que obrigou Julião e o governador Arraes a irem até a ocupação e convencerem os trabalhadores a desistirem da ação.²¹⁵

A decisão de Francisco Julião em desautorizar aqueles que até então eram considerados lideranças intermediárias na direção hierarquizada das Ligas Camponesas, pode ter sido motivada pela necessidade em não permitir a associação do movimento ao que poderia ser considerado radicalismo, em uma tentativa de se reorganizar, após enfrentar uma crise interna que trouxe à tona divergências e levou a dissensões. Naquele momento, em 1963, após enfrentar um agrupamento nas Ligas Camponesas que chegou a tentar organizar guerrilha rural, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Julião parecia preocupar-se com posturas tidas como mais radicais e extremistas dentro daquela organização.

Em uma entrevista que o advogado concedeu à historiadora Aspásia Camargo, quase vinte anos depois dos acontecimentos no Sindicato de Barreiros, quando estimulado pela historiadora a refletir sobre os acontecimentos do ano de 1963 que, segundo ela, “é um ano decisivo”, Francisco Julião responde, também demonstrando preocupação com a sua própria imagem, que

[...] absolutamente, nunca estimei as invasões de terra. Todas as invasões que ocorreram em Pernambuco foram **conseqüência do sectarismo e do**

²¹⁴ UH-NE, 05/09/1963. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²¹⁵ PAGE, Joseph A. **A Revolução que Nunca Houve**: O Nordeste do Brasil (1955-1964). Op. Cit.

aventureirismo de muitos companheiros que trabalhavam na Liga, ou que nela se infiltravam para disputar liderança. [...] ²¹⁶

Apesar de insistentemente identificado pela imprensa como liderança das Ligas Camponesas, Júlio Santana apresentava-se apenas como do Sindicato de Barreiros, antes Delegado Sindical, naquele momento, como presidente da Junta Governativa. Além de afirmar já ter participado das Ligas Camponesas, mas que já não atuava mais como parte dela desde que assumiu a condição de Delegado Sindical, em Serinhaém, conforme podemos observar em sua apresentação junto à Delegacia Auxiliar. Portanto, já antes, Júlio Santana passara a atuar de maneira independente, sem vinculação direta com nenhuma organização política ou, para usar uma expressão comum à época, atuando em “faixa própria”.

Para aquele momento, a desautorização de Francisco Julião contribuía com a campanha de desgaste da imagem de Júlio Santana, conduzindo-o a um isolamento político, talvez ainda não atingido totalmente pela referência dos trabalhadores para com a sua liderança e por sua impressionante capacidade de arregimentar centenas, quando não milhares de trabalhadores para as atividades que organizava.

Enquanto isso, Moacir Pedro seguia fazendo pressão junto ao Judiciário. Seu advogado Rossini Lira requisitou ao Juiz da Procuradoria da Fazenda Nacional, forças nacionais para fazer cumprir a liminar, afirmando que a polícia e o Governo do Estado não tinham interesse em executar a decisão tomada por aquele Juiz. Propondo, fosse o caso, prender o Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva.²¹⁷ Ao que o Juiz respondeu advertindo o Delegado do Trabalho que este tinha 72 horas para fazer cumprir o Mandado de Segurança para reintegração de Moacir Pedro à presidência do Sindicato de Barreiros, caso contrário, acarretava “responsabilidade criminal da autoridade infratora a quem advirto que a ordem jurídica será preservada a todo custo”,²¹⁸ solicitando, ainda, que a SSP fosse acionada para tomar providências quanto a “invasões da sede do Sindicato”.

O Procurador da República no Estado, José de Albuquerque Alencar, emitiu parecer sobre o processo acerca do Mandado de Segurança impetrado na Justiça por Moacir Pedro, avaliando como descabido tal procedimento. Pois, segundo informou ao *Diário de Pernambuco*, os documentos anexados ao processo não apresentam qualquer ato de coautoria do Delegado Regional do Trabalho. Há, sim, entre os autos, “uma cópia da ata geral da

²¹⁶ Entrevista concedida à Aspásia Camargo em 1982. FGV/CPDOC.

²¹⁷ DP, 03/09/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²¹⁸ DP, 07/09/1963, p. 12. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

apuração das eleições realizadas no sindicato, datilografada, mas, sem qualquer assinatura e, portanto, sem sinal de tabelião”.²¹⁹

Dias depois, o Juiz que concedeu a liminar a Moacir Pedro, decidiu denegar a mesma em função das insinuações constantes nos autos, tanto do Delegado do Trabalho, que questionara ser essa questão de competência do Ministério do Trabalho; quanto Moacir Pedro, por ter tratado o parecer do Procurador José de Albuquerque com evasivas, afirmando que “nada tinha com a decisão do mandado, quanto ao mérito”. E, concluiu o Juiz, “em face da lei e as provas nos autos, não é de se prestigiar o apêlo. Por esses fundamentos e com estas necessárias ponderações, denego a segurança impetrada, cancelando a liminar concedida”.²²⁰ Desta forma, não seria pelas mãos da Justiça a saída de Júlio Santana do Sindicato de Barreiros.

Paralela à luta judicial pelo Sindicato de Barreiros acontecia a luta pelo aumento do salário e contra a aplicação da tabela de tarefas à maneira que conviesse ao patronato. Possivelmente, na tentativa de dar mais credibilidade à proposta de tabela, o *Diario de Pernambuco* publicou na íntegra a proposta acordada, mas ainda não homologada. E, em outra reportagem, afirmava que “recrudescer com início da moagem a agitação no campo: sucessão de greves na zona canavieira”²²¹. Informando que “a ação policial estava subordinada aos interesses sindicais”, em uma acusação indireta ao Governador que, em tese, é o chefe da polícia no Estado, o *DP* seguiu informando que a parede paralisou as usinas Jaboatão e Sibéria, no município de Jaboatão, e que o ex-deputado Gregório Bezerra, mobilizava a área de abrangência do Sindicato de Palmares. Em Barreiros, quatro engenhos da usina Central Barreiros estavam parados, “e já se estende por uma semana inteira. Os motivos são os mesmos invocados na série de greves que estão eclodindo em quase toda a zona produtora de açúcar: recusa dos camponeses em receber os salários segundo a tabela de tarefas no campo”.

Outra batalha que não dava trégua era pela saída de Júlio Santana do Sindicato. Sem poder contar com as mãos da Justiça para concretizar o intento, era preciso aprofundar o ataque àquela liderança até desgastá-la perante os trabalhadores. E assim foi feito. Sob o título “Repudiado pelos camponeses o ‘líder’ Júlio Santana”, o *Diario de Pernambuco* revelava que foram

informados que a maioria dos trabalhadores do campo, repudiando as ideias agitaçãoistas do “líder” Júlio Santana, iniciou um forte movimento, no sentido de

²¹⁹ DP, 13/09/1963, p. 12. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²²⁰ DP, 26/09/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²²¹ DP, 22/09/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

expulsar esse chefe da atual presidência do Sindicato Rural com sede nesta cidade, para que voltem o trabalho e tranquilidade nesta zona canavieira de Pernambuco.²²²

Percebemos que a intenção do jornal era de afirmar que Júlio Santana não tinha o apoio da maioria dos trabalhadores. Também consta na matéria que a usina Central Barreiros vinha sofrendo "sérios prejuízos", em função das greves em vários engenhos, "tendo êsse movimento como chefe agitador camponês conhecido como Júlio Santana". Ora, se aquele camponês estava sendo repudiado pela maioria dos trabalhadores, como ele poderia ter força para impedir a produção de uma usina como a Central Barreiros que, segundo o mesmo jornal, "tem capacidade para moer cêrca de três mil toneladas"?

Mas em uma assembleia que contou, segundo o Jornal do Comercio, com mais de oito mil trabalhadores: Júlio Santana foi destituído do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém.

Enquanto Moacyr Pedro da Silva foi destituído sob a acusação de "mancomunar-se com os usineiros", Júlio Santana foi acusado de não ter moralizado o sindicato, além de, "envaidecido pelo fato de ocupar posição com que jamais sonhou", ter praticado "tôda sorte de desmandos" e, "até mesmo", promovido o aliciamento de camponeses para incendiar canaviais.²²³

Apesar das várias aspas percorrendo o texto, o *JC* não informou de quem foi a declaração, nem registrou quem convocou e conduziu a assembleia. Contudo, ao afirmar que uma nova Junta Governativa fora criada, o jornal também disse que um ofício foi enviado à DRT, informando a composição da mesma: Amaro Silva dos Santos, presidente; Severino José Ramos, secretário; Antonio José Rocha, tesoureiro, o que deixa subentendido que não havia representação daquele órgão na assembleia. Apesar da destituição de Júlio Santana ter se concretizado, Moacyr Pedro não foi reconduzido à presidência, ao que parece, também sofrendo uma rejeição por parte dos trabalhadores presentes na assembleia.

De acordo com Antonio Callado, as Ligas Camponesas decidiram "tomar o sindicato de Santana 'na marra'. Tomou". Mas Santana "armou seus camponeses, retomou o Sindicato e declarou guerra a Francisco Julião".²²⁴ Tal declaração nos faz perceber que Júlio Santana, além de enfrentar uma disputa com Moacyr Pedro, também estava em choque com as Ligas de Julião.

Daquele momento em diante, o que houve foi uma tentativa desesperada de Júlio Santana e seus companheiros para não perderem o controle do Sindicato. Não acataram a decisão da assembleia e montaram resistência na sede do Sindicato de Barreiros. Uma

²²² DP, 29/09/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²²³ JC, 02/10/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²²⁴ CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. Op. Cit., p. 124.

assembleia foi marcada para o dia 04 de outubro, com edital publicado em jornal de circulação no Estado.

O *DP* denunciou que Júlio havia armado um tiroteio em Barreiros. A notícia não narra como teria acontecido o tiroteio, apenas informou que os camponeses estavam “ostensivamente armados e afrontando famílias”. Também foi publicado o telegrama do prefeito Clóvis Tenório da UDN, para o comandante da 7ª Região Militar e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, responsabilizando Júlio Santana e o Governador Miguel Arraes pelo “clima de intranquilidade e anarquia reinante neste município, quiçá em todo Estado” que, segundo ele, “desordeiros estavam sendo chefiados pelo conhecido agitador Júlio Santana, acobertado pelo prestígio da polícia e do seu companheiro governador Miguel Arraes de Alencar”. Já o secretário do Sindicato, José Ramos, denunciou ao periódico que Santana havia assaltado e roubado a sede do Sindicato, permanecendo esta ocupada por “numeroso grupo de capangas” seus, “que não deixam ninguém entrar na casa”.²²⁵

FIGURA 3 – BARREIROS SOB O DOMÍNIO DA SUBVERSÃO



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 05/10/1963, capa.

A sequência de acontecimentos e a narrativa dos jornais configuraram uma situação que beirava o caos. O jornal *Última Hora-Nordeste*, denunciou um evento novo e muito grave, um conflito entre as Ligas Camponesas e o Sindicato de Barreiros, que teria acontecido em Serinhaém, nas terras da usina Trapiche, quando o camponês Severino Amaro, seguindo orientação do Sindicato que convocara greve, decidiu não ir trabalhar, “o que entrava em choque com a orientação das Ligas Camponesas, comandadas por Severino Otávio, o autor do

²²⁵ DP, 05/10/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

assassinato.”²²⁶ Afirmando que o clima era tenso e que mais de dois mil camponeses, juntos com Júlio Santana, realizaram manifestação em Serinhaém, exigindo a “prisão preventiva do dono da usina que acusam de ser o mandante do crime e do assassino do camponês”.

Não apenas pela gravidade da notícia de que, naquela conjuntura, organizações de trabalhadores entraram em choque entre si, resultando em assassinato de um dos seus, além de outros ficarem feridos, revelando uma atitude contrária ao momento em que o movimento sindical e suas influências políticas e ideológicas faziam um esforço para avançar na construção de uma unidade de ação em defesa dos direitos e para obter conquistas. Mas, o UH-NE além de continuar tratando Júlio Santana como “presidente da Junta Governativa do Sindicato Rural”,²²⁷ parecendo denunciar, também, que não reconhecia a decisão da assembleia de destituição, trouxe, junto à notícia do choque, a informação de que um representante das Ligas Camponesas, assassinou um trabalhador por estar contra a greve na usina. E mais, que o Sindicato pedia a prisão “do dono da usina, por esse ser o mandante do crime e do criminoso”, ou seja, por ser o mandante do representante das Ligas Camponesas.

FIGURA 4 – BRIGA DE CAMPONESES EM SERINHAÉM: UM MORTO



Fonte: *Última Hora- Nordeste*, 09/10/1963, capa. Em destaque, Júlio Santana

De acordo com Abreu e Lima, ao analisar o rompimento de Francisco Julião e Júlio Santana, “ligada a essa questão, há indícios de que também estavam em jogo os

²²⁶ UH-NE, 09/10/1963. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²²⁷ UH-NE, 09/10/1963. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

diferentes interesses das usinas Trapiche e Central Barreiros”²²⁸, provocando questionamentos quanto a esses interesses que fazem pensar se havia alguma relação entre a usina Trapiche e as Ligas Camponesas, como podemos supor, de que o dono daquela manda no representante desta.

Mais uma vez, é o jornalista Antonio Callado (1980), conhecedor das Ligas Camponesas e de Francisco Julião, quem ajuda a entender essa relação, ao afirmar que a usina Trapiche apoiava as Ligas Camponesas, e que teria “dado dinheiro e jipes à Liga, não se sabe o intuito.”²²⁹ Só que a usina passou a ser um dos alvos principais de mobilização de Santana e isso deve ter desagradado e aguçado a tensão com a ruptura entre Júlio e Julião.

Há, contudo, outra questão sobre essas possibilidades do que estava em jogo. Em entrevista a Aspásia Camargo, Francisco Julião revelou, que “havia usineiros progressistas, com quem se podia conversar, e cheguei a conversar com alguns”. E cita como exemplo um usineiro que propôs: "você acha que, se eu entregar dois ou três engenhos para você fazer a sua experiência de cooperativa, essa que o Cid não quis fazer, isso pode servir? Se fizer, estou disposto a entregar." Perguntado onde ficava essa usina, Julião respondeu que “isso ficava para o lado de Barreiros”.²³⁰ Mas, os esquecimentos da memória não permitiram que ele lembrasse o nome da usina e do usineiro. Apesar disso, entendemos que é um registro importante, que ajuda a pensar nas possibilidades que iam sendo construídas, apesar do acirramento da luta de classes e do clima cada vez mais tenso naquela região.

Apesar de toda tensão, os trabalhadores seguiram mobilizados, chegando a protestar contra a decretação de Estado de sítio pelo presidente João Goulart. Segundo o *ÚH-NE*, “os 43 engenhos da usina Trapiche deflagraram uma greve de protesto”.²³¹ Mas as denúncias contra Júlio Santana e a perseguição aos trabalhadores persistiam. Na coluna *Periscópio*, acusava-se Santana de usar jipes do Governo a, até, segundo o deputado estadual Antonio Correia de Oliveira revelou na Assembleia Legislativa, Júlio "foi visto no avião da SAIC, em Sirinhaém, em princípio dessa semana, afim de viajar para Recife".²³²

Também naquela coluna registravam-se trechos de discursos de deputados que associavam a imagem negativa de Júlio Santana ao governador Miguel Arraes, como fez Francisco Falcão afirmando que Júlio Santana fazia agitação a mando do governador e que seria agitador profissional e “pertencia a copa e a cozinha do Palácio do Campo das

²²⁸ ABREU E LIMA, Maria de Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural*. Op. Cit., p. 50.

²²⁹ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Op. Cit., p. 124.

²³⁰ JULIÃO, Francisco. *Francisco Julião (depoimento, 1982)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1982, p. 88-89.

²³¹ UH-NE, 09/10/1963. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²³² DP, 11/10/1963. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Princesas".²³³. De acordo com Júlio Barros (2013), a Frente Popular Democrática, que fazia oposição ao governo Arraes, censurava, principalmente, “a atuação do Executivo diante de problemas ocorridos nos municípios de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém”.²³⁴

Cerco fechado, o *Diário de Pernambuco* estampou a manchete, “*Preso o agitador Júlio Santana: enquadrado pela Justiça na Lei de Segurança Nacional*”.²³⁵ Também foi preso o trabalhador rural Abdias Soares dos Santos, ambos levados à Casa de Detenção do Recife (CDR), enquadrados em crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Brasileiro.²³⁶

O mandado de prisão foi emitido pelo Juiz da Comarca de Serinhaém, Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis, e cumprido pelo Tenente da Polícia Militar Nelson Lucena. Lideranças dos trabalhadores presas, acusadas de cometerem crimes por suas ações e convicções políticas eram, portanto, presos políticos. E não estavam sós, também foram encaminhados para a CDR, enquadrados na LSN, Carlos Montarroyos, Claudio Cavalcanti e Ayberê Ferreira de Sá, presos em Itambé, ao tentarem, após o assassinato de Jeremias²³⁷, realizar um congresso com camponeses e dar continuidade ao trabalho do POR-t.

A reação imediata à prisão de Júlio Santana foi a tentativa, por parte de Antonio Joaquim de Medeiros, o Chapéu de Couro, e do estudante João Zeferino, o Joca, de prender o tenente que havia efetuado a prisão de Santana, e, não sendo possível, prenderam o motorista do tenente. Buscaram proteção na sede do Sindicato, em Barreiros, e lá trocaram tiros com a polícia. Feridos, Joca com uma coronhada na cabeça e machucados pelo corpo, Chapéu de Couro com um tiro no braço, foram presos, conduzidos à cadeia pública da cidade e depois encaminhados para a CDR, onde poderiam obter tratamento médico, conforme consta no ofício do Juiz da Comarca de Barreiros, João Batista Neto.²³⁸

Ressalte-se que embora presos em flagrante e indiciados nos artigos 15º e 16º na Lei de Segurança Nacional, além de crimes comuns, Chapéu de Couro e Joca não foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, uma vez que o Juiz de Barreiros, após conclusão

²³³ DP, 06/10/1963, capa. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²³⁴ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Op. Cit., p. 124.

²³⁵ DP, 12/10/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²³⁶ Crimes contra a ordem social eram previstos nesta Lei de Segurança do Estado nº 1.802, 05/01/1953 e serviam para enquadrar pessoas e entidades. Esta Lei será reformulada, em 1967, e passará a ser a Lei de Segurança Nacional (LSN). Neste trabalho, utilizaremos Lei de Segurança Nacional ou, tão somente, LSN, quando nos referirmos à Lei nº1.802/1953

²³⁷ GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias das caminhadas**. Op. Cit.

²³⁸ Fundo: SSP/DOSP/APEJE. Prontuário Individual nº. 1003.

do inquérito policial, entendeu que não cabia tal enquadramento. Assim, presos responderiam a crimes previstos apenas no Código Penal Brasileiro.

A análise e emprego da Justiça, feitos pelo Juiz de Barreiros, de maneira diferente do seu colega de magistratura da Comarca de Serinhaém, revelam quão subjetivo é o exercício daquele Poder, capaz, inclusive, de ser afetado pelos referenciais políticos e ideológicos dos que tiverem a outorga, como também se verificou no caso das duas autoridades judiciais. O Juiz de Barreiros, João Batista Neto, sofreu as consequências de seus atos, logo após o golpe em 1964. Já o Juiz de Serinhaém, Luiz Gonzaga, revelou-se um ferrenho crítico do governo de Miguel Arraes, a quem acusou de responsabilidade, na Justiça, “pela agitação no campo e ameaças à Justiça”²³⁹ e seguiu contribuindo com outras prisões políticas, depois do golpe.

A partir daquele momento, tendo em vigor um regime dito democrático - mas com uma rotina, no campo, de violências contra os trabalhadores e impunidade aos conhecidos autores, porque também patrões - era inaugurado um período de prisões políticas e censura que se intensificaria com o golpe e a ditadura militar, poucos meses depois.

Ao Governador Miguel Arraes de Alencar, restou o desgaste ter tido presos políticos durante seu primeiro governo. Não vamos aqui entrar no mérito do que é competência do Poder Executivo e do Poder Judiciário, mas, é preciso ter claro que não era de competência do Governador aplicar a pena aos presos, se estes seriam enquadrados na Lei de Segurança Nacional ou se responderiam por crimes comuns. Essa função cabia aos juízes que, por sua vez, fizeram interpretações e aplicação da Lei de forma distinta, como vimos.

Porém, de acordo com o secretário de Segurança Pública, à época, Francisco Morais Souto, em entrevista, décadas depois do acontecido, havia por parte do governo intenção em prender aqueles camponeses e estudantes, pelas atividades políticas que estavam desenvolvendo, com o objetivo de tirar de circulação aqueles que aplicavam um método de trabalho diferente do que o governo propunha, o que pode ser caracterizado como perseguição e censura política. É o que fica claro quando o ex-secretário explicou que as prisões dos militantes do Partido trotskista foram efetuadas como uma forma de protegê-los do mesmo fim que teve Jeremias, revelando, de certa forma, uma suposta preocupação “paternal”. Mas, no caso de Júlio Santana, o motivo para a efetuação de sua prisão era bem diferente, segundo Francisco Morais Souto,

Fomos obrigados a efetuar, porque estava se configurando em quadro de “cangaceirismo” político no canavial. Júlio Santana era um líder camponês

²³⁹ DP, 13/11/1963, p. 04. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

absolutamente rude, e todas as pessoas que acompanham esses acontecimentos já devem ter falado sobre essa figura que está em reportagens. Era um homem forte, que conseguia se fazer acompanhar de um grupo de liderados, que começaram a praticar abusos realmente que a gente chamava de cangaceirismo. Isso foi uma forma de conter, para dar a demonstração de seriedade. A intenção do governo não era de propiciar desordem nem baderna, mas sim, o exercício dos direitos do trabalhador de fazer suas greves, fazer suas reivindicações, mas dentro de um clima que não prejudicasse os princípios básicos de legalidade. O único jeito, com relação a Júlio Santana, foi mandar prendê-lo para fazer cessar os abusos, que realmente cessaram naquela região.²⁴⁰

Coube àquele Governo tentar acomodar aqueles presos especiais, não em celas, como os presos comuns, mas em instalações dormitórios que haviam na Casa de Detenção do Recife.²⁴¹ Permitindo, também, que os mesmos recebessem quantas visitas chegassem, ao ponto de fazerem reuniões em plena CDR, durante o Governo Arraes. O que entendemos como uma tentativa de minimizar o caráter político daquelas prisões.

Mas, ao contrário do que disse Souto, que prendeu Júlio Santana “para fazer cessar os abusos” de violência, estes não cessaram. Ao menos os “abusos” praticados não pelos camponeses com seus protestos por direitos, mas por aqueles que podiam assim agir e ficarem impunes. É o que podemos conferir, na reportagem que foi capa do *Diário de Pernambuco*, com a seguinte manchete: “Deputado governista denuncia violências policiais no interior e reclama paz para o Estado”. O deputado estadual Gilberto Azevedo,

denunciou da tribuna arbitrariedades e violências cometidas pela polícia de Sirinhaém e Rio Formoso, encaminhando requerimento ao Secretário de Segurança Pública e ao Comandante da Polícia Militar no sentido de que sejam tomadas providências a fim de ser restabelecido o clima de tranquilidade e segurança naqueles municípios.²⁴²

Tal realidade confirmava que as condições para Miguel Arraes concretizar seus propósitos de Governo ficavam cada vez mais difíceis. Enquanto isso, os deputados da bancada de oposição, como Olímpio Mendonça (UDN), congratulavam-se com o Juiz da Comarca de Serinhaém, Luiz Gonzaga Ribeiro dos Reis, por ter sido o responsável pela prisão de Júlio Santana.²⁴³

Com as prisões, acreditou-se que os ânimos se acalmariam no campo, mas os trabalhadores rurais associados ao Sindicato de Barreiros não refrearam a luta. Da prisão, Júlio Santana seguia influenciando o trabalho daqueles que o tinham como um referencial de liderança, seja pelo simbolismo da sua prisão – que, certamente serviria como exemplo disciplinador para alguns trabalhadores, mas que, também, deveria causar mais motivação

²⁴⁰ Entrevista concedida a Eliane Moury Fernandes. FUNDAJ/CEHIBRA. Apud: BARROS, Júlio César. p. 202.

²⁴¹ MONTARROYOS, Carlos. **Tempos de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 90;

²⁴² DP, 17/10/1963, capa. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁴³ DP, 18/10/1963, capa. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional

para a indignação e a participação de trabalhadores nos protestos e greves - seja em reuniões realizadas lá mesmo na CDR, indicando que o fato de estar ausente do campo não significava ausência na luta.

3.7. Trotskistas e Júlio Santana na prisão: quando a ocasião faz a oportunidade

O ambiente com presos políticos, compartilhando as instalações da Casa de Detenção do Recife (CDR), ajudou a que estes se conhecessem e se aproximassem. Foi assim que aqueles militantes trotskistas conheceram Júlio Santana²⁴⁴ Chapéu de Couro e Abdias dos Santos e, debaixo do teto do Governo e da Justiça, estabeleceram uma relação que se refletiu em ações no campo.

Apesar de atuarem no movimento camponês, os militantes do POR-t e as lideranças do Sindicato de Barreiros tinham formação política e ideológica diferentes, objetivos diferentes e tática diferente, além das especificidades que existiam, para além do campo geográfico, em se fazer a luta no campo na Zona da Mata Norte e na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para o Sul, no caso de Barreiros, lutava-se enquanto lideranças independentes, embora com passagem pelas Ligas Camponesas, pela direção de um Sindicato de Trabalhadores Rurais. Para o Norte, em Também, uma organização partidária, com ideologia e política definidas, lutava para concretizar seu objetivo revolucionário utilizando-se, no campo, dos contatos e dos espaços que o movimento sindical poderia lhe oferecer.

De acordo com Gallindo, com a Guerra Fria, “os trotskistas deveriam entrar nos diversos PC’s de todo mundo para influenciar suas bases”, o que ficou conhecido como “entrismo *sui generis*”.²⁴⁵ No Brasil, ainda segundo o autor, a luta crescente no campo fez o POR-t transferir militantes do Sudeste para o Nordeste, onde não tinham nenhum trabalho desenvolvido. Foi no Congresso da ULTAB, em Belo Horizonte, em 1961, que Paulo Roberto, o Jeremias, conheceu Joel Câmara e, com o apoio deste, iniciou um trabalho na Mata Norte de Pernambuco. Junto com ele, outros foram deslocados para o estado, e iniciaram o processo de construção do Partido “infiltrando-se no Movimento Camponês, liderado por Francisco Julião”, conforme documento da SSP.²⁴⁶

²⁴⁴ O Prontuário que registraria o recolhimento de Júlio Santana e todo período em que esteve detido na CDR, não foi localizado no acervo da CDR, sob guarda do APEJE. As informações utilizadas nesta pesquisa foram colhidas na documentação da DOPS sobre o pesquisado.

²⁴⁵ GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias*. Op. Cit., p. 57.

²⁴⁶ Idem.

Portanto, o “entrismo *sui generis*” foi praticado por esta organização partidária ao infiltrar-se, na base do Sindicato de Também e, ali, desenvolver um trabalho de crítica à direção do Sindicato - inclusive modificando a representação nos engenhos: pela entidade de classe, era o delegado sindical; pelo POR-t, um conselho camponês. Ao mesmo tempo em que iam propagandeando as ideias do Partido, cooptaram o agrupamento “Vanguarda Leninista” e, desta forma, procuravam iniciar a concretização do objetivo de construir, no Nordeste, o Partido e influenciar no processo revolucionário. O trabalho resumia-se à Mata Norte, até que a prisão na CDR deu a oportunidade de o Partido, através de seus militantes presos, conhecerem Júlio Santana e Chapéu de Couro e a prática do entrismo ser estendida à Mata Sul.

Joca nós já conhecíamos, pois muitas vezes fizera atividade política juntamente com Jeremias e Joel Câmara [...] Antonio Joaquim de Medeiros, o Chapéu de Couro, é que nós víamos pela primeira vez.²⁴⁷
 [...] Quando vimos aquela enorme casa à nossa disposição, tratamos de nos instalar, ainda sem entender muito bem o que estava acontecendo. Logo fizemos também muito boa amizade com o Júlio Santana e o Abdias.²⁴⁸

Carlos Montarroyos, um dos presos políticos do POR-t na CDR, compartilhou suas memórias desse período, ajudando-nos a entender como se deu a relação com Júlio Santana na prisão e como esta se transformou em algumas ações na zona canavieira ao sul do Estado. A contraditória liberdade na prisão, que os mantinha fora de celas, podendo, desta forma, conversarem a vontade, ajudou a se conseguir uma aproximação, comum a quem estava vivendo a mesma experiência, com conversas sobre o campo e a revolta por estarem preso.

As lideranças de Barreiros recebiam visitas de camponeses com certa frequência e, algumas vezes, em grande quantidade. As visitas que os trotskistas recebiam e eles mesmos registraram, nas memórias de Montarroyos e Aybirê Ferreira de Sá, eram familiares e militantes urbanos de outras organizações, além dos militantes e alguns militares que eram contatos do POR-t. Não há registro de atividades desenvolvidas pelo Partido em Também, após a prisão dos estudantes que lá atuavam. Logo, os camponeses que chegavam à CDR faziam parte das relações de Júlio Santana, Abdias dos Santos e Chapéu de Couro e vinham para conversar e buscar orientação sobre a situação em que se encontrava a sua região.

Ao que parece, as primeiras tentativas, por parte dos trotskistas de se aproximarem e participarem dessas conversas, encontraram resistência em Santana. Ao que Montarroyos atribuiu a uma “experiência negativa que tivera com Arraes e Julião”, retratando

²⁴⁷ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 67.

²⁴⁸ Idem, p. 93.

Júlio como “ciumento de sua liderança com os camponeses” e, por isso, com “uma atitude de desconfiança muito grande contra qualquer um que se aproximasse da sua área de trabalho”.²⁴⁹ Deixando claro que o movimento de aproximação, com o objetivo de influenciar as bases camponesas, foi feito pelos trotskistas.

Ao decidirem que era chegado o momento de lançar uma campanha pela libertação dos presos políticos, os militantes do POR-t quiseram enviar algumas pessoas para fazer contato com os trabalhadores do Sindicato de Barreiros. Mas, mais uma vez, Júlio Santana resistiu e insistiu para que ele mesmo apresentasse aos trabalhadores os estudantes trotskistas.

Júlio não aceitou credenciar os nossos companheiros que iriam até Serrinhaém [sic] discutir e organizar a greve. Queria ele mesmo falar aos camponeses e nos apresentar. Isto atrasou um pouco a nossa atividade. Mas como não havia outro jeito, e nós não queríamos fazer nada que pudesse provocar disputas com o Júlio Santana, terminamos por aceitar o que propunha.²⁵⁰

Apesar da pressa em deflagrar a campanha, e em virtude de a confiança conquistada ainda não ser suficiente para ter passe livre com Santana, realizou-se uma reunião com mais de trinta trabalhadores rurais, na CDR, em que “o dono da festa”, Júlio Santana, fez as devidas apresentações, discursou e passou a palavra para os membros do POR-t que, segundo Montarroyos, procurou “dar o sentido correto àquela discussão, mas sem ferir ou melindrar Júlio Santana”, revelando certa perspicácia no trato com Santana, para atingir seus objetivos, ao mesmo tempo em que demonstrava certa arrogância em achar que o “sentido correto” estava com eles.²⁵¹ Da mesma forma em que a percepção era que os camponeses precisavam ser dirigidos no trabalho político, por isso, eles tinham que estar com os camponeses no campo. Além, claro, do motivo maior, enquanto organização política que estava querendo se estabelecer, que era ocupar um espaço já existente para, uma vez ali, poder influenciar e usar o espaço e o movimento para seus propósitos revolucionários.

Depois disso, o POR-t designou alguns dos seus militantes para conduzir atividades na área do Sindicato, estando entre eles, inclusive uma mulher, a estudante Sylvia Montarroyos, irmã de Carlos, ainda adolescente:

Já na época de Arraes, participei de reuniões com Júlio Santana e os camponeses que vinham de longe para o ver na Casa de Detenção do Recife, dele recebendo orientação. Júlio e Chapéu de Couro gostavam muito de mim e por mais de uma vez me tinham confiado tarefas de muita responsabilidade na zona rural. ‘Essa moça é

²⁴⁹ Idem, p. 107.

²⁵⁰ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 107.

²⁵¹ Idem, p. 108.

Sylvia” – Júlio me apresentou a mais de vinte camponeses de Sirinhaém – “ela vai amanhã ao sindicato bem cedinho, e o que ela disser é pra vocês fazerem”.²⁵²

Cabe ressaltar que apesar de a presença da mulher no campo não ser uma novidade, a sua presença enquanto sujeito político ainda era quase imperceptível.²⁵³ O que nos faz refletir como teria sido esse contato de Sylvia Montarroyos com os trabalhadores, pois tão rara é a mulher, nos registros que tivemos acesso de atividades do Sindicato de Barreiros naquela época, ainda mais dirigindo uma ação. Embora saibamos da presença massiva da mulher no trabalho no campo, já à época.

Esse cuidado de Júlio Santana em não perder o controle da sua influência sobre os trabalhadores ajuda a compreender o significado de um documento encontrado em sua pasta na DOPS, explicando o que era o trabalho do Delegado Sindical, com uma foto sua, devidamente assinado e datado e um apelo “Espero confiança nos companheiros do Estado de Pernambuco e do Brasil pela nossa libertação”²⁵⁴, como um reforço à campanha lançada pela libertação dos presos políticos.

Observamos que o documento, além de ter sido datilografado - o que contribui para exemplificar que a CDR funcionava, para aqueles presos políticos, como uma sede de partido ou um escritório em que se faziam reuniões e redigiam documentos datilografados – apresenta o emprego da língua portuguesa quase sem erros. Tal constatação nos fez refletir se um “alfabetizado”, conforme se identificou Santana no ato de seu fichamento na SSP, poderia ter datilografado aquele material. Assim a possibilidade é de que a produção desse documento tenha obtido ajuda dos estudantes trotskistas.

A mobilização, combinando a campanha pela libertação dos presos políticos, o aumento salarial e pela regulamentação do trabalho no campo²⁵⁵ surtiu efeito. Em menos de um mês em que se efetivaram as prisões políticas, 161 engenhos foram atingidos por uma greve pela libertação de Júlio Santana e demais presos da CDR.²⁵⁶ Houve, inclusive, uma passeata com comício em frente à CDR, em que os presos políticos foram autorizados a participar, falar e depois retornaram a Casa.²⁵⁷

²⁵² MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana: Memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos**. Recife: Cepe, 2013, p. 117.

²⁵³ Em seu trabalho, Abreu e Lima identificou, a partir dos documentos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a presença de uma mulher que ocupou a função de Secretária na diretoria do Sindicato de Sirinhaém, em 1964. Em nossas pesquisas não encontramos registros de como se deu a atuação política desta diretora nem de outras mulheres na entidade de classe. Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 197.

²⁵⁴ “Campanha pela libertação dos presos políticos”. Ver anexo 02 desta dissertação.

²⁵⁵ DP, 25/10/1963, p. 03. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁵⁶ DP, 17/11/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁵⁷ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 118.

A certeza de que aquelas prisões acalmariam o campo, caíra por terra. E, no caso da região do Sindicato de Barreiros, agora tinha um elemento novo: os trotskistas, jovens e, como muitas vezes se refere Carlos Montarroyos, imaturos politicamente, passaram a atuar com os trabalhadores que eram da base de apoio a Júlio Santana, que por sua vez, tinha pouca ou nenhuma formação política e agia com independência de qualquer organização.

A cada dia que passava, a pressão vinda de todos os lados sobre o governo Arraes, aumentava mais. A movimentação dos proprietários de terras e usineiros não dava trégua e a grande imprensa servia de suporte para suas mensagens. Já a reação crítica às prisões políticas contribuía para aumentar o desgaste. O jornalista Antonio Callado, ao visitar os estudantes e camponeses na CDR, referiu-se às prisões dos trotskistas com uma constatação de quem sabia da mobilização nacional para libertá-los, dizendo que “a prisão dos três é mais incômoda para o Governo do que o que poderiam eles ter feito no Congresso de També. Era melhor que a Força Pública perseguisse os assassinos de Jeremias”.²⁵⁸ Mas, os assassinos continuavam livres e impunes, embora tivesse sido aberto um inquérito à respeito do assassinato de Jeremias, em També.²⁵⁹ Presos, mas incomodando, estavam os camponeses, que seguiam agitando a Mata Sul e os estudantes que, agora, os ajudavam.

Segundo Montarroyos, para o POR-t, a prisão estava sendo conveniente, ao ponto de não participarem de uma audiência por suspeitarem que teriam a prisão relaxada, “é que para nós tinha muita importância o trabalho que estava sendo feito no campo, em aliança com o pessoal de Júlio Santana”.²⁶⁰

Sair dali, naquele momento, com a autoridade e a influência que estávamos ganhando, e com as condições de trabalho que tínhamos, não nos interessava. Nossa intenção era exatamente, aproveitar aquela situação peculiar, e estendê-la enquanto nos fosse favorável.²⁶¹

De fato, o ambiente era realmente propício para fazer política, com conforto e quase plena liberdade, apesar de presos. Era o que Carlos Montarroyos chamou de “melhor exemplo de albergue prisão”.²⁶² E seu reconhecimento sobre essa confortável prisão também tinha a intenção de evidenciar o quanto o Governo Arraes estava desgastado e tentava amenizar aquela situação oferecendo bom tratamento e um espaço que ajudasse a esquecer ou, pelo menos, disfarçar onde se estava.

²⁵⁸ CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. Op. Cit., p. 132.

²⁵⁹ Ver: GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias**. Op. Cit.

²⁶⁰ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 111.

²⁶¹ Idem, p. 96.

²⁶² MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 96.

Até que veio a saída de Joca e Chapéu de Couro, em 10 de dezembro de 1963. O estudante e o camponês tiveram a prisão preventiva revogada, pelo Juiz da Comarca de Barreiros, João Batista Neto. Chapéu de Couro voltou à ativa na área do Sindicato, com a promessa de fortalecer a luta pela libertação dos presos e encontrou trabalhadores mais fortalecidos, após experienciarem uma greve geral no campo, cujo resultado foi a assinatura do Acordo do Campo, que contou com o Governador Miguel Arraes como mediador entre trabalhadores e patronato, possibilitando conquistar 80% de aumento no salário, uma tabela de tarefas homologada e a construção de uma unidade entre as forças que construíram esse processo, superando desentendimentos que levaram a uma crise entre a Federação e as demais organizações e sindicatos.

O resultado político mais importante daquela etapa da luta de classes foi a politização dos trabalhadores e a conscientização da importância e da força da luta coletiva, havia um despertar da consciência de classe como resultado de um processo dinâmico de lutas,²⁶³ culminando com a fundação de uma nova Federação (FETRAPE), construída com base na unidade do movimento sindical.

Uma semana depois da saída de Joca e Chapéu de Couro, em 18 de dezembro, os militantes do POR-t conseguiram o relaxamento da prisão pelo Juiz de També.

nosso pequeno e desconhecido movimento havia ganho autoridade e força, e se projetara nacionalmente. Havíamos ganho muita gente, influenciado boa parcela da população e do movimento camponês. **Agora, já era hora de sair dali, para consolidar organicamente o que havíamos conquistado assim como anteriormente havíamos manobrado para não sair**, pois a prisão nos era favorável, agora víamos com muito carinho a possibilidade de que o Governo, acuado pela situação, relaxasse as nossas prisões.²⁶⁴

O momento era oportuno para sair e continuar influenciando na área do Sindicato de Barreiros, ainda mais com Chapéu de Couro solto e Júlio Santana na prisão.

Despediram-se de Júlio Santana com a promessa de ajudá-lo a também se libertar. Júlio Santana e Abdias dos Santos seguiram presos e respondendo a processos na Comarca de Serinhaém e, a cada audiência, eram enquadrados, pelo Juiz Luiz Gonzaga, em novas punições. Chegando a enviar comunicado à CDR, em novembro, prorrogando a prisão por mais trinta dias e, em dezembro, informando que, embora expirado o prazo da prisão preventiva, os presos Júlio e Abdias fossem mantidos presos, pela sua “perigosidade” [sic].²⁶⁵

²⁶³ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA Sérgio (orgs). **E.P. Thompson**: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

²⁶⁴ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 127.

²⁶⁵ Fonte: SSP/CDR/APEJE. Prontuário nº 16.748.

Aybirê de Sá foi designado pelo POR-t para conduzir os trabalhos com Chapéu de Couro em Serinhaém, Rio Formoso e Barreiros. O Sindicato estava sob intervenção da DRT, com outros componentes na Junta Governativa e uma Delegacia Assistente, vinculada à Secretaria Assistente, foi aberta em Barreiros com abrangência nas outras duas cidades incluídas na área de atuação do Sindicato. Assim chegava ao fim aquele intenso ano de 1963.

O novo ano começou para o movimento sindical no campo com ocupações de engenhos, crise no IAPI e disputas pela direção de sindicatos. A situação política do País chegava ao seu limite e isso se reflete sobremaneira em Pernambuco. No campo, então, a violência empregada sem pudor contra o trabalhador seguia causando impacto e fazendo vítimas.

Em Serinhaém, tudo levava a crer que o conflito entre Ligas Camponesas e o grupo de Júlio Santana no Sindicato, chegava às vias de fato, mais uma vez, e fazia mais uma vítima. Em frente à sede da Delegacia Sindical, dois feridos e um homem assassinado. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, era José Ferreira, ex-delegado do Sindicato, vítima da disputa pela entidade.²⁶⁶ O Juiz da Comarca de Serinhaém, segundo o jornal, apreendeu armas na sede do Sindicato e interditou o local. Era um acontecimento gravíssimo que colocava mais tensão naquela realidade já tão conturbada.

Sobre este episódio, Aybirê de Sá afirmou que naquele dia estava com Chapéu de Couro e Joca em Camela, distrito de Ipojuca, na Mata Sul, para eleger a primeira diretoria do sindicato desse município, quando foram informados do ocorrido na sede do Sindicato em Serinhaém. Aybirê era o responsável por, segundo ele, cumprir o que Júlio Santana queria, reorganizar aquele sindicato e retomar os sindicatos de Rio Formoso e Barreiros “das mãos dos pelegos ou reformistas”.²⁶⁷

Tão logo souberam do ocorrido e decidiram ocupar a sede do Sindicato que havia sido interditada pelo Juiz de Serinhaém e resistir, junto com os trabalhadores. Aprovaram organizar uma greve geral pela libertação de Júlio Santana e declararam estar em assembleia permanente no Sindicato, em Serinhaém. Era 30 de março de 1964, anti-véspera do golpe militar. Aybirê recebeu informação de um representante da Secretaria Assistente de que o Governador convidava-o para uma reunião no Palácio do Governo e decidiu aceitar. Chegando a Recife, não conseguiu ser atendido pelo governador. Mas, pode fazer a última tentativa de libertar Júlio Santana da prisão.

²⁶⁶ DP, 24/03/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁶⁷ SÁ, Aybirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à anistia: Memórias de um militante trotskista**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007, p. 82.

Aybirê conta que chegava ao Palácio do Governo quando assistiu a tropas do IV Exército ocupando ruas do Recife, era 1º de abril de 1964. Decidiu ir à CDR, com um único objetivo,

Tentar tirar o Júlio Santana da cadeia, para com ele levantar a resistência no interior. Eu, sozinho, com Joca e Chapéu, poderíamos levantar uns 5 mil homens em Sirinhaém, porém, com Júlio Santana teríamos uns 20 mil para resistir, pois ele seria capaz de parar Rio Formoso e Barreiros, já que era um verdadeiro líder e bastante querido pelos camponeses.²⁶⁸

Precavido, não quis entrar na CDR e convenceu os policiais que trouxessem Júlio Santana para conversarem no portão. Ao explicar-lhe a situação, Júlio disse que era loucura, que atirariam neles, tentou argumentar na tentativa de convencê-lo e ele, por fim teria afirmado: “Não. Não posso, companheiro. Preciso de um tempo para pensar”. Foi advertido de que talvez não houvesse mais tempo, despediram-se. Aybirê não voltou. Quem chegou foi o golpe, trazendo consigo o recrudescimento da violência como rotina de uma ditadura militar.

3.8. Júlio Santana: “um homem usado pela esquerda e pela direita”²⁶⁹

A advogada Mércia de Albuquerque, defensora incansável de vários presos políticos da ditadura, entre eles, Gregório Bezerra, assim se referiu a Júlio Santana, em seu diário de anotações sobre as visitas que fazia aos presos políticos, clientes seus ou não, como Santana: “um homem usado pela esquerda e pela direita”. Apesar de manifestar preocupação, registrando em seu diário, sobre a saúde de Júlio Santana e sua situação na prisão, a advogada não desenvolveu mais a fundo essa afirmação sobre aquela liderança camponesa.

O que sabemos, de acordo com informações dadas à Secretaria de Segurança Pública, ainda durante o Governo Arraes, pelo próprio Júlio Santana, é que este começou a militar nas Ligas Camponesas quando ainda morava no Cabo de Santo Agostinho. Chegou a participar, como membro das Ligas, na Cooperativa Tiriri. Em 1962, após desentendimento com outros militantes que também participavam da Cooperativa, foi atuar junto ao Sindicato de Escada, fazendo campanha para Miguel Arraes governador e Francisco Julião, deputado federal.

²⁶⁸ SÁ, Aybirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à anistia**. Op. Cit., p. 82.

²⁶⁹ Mércia de Albuquerque em anotação feita em 15/09/1973. Fonte: http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/diario/1973/09_setembro/set1973.htm. Acessado em 28/04/2012.

Consta que sua primeira prisão foi em fins de 1962, acusado pelo comissário de polícia de Camela, distrito de Ipojuca, de querer organizar, ali, agitação de sindicato. Quando, segundo ele, estava examinando a casa que tinha servido de comitê de Arraes para transformá-la na sede do sindicato da localidade. Foi preso com ajuda de funcionários da usina e levado à delegacia de Ipojuca. O *Diario de Pernambuco* noticiou sua prisão, tratando-o como “agricultor Júlio Santana”, mas deu destaque à sua denúncia de arbitrariedade contra o comissário de Polícia. Em nossos registros, era a primeira vez que Santana aparecia no jornal. Diz a nota:

ARBITRÁRIO

O Comissário de Ipojuca, sr. Artur Gomes dos Santos, foi acusado pelo agricultor Júlio Santana da Silva, de ser arbitrário. Disse o queixoso, depondo na Delegacia Auxiliar, que a autoridade, por não concordar com as atividades dos “Sindicatos Rurais”, mandou prendê-lo e a mais cinco companheiros, colocando todos no xadrez da Delegacia de Ipojuca.²⁷⁰

De acordo com Joseph Page, Júlio Santana teria procurado Francisco Julião pedindo-lhe mais uma chance nas Ligas Camponesas, ao que esse decidiu enviá-lo para atuar em Serinhaém.²⁷¹ Para Page, “as Ligas Camponesas haviam organizado o sindicato rural de Serinhaém, aparentemente com o apoio de um dos usineiros do lugar”. Não podemos confirmar essa afirmação do jornalista estadunidense, mas, como já abordamos anteriormente, quando Júlio Santana surge na imprensa pela primeira vez, divergindo e fazendo oposição ao então presidente do Sindicato, Moacir Pedro, é na condição de Delegado Sindical em Serinhaém. Há registros de Júlio Santana atuando como delegado sindical. Em seu prontuário na DOPS, encontramos bilhetes que enviava às administrações dos engenhos, comunicando visitas ou informando sobre os valores monetários das tarefas no campo, sempre assinando e identificando-se como delegado sindical, não mais como Ligas Camponesas.²⁷²

Até aquele momento, Santana passou incólume pelas acusações da imprensa ou qualquer denúncia de proprietários ou crítica de organizações de esquerda. Só foi dada atenção a ele quando, em junho de 1963, começou a questionar a direção de Moacir à frente do Sindicato. A partir dali, ele é identificado como agitador das Ligas Camponesas até que essa se posiciona contra ele, passando a disputar a direção do Sindicato em Serinhaém, como já vimos.

²⁷⁰ DP, 04/12/1962, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

²⁷¹ PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve**. Op. Cit., p. 196.

²⁷² Ver anexo 01 desta dissertação.

A atuação política de Júlio Santana começou a ser registrada a partir do mês de junho de 1963.²⁷³ Possivelmente, os pesquisadores acompanharam as informações dos jornais da época, também identificando-o como liderança das Ligas Camponesas, uma vez que essa ruptura, naquele momento, não estava clara, não sendo possível precisar quando ela ocorreu. Em agosto, ele apresenta-se à SSP como ex-membro das Ligas e atual presidente da Junta Governativa do Sindicato de Barreiros, é o que temos oficializando sua saída das Ligas, antes mesmo de Francisco Julião desautorizá-lo a falar em nome dela, em setembro daquele mesmo ano.

Há semelhanças na narrativa da Historiografia que retrata Júlio Santana com a dos jornais que noticiaram, entre outras coisas, sua destituição da Junta Governativa. Na assembleia, Júlio foi julgado por preceitos morais: “foi acusado de não ter moralizado o Sindicato”, além de ter, “envaidecido pelo fato de ocupar posição com que jamais sonhou”, ter praticado “toda sorte de desmandos” e, até mesmo, “promovido o aliciamento de camponeses para incendiar canaviais”.²⁷⁴

De acordo com Abreu e Lima, referindo-se aos problemas que sindicatos de massas podem enfrentar com a formação política de lideranças, exemplificando que a Igreja Católica fazia a escolha de liderança com aqueles já conhecidos; o PCB a partir das atividades práticas, mas outras organizações tem mais dificuldades, como as Ligas Camponesas

tiveram dificuldades com uma das suas lideranças, o camponês de nome Júlio Santana, do Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém [...] “este foi acusado, posteriormente, de fazer arruaças, andar bêbado no sindicato e outras coisas mais. A questão chegou a tal ponto que ele foi, publicamente, destituído das Ligas Camponesas e, posteriormente, da direção do Sindicato.”²⁷⁵

Vale ressaltar que a autora apresenta ainda outras possíveis motivações para a saída de Júlio Santana do Sindicato, como problemas políticos com Francisco Julião e algumas usinas, ampliando um pouco mais o leque de possibilidades que causaram os problemas com Júlio Santana nas Ligas e na condução do Sindicato, como já dito anteriormente.

Apresentando-o como “pescador e fazendeiro” Joseph Page, reconhece que ele “ascendera a uma posição de liderança, resultante de sua natural inteligência, habilidade oratória e personalidade agressiva.” Porém, não deixou de enfatizar que “Júlio gostava de beber, e seu uso da garrafa revelou um traço de caráter violento que perturbou sobremaneira seus companheiros das Ligas”. Ainda segundo o autor, houve uma confusão entre Santana e

²⁷³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo rural**. Op. Cit., p. 49.

²⁷⁴ JC, 02/10/1963, p. 07. Fundo: Hemeroteca/APEJE.

²⁷⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo rural**. Op. Cit., p. 49.

“a mulher de um dos funcionários das Ligas”²⁷⁶ que causou ferimentos em Júlio, efetuado pelo dito funcionário.

Em entrevista concedida a Page, em 1969, durante exílio no México, ao falar sobre Júlio Santana, Francisco Julião afirmou que:

[os camponeses] eram muito impressionáveis e creditaram a Júlio tudo o que estava acontecendo” qual seja, o pagamento correto do salário mínimo e outros direitos que iam sendo conquistados com Sindicato . Então, afirmou Julião, “começaram a olhá-lo como seu salvador. Isto subiu a cabeça de Júlio. Ele começou a pensar que estava fazendo a revolução sozinho. Começou a beber novamente, a usar óculos escuros, a portar um revólver e até mesmo a ter seus pistoleiros particulares.”²⁷⁷

A *posteriori* Francisco Julião parece apagar da memória os acontecimentos ocorridos entre as Ligas Camponesas e Júlio Santana, pois nas entrevistas concedidas à historiadora Aspásia Camargo e a Eliane Moury, Júlio Santana não foi mencionado.

Antonio Callado, por sua vez, é categórico:

Quanto a Júlio Santana, é um anarquista de primeira. Blusão e calça cáqui, óculos escuros, sandálias japonesas e três canetas-tinteiro no bolso, Júlio é um crioulo que teria tido o maior êxito no cangaço, nos antigos tempos de pouca estrada e muita caatinga. Júlio não tem a vida atrapalhada pela intervenção de nenhuma ideia. Está vivo e basta. Pegou no vôo as noções de greve, Ligas, sindicatos camponeses, e pôs-se a viver sua aventura.²⁷⁸

Para Carlos Montarroyos, do POR-t, que conviveu por cerca de dois meses com Júlio na CDR, ele era

rude, grosseiro e muito desconfiado. Mas, quando confiava nas pessoas era um grande companheiro. Falava o tempo todo, e quase sempre dele mesmo. Tinha um verdadeiro ódio de Julião e Arraes. De política, pegara no vento apenas algumas noções, mas com elas tinha conseguido se impor no seu sindicato. Era vaidoso e muito orgulhoso. Usava um grande anel em um dos seus dedos da mão esquerda, e tinha por hábito soprá-lo depois esfregar levemente a mão contra a calça ou a camisa para limpá-lo. Ganhara de presente um ventilador, velho e barulhento, o qual mostrava com orgulho às pessoas, que iam visitá-lo.²⁷⁹

Sobre os óculos escuros que Júlio usava, talvez visto como um item que confirmava a sua vaidade, Montarroyos ajuda a esclarecer qual era a sua utilidade:

Em seu rosto tinha várias e profundas cicatrizes, produto de emboscada que lhe haviam armado os donos de engenho do Município onde ele era dirigente sindical. Essas cicatrizes, que se localizavam em volta dos olhos, ele procurava esconder usando enormes óculos de lentes escuras.²⁸⁰

Para Fernando Barbosa, à época militante do PCB e um dos responsáveis para dar assistência a Cooperativa Tiriri e ao trabalho do Partido no campo, contribuindo, inclusive, na

²⁷⁶ PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve**. Op. Cit., p. 196.

²⁷⁷ Idem, p. 196-197.

²⁷⁸ CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes**. Op. Cit., 1980, p. 124.

²⁷⁹ MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Op. Cit., p. 107.

²⁸⁰ Idem, p. 93.

condição de médico residente que era, Júlio Santana era um grande líder, mas também era personalista e demagogo e isso dificultava muito o trabalho:

As Ligas Camponesas se transformou em sindicato dentro de uma consistência maior de organização política. Enquanto a do litoral mesmo a gente não conseguia fazer um trabalho mais organizado. Não podia ser organizado, porque Júlio Santana à frente ele era uma pessoa muito desorganizada e muito demagogo, muito personalista, né? À ponto de, você imagina, que um líder sindical como ele, né? Inclusive com o sindicato chegou a ter um poder grande na mão dele, aquilo ali tinha a contribuição dos trabalhadores. Realmente, teve um momento que Júlio Santana chega lá em casa, só você vendo como ele chegou, parecia que ele era o usineiro. Vestido todo de sapato branco, terno branco, gravata, um chapéu branco, parecia um... Ele se vestia, eu até ri, eu: “Rapaz, você está parecendo mais com um usineiro de Barreiros do que com um líder camponês...” E já trazendo uma mulher nova com ele, já não era mais a mulher dele, a primeira, era a segunda, e aí você vê que ele já estava... à essa altura já tinha carro, já tinha motorista... Um negócio que... A gente ficou preocupado com isso, Júlio Santana tá levando o sindicato à posições que não são mais corretas, inclusive com o personalismo dele, não é?²⁸¹

Os jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Comercio*, também classificaram-no como “agitador”, “subversivo”, “vermelho”, como já vimos anteriormente. Além de, na coluna Periscópio do DP, acusá-lo de receber favorecimentos do Governo do Estado, como usar jipes e aviões para se deslocar no campo.

A construção da imagem de Júlio Santana, seja pela historiografia, seja pelos jornais, seja pela memória, algumas vezes apegando-se ao julgamento moral de um sujeito político, parece-nos carregada de uma tonalidade depreciativa, desqualificadora. Naquele momento da História, em Pernambuco, Júlio Santana era uma das poucas lideranças camponesas, de origem proletária, que se destacava junto às massas, tanto quanto um Francisco Julião, advogado, deputado e de origem burguesa.

Provavelmente, o fato de uma liderança de massas não ter vivido um processo de formação política, que lhe possibilitasse análises mais consistentes e profundas, poderia acarretar em problemas na orientação sobre uma tarefa ou na tomada de decisão. E se essa liderança fosse intransigente, centralizadora e autossuficiente, as dificuldades para se conduzir determinado movimento, sob sua direção, seriam muito maiores. E, pelo que podemos observar, essas pareciam ser características da atuação política de Santana.

Preso, Santana tomava conhecimento de quão incansável era o Juiz de Serinhaém, em fazê-lo sentir o peso do seu julgamento. Associando às ações dirigidas por Santana, o Juiz Luiz Gonzaga passou a incriminar outros camponeses, conforme ofício encaminhado à SSP, em 03 de fevereiro de 1964, são eles: Amaro Celestino, José Antonio da Silva, Severino

²⁸¹ Entrevista concedida à autora por Fernando Barbosa, na cidade de Recife-PE, em 01 de dezembro de 2014.

Ribeiro Leite e Valdomiro José. Destes, recolhido à CDR já estava José Antonio da Silva, “os demais estão foragidos”.²⁸²

Em 1963, Júlio Santana foi indiciado em três processos: um, por crimes contra a LSN, além dos crimes previstos nos Artigos: 146, 147 e 150 do CPB, cometidos em Serinhaém, condenado a um ano de reclusão e 1 ano e 8 meses de detenção; outro, pelos crimes previstos nos Artigos 260, 266, 43, 45 e 51 do CPB, cometidos em Serinhaém, pena: 4 anos e 3 meses de reclusão e 1 ano e 3 meses de detenção; além de mais um processado por crimes contra a LSN, pena de 1 ano de reclusão 6 meses de detenção. E em 1964, antes do golpe, sem informação de data precisa na documentação, foi condenado a 4 anos e 6 meses de reclusão por crimes contra a LSN e incitação do crime de falsa identidade, cometidos em Serinhaém no ano de 1963. Portanto, antes do golpe, Júlio Santana já estava condenado, pelo Juiz da Comarca de Serinhaém, a dez anos e dois meses de prisão.

Embora tenha tido oportunidade de fugir, ainda no dia do golpe, com o apoio de Aybirê de Sá, preferiu acreditar na Justiça. Associando essa atitude com a tomada de decisão de Miguel Arraes de não apresentar resistência ao golpe, a não ser a decisão honrosa de não renunciar ao mandato outorgado pela maioria da população pernambucana, Montarroyos assim analisou a atitude das duas lideranças políticas, “assim como Júlio Santana, Arraes se recusara a violar a legalidade. Júlio Santana porém era um camponês ingênuo...”.

E aquele camponês que atestava, como preso político, a funcionalidade da democracia burguesa e seu aparente paradoxo - com governos eleitos pelo voto direto, mas que punha o PCB na ilegalidade e tinha, em um governo como o de Miguel Arraes, a tentativa de construir uma política para o campo sem a presença marcante da polícia e da violência contra o trabalhador, ao mesmo tempo em que era marcado com lideranças camponesas encarceradas, embora que, uma vez na prisão, tais lideranças desfrutassem da liberdade de se reunir e, até mesmo, participar de atos políticos - a partir daquele primeiro dia do mês de abril de 1964 ainda ia amargar longos anos de encarceramento sob a égide de uma Ditadura Militar a serviço das classes dominantes.

²⁸² Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº 20.398.

CAPÍTULO IV

O SINDICATO NA DITADURA:

INTERVENÇÃO, ASSASSINATOS, PRISÕES E DESAPARECIMENTOS

4.1. O golpe e os mecanismos de controle para conter os avanços dos trabalhadores

Era preciso refrear os avanços obtidos pelos trabalhadores organizados, no campo e na cidade. Retomar o controle sobre os trabalhadores que haviam construído, eles próprios, uma experiência política que resultou não apenas em conquistas de direitos, mas também, em uma tomada de consciência da força que tinha uma ação coletiva e organizada, capaz de despertar naqueles homens e mulheres, a coragem para contestar a secular exploração a que eram submetidos.

Também para conter esses avanços, militares articulados com empresários, latifundiários e políticos conservadores, executaram um golpe de Estado e implantaram uma Ditadura Militar que criou, viabilizou e consentiu o uso de mecanismos de controle social seja por via de uma legislação arbitrária que não respeitava a Constituição Federal, ou apropriando-se das leis vigentes, aplicando-as de acordo com seus interesses, com o objetivo de estancar qualquer tentativa de reação por parte dos trabalhadores.

A coerção na ação política e a violência física passaram a ser prática contumaz das instituições estatais, seja contra organizações, seja contra os que tinham alguma atuação política comprometida com a defesa de direitos e por melhores condições de vida para os trabalhadores. O papel coercitivo do Estado passou a ser exercido com muito mais ênfase, para que fosse possível atacar as conquistas já obtidas e implantar o arrocho econômico contra a classe trabalhadora. Intensificaram-se as intervenções nas entidades sindicais e perseguições e prisões políticas foram executadas.

O recrudescimento da violência, já a partir das primeiras horas do golpe de 1964, não apenas privou de liberdade os trabalhadores e suas lideranças sindicais, mas ceifou a vida de muitos daqueles. No campo, onde o uso da força era prática corriqueira, mas que nem por isso conseguira conter os avanços da luta, com o golpe e a ditadura militar, tal prática passou a ser institucionalizada. A aliança já existente entre o poder público e o poder privado, para reprimir os trabalhadores, ficou mais forte e escancarada, “a lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses do regime a fim de barrar a organização

crecente dos trabalhadores”.²⁸³ Se um golpe de Estado é uma ação de força, um golpe de Estado que faz uso da mira do fuzil do Exército e da espingarda do latifundiário é o retrato da selvageria. O caráter de classe do Estado tornava-se explícito em um momento de crise, de ruptura.

O Estado é o produto e a manifestação do caráter irreconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são irreconciliáveis.²⁸⁴

O direito à greve foi golpeado, no “aniversário” de dois meses do golpe, em 01 de junho de 1964, através do Decreto Lei 4.330, que definia uma série de exigências a serem cumpridas, pelos trabalhadores e seus sindicatos, perante a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), dentro de um processo burocrático em que era preciso cumprir longos prazos e seguir tramites que poderiam contribuir para criar obstáculos e desmobilizar os trabalhadores.

Não obstante o emprego de artifícios repressores para impor seu projeto de poder, interessava aos golpistas manter a aparência de uma democracia, afinal, como diziam, quem queria implantar uma ditadura eram os comunistas, embora quem tomou o poder pelas armas em 1º de abril de 1964 foram os defensores da “revolução democrática” a “revolução redentora”, como assim se autodefiniam os golpistas. Com esta preocupação, o primeiro ditador no controle do Executivo, o General Castello Branco (1964-1967), tinha o cuidado de apresentar elementos que confirmassem seu discurso e dos demais golpistas, e nesse sentido, manteve os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos funcionando, “para aparentar a manutenção de uma certa legalidade”.²⁸⁵

Contudo, estes sindicatos, em sua grande maioria, estavam sob intervenção do Ministério do Trabalho. Neste caso, até mesmo a intervenção estava respaldada na legislação vigente desde 1943 e, portanto, dentro das normas constitucionais. Ou seja, determinadas estruturas foram conservadas e a legislação sindical foi utilizada para reprimir as organizações e os trabalhadores, conforme salientou Mattos,

A ditadura militar, implantada em 1964, realizou intervenções em centenas de entidades sindicais, cassou os direitos políticos e/ou prendeu milhares de dirigentes e ativistas, conseguindo, através do terror de Estado, por fim ao ciclo de ascensão dos movimentos da classe trabalhadora.

²⁸³ CIOCCARI, Marta. Os trabalhadores rurais e o regime militar no Brasil. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (org). **Trabalhadores e ditadura**. Op. Cit., p. 153.

²⁸⁴ LENINE, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v. 2, p. 226. Apud: PADROS, Enrique Serra. *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; QUADRAT, Samantha (orgs.) **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 151.

²⁸⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 111.

Os instrumentos já estavam dados pela própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dos anos de 1940, que facultava ao Ministério do Trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. Assim, tão logo o golpe se consolidou, o governo militar ordenou a intervenção em 433 entidades sindicais (383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações). A cassação dos direitos políticos e a instauração de Inquéritos Policiais Militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguiram escapar da prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio.²⁸⁶

Ao lembrar que a permissão para a intervenção em sindicatos havia sido dada desde 1943, Mattos faz uma crítica pertinente às organizações dos trabalhadores por não terem contestado essa interferência durante o período de maior abertura democrática e participação política. Ao contrário, também naquele período imediatamente anterior ao golpe, como vimos no Capítulo II desta dissertação, a interferência do Estado para manter uma entidade sindical sob sua tutela foi bastante utilizada.

Apesar de prevista na legislação anterior ao golpe de 1964, a intervenção em sindicatos de trabalhadores, sob o rigoroso controle de uma ditadura, tinha um caráter repressor mais contundente, indo além do cerceamento e da alteração na atuação política daquelas entidades de classe. Os sindicatos passaram a ser controlados, vigiados com austeridade, buscando-se enquadrá-los dentro das normas ditatoriais e orientá-las para uma política assistencialista, desenvolvendo atividades cívicas. Aqueles que ousavam atuar no campo das reivindicações, organizando mobilizações, estavam sujeitos a enfrentar algum tipo de repressão. Portanto, era preciso escolher bem os interventores que representariam e defenderiam, no sindicato, a orientação e a conduta imposta pela ditadura.

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período anterior. Logo a seguir ao golpe, o Ministério do Trabalho nomeou como interventores muitos daqueles antigos dirigentes “pelegos”, que haviam sido afastados com a eleição de comunistas e trabalhistas de esquerda para as entidades sindicais, nos anos finais da década de 1950 e no início dos anos 1960.²⁸⁷

Não necessariamente os “antigos dirigentes”, como afirma Mattos, eram nomeados interventores, podia ser até alguém de fora da categoria, ou da DRT, desde que preenchesse os requisitos de confiança e afinidade com a ditadura. Para cumprir esse papel, o governo militar e seu Ministério do Trabalho contaram com o auxílio de setores mais conservadores da Igreja Católica na indicação de interventores para as direções dos sindicatos e, com eles, alinhar as entidades à ditadura e aos interesses do capital, adotando uma evidente política de colaboração de classe. Estes setores da Igreja também estavam articulados com

²⁸⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. **Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar.** In: MATTOS, Marcelo Badaró; VÉGA, Ruben. *Trabalhadores e ditaduras.* Op. Cit., p. 180.

²⁸⁷ Idem, p. 181.

organizações sindicais e/ou de financiamento de matriz estadunidense, empenhados em combater a influência comunista junto aos trabalhadores e seus sindicatos ainda antes da ditadura ter sido instaurada, orientando e financiando ações, como fizeram a CLUSA (Liga Cooperativa dos EUA) e a USAID (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional), como ocorreu com o SORPE.²⁸⁸

4.2. Em Pernambuco, repressão contra quem ousou lutar

Havia urgência em asfixiar a luta e conter o avanço dos movimentos organizados dos trabalhadores no campo e na cidade. O estado de Pernambuco, que ganhara repercussão internacional pela efervescência do movimento dos trabalhadores no campo, recebeu dos golpistas atenção especial quanto à repressão aos trabalhadores e suas organizações: as Ligas Camponesas foram esfaceladas, suas lideranças foram duramente perseguidas e presas, assim como ocorreu com militantes do PCB e outras organizações, sindicatos, parlamentares e estudantes.

A repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do País. Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos Estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingira maior intensidade.²⁸⁹

O assassinato dos estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Aguiar, pelo Exército, em plena luz do dia, em uma via pública do Centro do Recife, possibilitava compreender a dimensão da repressão que os golpistas estavam determinados a utilizar contra os que se opunham ao seu projeto de poder. No interior do Estado, em especial na Zona da Mata canavieira, região de injustiças e desigualdades, mas também de lutas frequentes dos trabalhadores até aquele momento, a truculência foi a regra que norteou as ações, não apenas dos agentes do Estado, mas também, dos latifundiários e seus prepostos.

As primeiras horas do golpe militar na região do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros Rio Formoso e Serinhaém, foram para extravasar todo ódio guardado contra aqueles que ousaram reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, era hora de reafirmar quem eram os donos do poder.

²⁸⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 114.

²⁸⁹ COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita, volver**. Op. Cit., p. 189.

O uso desmedido da força obrigou a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, cujo secretário era o Coronel Ivan Rui, a lançar uma nota “em que reafirmava que os sindicatos rurais não seriam fechados e que a situação dos delegados sindicais era inalterada, devendo serem respeitados pelos empregadores”,²⁹⁰ e, em outro documento, para os agentes que compunham aquela Secretaria, alertava que estes não deveriam participar nem permitir ações arbitrárias e de violência, “fechar e apreender material das Ligas Camponesas; assegurar e auxiliar o funcionamento dos sindicatos”.²⁹¹ Talvez a nota do secretário não tenha surtido efeito capaz de combater uma prática recorrente na instituição. O que se confirmou foi que o arbítrio e a ilegalidade eram camuflados por uma Justiça e Polícia que procuravam seguir tramites burocráticos como se isso legitimasse seus crimes.

O documento que encontramos no Prontuário de Chapéu de Couro nos dá uma boa medida disso. É um ofício do Juiz da Comarca de Serinhaém, em fevereiro de 1965, para o Delegado Auxiliar Álvaro da Costa Lima, o famoso anticomunista que desbaratou o Comitê estadual do PCB em Pernambuco,²⁹² em 1956, e agora estava de volta àquela Delegacia. Criticando a omissão da SSP por não ter comunicado e colocado, de imediato após sua prisão, Chapéu de Couro à disposição de sua Comarca, onde tinha mandado de prisão expedido contra o mesmo, o Juiz Luiz Gonzaga, tratou de advertir sobre práticas ilegais cometidas em sua jurisdição, apelando,

À honra popular e pública e extensivo ao honrado titular da SSP. Esse apelo é no sentido de não mais mandar efetuar, por aqui, prisões [sic] em massa como as que foram hoje efetuadas, de sua ordem. Sem forma nem figura de juízo. Qualquer intimação pode requisitar ao sr. delegado local ou a mim mesmo, si lhe merecer alguma atenção. Os intimados obedecerão ao chamado. Não precisam de escolta policial. Podem ser tangidos até com o dedo. Pode crer que não vai nisso exagêro [sic] algum. O que lhe posso assegurar é que na minha comarca só legalmente preso o indivíduo. Por prisão em flagrante ou com ordem judiciária escrita. Não acha que essa é que deve ser a orientação da polícia? Por essas e outras é que aqui e ali se vê ela alvo de impopularidade. Contra o que sucedeu, receba o meu respeitoso protesto.

²⁹³

O conteúdo do documento revela um choque entre autoridades, de um lado o Juiz de Serinhaém incomodado por não ter sido comunicado de uma prisão que havia autorizado e, de outro, um delegado que não só desrespeitou a autoridade judicial, dentro das funções hierárquicas do poder, mas que, na jurisdição da Comarca daquele mesmo Juiz, sem autorização do mesmo, cometeu abuso de autoridade, em uma flagrante atitude de arbítrio,

²⁹⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 112.

²⁹¹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29.679. Apud: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 112.

²⁹² COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; Lima, Francisco Assis. **Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. Op. Cit.

²⁹³ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 14.001.

registrados e questionados pelo próprio agente do Poder Judiciário. Observamos, ainda, o zelo e o clamor pela legalidade por parte do Juiz e pelo respeito aos tramites da lei, sem, contudo, questionar as motivações para a efetuação das prisões ilegais, arbitrárias, mas legitimadas pelo próprio Estado. A ação do delegado auxiliar, não foi uma exceção, um caso isolado, mas se revelaria uma prática rotineira da ditadura militar, não apenas no uso da força para executar prisões, mas para atentar contra a vida.

Os primeiros momentos de instauração da ditadura militar na zona rural de Rio Formoso, ajudam a perceber como a truculência tornou-se uma marca daquele regime. Naquela região, onde atuava o Sindicato de Barreiros, muitos trabalhadores rurais foram barbaramente torturados até a morte. Nomes que ainda precisam ser registrados na História, suas mortes investigadas e feita a justiça. Entre tantos, destacamos: Amaro Justino, Justino Albertino e Amaro Gato. Seus crimes? Serem trabalhadores rurais em uma região em que esta categoria estava mobilizada. Suas mortes, com requintes de crueldade, revelam a dimensão da violência empregada pelo golpe e a ditadura militar que, desde o início, revelou-se extremamente repressiva.

A memória marcada pela tragédia inquieta o sindicalista José Paulo de Assis que, à época do golpe, trabalhava como cambiteiro²⁹⁴ no engenho Xanguá, em Rio Formoso. Ele nos conta o que testemunhou:

Eu vi companheiro, naquele período que afastaram o governador, eu vi companheiro que anoiteceu dentro de casa e, com a pisa que levou, amanheceu dentro do rio com a barriga desse tamanho, outros companheiros, Justino Albertino, companheiro nosso de trabalho, é... Levou uma pisa que morreu, como também Amaro Justino que moravam juntos Amaro Justino e Justino Albertino, levou uma pisa que também morreu, não é?²⁹⁵

Como se uma lembrança puxasse outra, José Paulo lembra de um episódio estarrecedor e que teve a polícia como autora do crime:

Amaro Gato, daqui de São Francisco, Amaro Gato de São Francisco, pegaram ele e juntaram os testículos dele, só os testículos, amarraram só os testículos e penduraram ele, aqui em São Francisco...
Dentro de casa. Amarraram, pegaram pelos testículos, amarraram e penduraram ele. Ele ficou pendurado, gritando e a polícia chamou o povo: “olha aqui, se vocês fizerem... Olha aqui, ó, vai servir pra vocês também depois...”
A própria polícia, a própria, a própria... Não sei se era o Exército, ou a Polícia, só sei que...²⁹⁶

²⁹⁴ Denominação referente à função do trabalhador que transportava a cana-de-açúcar cortada, em animais ou apoiada na própria cabeça, até chegar à locomotiva ou ao caminhão que conduziria toda a carga até a usina.

²⁹⁵ Entrevista concedida à autora por José Paulo de Assis, na cidade de Rio Formoso-PE, em 22 de setembro de 2015.

²⁹⁶ Entrevista concedida à autora por José Paulo de Assis, na cidade de Rio Formoso-PE, em 22 de setembro de 2015.

Tão certa da impunidade, a polícia cometeu o crime publicamente, como um aviso para uma plateia de trabalhadores que via em seu vizinho, companheiro de trabalho, a si mesmo – era a força silenciosa do exemplo repressor, usando a violência para dissuadir trabalhadores a seguirem organizados, lutando.

Utilizando-nos do conceito de terrorismo de Estado (TDE), utilizado por Enrique Padrós como uma característica específica das ditaduras sob a Doutrina de Segurança Nacional instauradas na América Latina durante as décadas de 1960 e 1980 do século XX, compreendemos como essa exacerbção da violência tem um caráter não apenas repressor, mas também “pedagógico”. Segundo o autor,

O TDE procurou eliminar os focos que ameaçavam os interesses que defendia, enquadrar a sociedade dentro das premissas do novo padrão de comportamento político desejado e moldar as instituições a fim de obter obediência ou apatia ante a imposição de novos princípios gerais tomados, por exemplo, da Doutrina Francesa e da Doutrina de Segurança Nacional. Para tanto, impôs a ordem, a autoridade e consagrou a impunidade.²⁹⁷

A violência como uma política de Estado tende a provocar no cidadão, na cidadã, a sensação de abandono, de quem não tem a quem recorrer, levando a uma compreensão da realidade que o obrigava a se submeter e obedecer, para não sofrer as consequências. A ação repressora imediata ao golpe tem o objetivo de desmobilizar qualquer possibilidade de reação, de extirpar da convivência social aqueles identificados como perigosos, “comunistas” e de convencer à passividade, à inação política aos demais que fazem parte do convívio. É o caráter pedagógico, educativo da ação violenta praticada pelo Estado sob uma ditadura militar.

A necessidade que o novo regime tinha em silenciar a quem identificava como inimigo levou muitas pessoas à prisão e outras à morte. Em Pernambuco, no imediato pós-golpe, prisões políticas continuaram acontecendo. Práticas coercitivas que não foram rechaçadas anteriormente, como a legislação sindical autorizando a intervenção nas entidades e a Lei de Segurança Nacional, de 1953, que definia e permitia a prisão do suposto “inimigo interno”²⁹⁸, serviam aos golpistas e contribuíam para forjar o caráter legal de ações arbitrárias. Como vingança, também se prendeu muita gente, pois segundo Abreu e Lima, “no meio rural,

²⁹⁷ PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado**: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. *Entre a Memória e o esquecimento*. Op. Cit., p. 13.

²⁹⁸ PADRÓS, Enrique Serra. PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado**: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. *Entre a Memória e o esquecimento*. Op. Cit., p. 13.

muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais”.²⁹⁹ Também era o momento de destilar o ódio de uma classe que se viu afrontada por trabalhadores que rompiam com um histórico de subserviência e conformação à exploração a que eram submetidos.

4.3. Intervenção no Sindicato, punição para o Juiz e o refrear da luta

As ações violentas eram combinadas e foram se concretizando quase que simultaneamente: ataques as pessoas, às suas organizações, a seus direitos. Tão logo a ditadura foi imposta, os direitos conquistados pelos trabalhadores da zona canavieira, como resultado do Acordo do Campo, no ano anterior, começaram a ser descumpridos. A regulamentação das tarefas diárias no corte da cana, definidas na Tabela de Tarefas acordada na mesa de negociação entre as partes interessadas e sob a mediação do então Governador Miguel Arraes, começava a virar letra morta. A jornada de trabalho extenuante e a cobrança por uma produção diária desumana, com descontos absurdos no salário dos que eram cobrados por não conseguir cumpri-las, voltava a fazer parte da rotina de exploração. O desemprego e a miséria também voltavam a assombrar os trabalhadores rurais.

Diante desta realidade, para manter o controle e a “ordem” tão decantada pelos golpistas, era preciso reprimir as organizações que estavam cumprindo, até o momento em que foram golpeadas, importante papel no processo de organização e mobilização do conjunto dos trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos.

Os trabalhadores rurais da região de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, sentiram o primeiro impacto do golpe sobre seu Sindicato: a sede, em Barreiros, e as Delegacias Sindicais em Rio Formoso e Serinhaém foram fechadas, até a indicação de interventores. De acordo com Amaro Biá, em um primeiro momento, o Exército assumiu o controle do Sindicato.

[...] Veio uma pessoa que se disse que era do Exército, mas nós não sabemos, a gente não tinha acesso... chamado-se [sic]Medeiros, passou pouco tempo.

[...] Foi a época que houve o golpe e esse Sindicato foi, mais uma vez, intervindo [sic]. O pessoal do Exército, naquela época, os que participavam, destruíram tudo do Sindicato, até cofre com dinheiro! E como Barreiros não tinha banco, aqui tinha três cofres cheio de dinheiro que tava se juntando para comprar uma grande sede que comportasse os trabalhadores... E esse dinheiro foi... Esses cofres foram levados como que levavam... Tinha levado material subversivo e não voltaram mais.³⁰⁰

²⁹⁹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 72.

³⁰⁰ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

Amaro Biá, à época do golpe não era da direção do Sindicato, mas um associado que participava das atividades. Conforme esse relato da memória, a primeira marca que o golpe imprime nele é a apropriação da sede do Sindicato, local de encontro dos seus pares e, com o agravante - que podia ser perturbador caso alimentasse algum ideal sobre as forças de proteção do Estado – de que a conduta do Exército vai além de se apossar da sede, mas também de expropriar o patrimônio da entidade.

Dá-se início ao processo de intervenções nos sindicatos. O *Diário de Pernambuco*, no terceiro mês de ditadura, noticiava “*O Regime de Intervenção*”, informando intervenções que estavam acontecendo em sindicatos urbanos e rurais, determinadas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Conforme o trecho que destacamos:

CASOS EFETIVOS

O delegado interventor do Trabalho, disse ao DIÁRIO que só está determinando intervenção para os órgãos que se encontram acéfalos ou que desenvolvem atividades comprovadamente contra o regime, fugindo às determinações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.³⁰¹

Assim, na medida em que a ditadura ia se consolidando, os sindicatos dos trabalhadores, no campo e na cidade, passaram a sofrer intervenção do Ministério do Trabalho, cuja motivação foi claramente expressa pelo delegado interventor e publicada pelo jornal: [contra aqueles que] “desenvolvem atividades comprovadamente contra o regime”. Estava decretado o “regime de intervenção”.

Em Pernambuco, houve intervenção na quase totalidade dos sindicatos, inclusive nos do SORPE. Dos 66 sob seu controle, apenas quatro não sofreram intervenção: Vicência, Timbaúba, Nazaré da Mata e Limoeiro. Foi contando com dirigentes dos três primeiros que a nova diretoria da Federação se recompôs.³⁰²

O SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), criado em 1962, para fundar sindicatos e orientar a atuação destes de acordo com os preceitos políticos e ideológicos da Igreja Católica, visando combater a influência dos comunistas junto aos trabalhadores do campo procurou, a partir do golpe, estabelecer uma relação de colaboração com o primeiro governo militar. E fizeram isso indicando os interventores para os sindicatos.

Buscando um sindicalismo que atuasse como colaborador dos novos poderes constituídos, o governo procurou, no SORPE, o ponto de apoio para a reorganização dos sindicatos. Se, de um lado, o padre Crespo era visto com desconfiança por alguns setores golpistas, o padre Mello, contudo, era bem aceito entre os proprietários e entre os militares. E havia, tanto da parte desta entidade como daqueles que continuaram organizando a Federação, uma atitude de confiança em

³⁰¹ DP, 13/05/1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Destacado no original.

³⁰² ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit., p. 111.

relação aos novos donos do poder e de certo alívio em relação à saída dos comunistas e das Ligas do movimento sindical rural.³⁰³

Em julho de 1964, o SORPE lançou um Manifesto, assinado pelos padres Crespo e Melo, em apoio ao que chamavam “Revolução Democrática de 31 de março”, em que, segundo Samuel Maupeou, reafirmava sua condição de defensor da justiça e dos valores cristãos e argumentava quanto a “necessidade de sua intervenção no meio rural como forma de garantir a paz e o desenvolvimento no campo. [Portanto] Estariam, assim, garantidos os propósitos democráticos da dita “Revolução” de março de 1964”. Com esta disposição em colaborar, o SORPE reforçava sua esperança nos militares, no Governo e nas organizações patronais que atuavam na zona canavieira de Pernambuco, como podemos observar neste trecho do documento:

Esse nosso MANIFESTO quer ser uma colaboração patriótica à causa da Revolução, certo de que sem Justiça não haverá um clima de prosperidade e de paz. Estamos esperançosos na decidida atuação das forças Armadas, do Govêrno do Estado, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e do Brasil.³⁰⁴

Apesar dos efeitos claros e imediatos do golpe sobre os trabalhadores, sobretudo contra lideranças sindicais, com o cerceamento da liberdade, perseguições, ações violentas e intervenções nas entidades, a Federação dos Trabalhadores, assim como o SORPE, acreditou, pelo menos durante os primeiros anos do governo de Castelo Branco, que a ditadura militar poderia realmente trazer melhorias para o campo e para os trabalhadores.

A aprovação do Estatuto da Terra, em novembro de 1964, pode ter reforçado essa expectativa positiva para com o governo ditatorial. Entretanto, as ações planejadas para o campo não foram efetivamente implementadas, o Estatuto não propunha modificar a estrutura fundiária, tão pouco contar com a participação dos movimentos sociais em seu projeto de reforma agrária.³⁰⁵ Possivelmente, o Governo Castelo Branco usou um projeto de Estatuto da Terra que, na prática, não se efetivou, para alimentar uma esperança e, assim, ludibriar e acalmar os trabalhadores, cujo poder de mobilização a pouco havia sido comprovado.

Até se convencer que a ditadura militar só tinha a contribuir com mais sofrimento para os trabalhadores, a Federação manteve-se limitada em cumprir seu papel, buscando manter o equilíbrio entre a colaboração e a representação de classe, procurando apresentar

³⁰³ Idem, p. 112.

³⁰⁴ SORPE. Padre Paulo Crespo e Padre Antônio Melo Costa. Manifesto ao povo e às autoridades públicas. Recife, 23 de julho de 1964. Apud: MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Conciliação versus radicalização**. Op. Cit., p. 118.

³⁰⁵ Ver: MENDONÇA, Sônia. **O Campo vai ao golpe**. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VÉGA, Ruben. *Trabalhadores e ditaduras*: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

reivindicações, mas, ao mesmo tempo em que percebia certas tensões entre patrões e trabalhadores, apontava o Governo Castelo Branco como a referência que estes deveriam buscar para a garantia de seus direitos, tentando evitar situações que quebrassem a harmonia imposta pela ordem ditatorial no campo. Denunciava a miséria existente, mas não ousava lutar com mais firmeza.

Tais situações ficaram evidentes com a greve dos trabalhadores rurais do Cabo de Santo Agostinho, em que a Federação buscou uma neutralidade, ao mesmo tempo em que defendia que a saída era apelar para o Governo Castelo Branco. Ou nos momentos de crise, como aquele, em que os trabalhadores em Palmares se mobilizavam contra a situação de miséria a que estavam sendo obrigados a viver, uma vez que os usineiros decretavam incapacidade de honrar os compromissos trabalhistas.

Apesar de adotar uma conduta anticomunista e procurar dirigir o movimento sindical rural, no pós-golpe, buscando conciliar os conflitos e alinhar-se ao direcionamento do governo militar para o campo, isso não significou apoio irrestrito ao sindicalismo conduzido pela Igreja. Pelo contrário, as classes dominantes eram intolerantes à existência de uma entidade que procurava organizar e orientar os trabalhadores rurais, utilizando-se dos recursos legais disponíveis, como a Justiça do Trabalho, para tentar defender seus direitos.

Instrumento dos patrões, o Estado constituía, na tradição getulista, o árbitro e juiz das relações de trabalho. Apesar da mudança de regime, era a instância à qual os trabalhadores e suas organizações tentavam recorrer. Resolutamente legalista, a ação do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais], com a ala dirigente católica que sobrevivera ao golpe, enfrentou também certa violência da repressão por parte da força pública e das classes dominantes. Tão aguda que a própria SSP [Secretaria de Segurança Pública] precisou emitir ordens para que as tropas respeitassem os sindicatos. Os esforços dos sindicalistas sobreviventes visavam salvar o que fosse possível das conquistas anteriores ao regime militar: salário mínimo, repouso remunerado e férias garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; posteriormente, a aposentadoria e assistência médica do FUNRURAL.³⁰⁶

A condução pela Igreja Católica via SORPE e Federação, da nova orientação para os sindicatos rurais, com a ditadura e sem ter mais a concorrência de outras forças no campo, foi percebida no Litoral Sul da Zona da Mata de Pernambuco. Em julho de 1964, mesmo mês em que o SORPE publicou o Manifesto de apoio à “Revolução”, o *Diário de Pernambuco* trazia em suas páginas, as intervenções conduzidas pelo padre Melo:

JUNTAS GOVERNATIVAS

O senhor Severino Alves da Silva, delegado-substituto do Trabalho, informou ao DIÁRIO haver designado Juntas Governativas para o sindicatos rurais de Sirinhaém,

³⁰⁶ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 137-138.

Maraial, Barreiros, Rio Formoso e Belém de Maria. As providências – disse – foram tomadas em comum acôrdo com o padre Melo.³⁰⁷

No ano em que completava uma década de existência, o Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, sofreu sua quinta intervenção. O *Diario de Pernambuco*³⁰⁸ traz uma nota em que padre Crespo indicava Moacir Pedro da Silva, o ex-presidente do Sindicato de Barreiros, para reassumir a entidade, como interventor. Mas, esta não foi a opção do padre Melo, e quem assumiu o Sindicato foi Florentino Pompeu.³⁰⁹

Para Rio Formoso e Serinhaém, “foi duas pessoas que padre Melo mandou, foi as duas pessoas, foi Moacir e outra pessoa”, o Moacir em questão não é o Pedro da Silva, é o Moacir Bezerra e a outra pessoa era Severino da Silva. O papel do interventor era de desenvolver um trabalho assistencialista no sindicato, além de ficar atento, investigar e reunir provas contra antigas lideranças ou pessoas novas que despertassem suspeitas.

De acordo com o livro organizado pela Arquidiocese de São Paulo, *Brasil Nunca Mais* (BNM), a perseguição, durante a ditadura militar, aos sindicalistas foi classificada no item referente a “setores sociais”. Dos 36 processos judiciais militares trabalhados, onze estão relacionados a acontecimentos ligados ao campo, sendo três anteriores ao golpe de 1964, um no Rio de Janeiro e “os outros dois focalizam as Ligas Camponesas de algumas localidades pernambucanas, como Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso, destacando a atividade de lideranças rurais quase legendárias naquele período: Júlio Santana, “Chapéu de Couro e Joca”.³¹⁰

As observações do BNM apontam que, assim como ao setor militar, houve “uma alta freqüência de processos iniciados em 1964”, o que

representa uma priorização evidente da ação repressiva sobre esses dois setores, como a significar que os generais de abril temessem dois inimigos fundamentais: o nacionalismo introduzido em setores da própria tropa e os movimentos trabalhistas que pudessem atrapalhar o modelo econômico que se iria impor, calcado no arrocho salarial e na desnacionalização.³¹¹

Ao analisarmos a atuação do Sindicato no imediato pós-golpe, percebemos que houve uma mudança significativa em sua conduta frente aos problemas enfrentados pelos trabalhadores da região. Observamos que a atuação da entidade deixa de ser registrada pelos jornais de grande circulação. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, apesar dos

³⁰⁷ DP, 24/07/1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Destacado no original.

³⁰⁸ DP, 28/07/1964. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

³⁰⁹ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

³¹⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 126.

³¹¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Op. Cit., p. 124.

ataques aos direitos e dos motivos para mobilizar-se continuarem persistindo, talvez até com mais urgência, deve ter causado forte impacto na atuação desse trabalhador junto ao seu Sindicato, a partir do golpe, após ter vivido a rica experiência política no imediato pré-golpe.

[...] Quando veio o golpe, esses trabalhador que confiava no sindicato não podia falar. Quem era pego com a carteira do sindicato, era preso. Quem era pego com a foto de Arraes era preso. Depois de sessenta e seis, por aí... sessenta e cinco, sessenta e seis... foi liberado, a gente podia vir para a assembleia, mas não reivindicava o que a gente queria [...]

[...] Durante todo esse período da ditadura foi grande as dificuldades para que o Sindicato coordenasse a luta dos trabalhadores. O Sindicato tinha que fazerem suas assembleias e só falar aquilo que era aprovado pela... pelo pessoal ligado à polícia... E tinha vários apontadores e trabalhadores que falavam das ações... Nós não podemos citar nomes, mas ainda tem gente que está vivo. [...] ³¹²

Não obstante, o Sindicato do Cabo e o de Palmares tiveram significativas mobilizações, apesar da ditadura, contra os prejuízos com as perdas de direitos dos trabalhadores, inclusive, no Cabo, organizando importante greve junto aos trabalhadores da usina Muribeca.³¹³ O que nos faz refletir sobre o Sindicato de Barreiros, que pareceu sentir com mais força o papel controlador da intervenção, assim como, os “efeitos pedagógicos” da violência contra muitos trabalhadores na sua área de atuação e a perseguição às lideranças anteriores ao golpe, estando, já naquela altura, parte delas presas. Ainda mais, quando até o Juiz de Direito da Comarca da cidade sofreu forte punição, acusado, entre outras coisas, de ter comprometimento político com lideranças do Sindicato.

As ações para sufocar o poder de mobilização do Sindicato de Barreiros procuraram atingir vários flancos. Com o primeiro Ato Institucional, em 09 de abril de 1964, foi divulgada uma lista de demissões sumárias e nela estava o Juiz da Comarca de Barreiros, João Batista Neto. As acusações que pesavam contra o Magistrado estão relacionadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Júlio Santana e Chapéu de Couro. No processo para justificar sua demissão, são ajuntadas documentações sobre seu parecer rejeitando o enquadramento na Lei de Segurança Nacional de João Zeferino, o Joca e Antonio Joaquim de Medeiros, o Chapéu de Couro, no qual diz,

Seria, mesmo, um tanto ridícula a posição do Judiciário estar aceitando e processar, a três por dois, quaisquer indiciados de crimes comuns, apenas porque os fatos apontados como crimes ocorreriam em tempo e espaço e com relação a pessoas de odor político partidário ou ideológico, ou no âmbito físico da luta de classes.³¹⁴

³¹² Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

³¹³ Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit.

³¹⁴ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1003.

No relatório de sindicância de Corregedor da Justiça, em que constam três telegramas e um ofício ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, destaca-se “entre eles o mais incisivo, oriundo da Câmara de Vereadores [que] acusava-o de liderando conhecidos comunistas, procurar incitar a subversão, no ensejo da eclosão do movimento das Forças Armadas em prol da restauração da legalidade democrática”.³¹⁵

Outro documento, assinado pelo prefeito de Barreiros Djalma Sanguinete, UDN, informava que a Comarca estava abandonada. Acusavam-no de organizar encontros sigilosos, em sua casa, e de participar de comícios; que dizia-se marxista-leninista e fazia “propagação de literatura vermelha, junto a pessoa de menor alcance intelectual”. “Fazia minguar o JUIZ, para avultar o POLÍTICO”.³¹⁶ A sindicância informava, também, que o destino do Juiz era desconhecido. E chega a seguinte conclusão: “o dr. João Batista Neto, dado o seu acentuado e contínuo desvio dos padrões éticos positivadores de decoro, revela-se um irrecuperável para o exercício da judicatura”.³¹⁷

Deste processo, a primeira observação que fazemos é pela forma e não pelo conteúdo. Chamou nossa atenção a organização e a conservação da documentação referente ao Juiz. Folhas do processo limpas, sem manchas, rasuras, sem efeitos aparentes do tempo. O que nos faz supor ter havido uma preocupação em preservar aquela documentação específica, visto que as demais consultadas deixam a desejar em todos estes aspectos.

Quanto ao conteúdo, houve preocupação de ajuntar ao processo certidões de cartório, do Tribunal de Justiça, enfim, uma preocupação em dar consistência a acusação sobre o magistrado. E o teor da denúncia, respaldada nos documentos, elabora um julgamento ideológico que permite construir a imagem de um comunista juiz merecedor de demissão sumária. Para esse fim, observamos ser um processo bastante consistente. Essa ação contra o Juiz da cidade certamente contribuiu com a tentativa de amedrontar e enfraquecer aqueles que tentavam reagir de alguma forma contra a ditadura.

No âmbito da Justiça Militar, também em abril de 1964 são instaurados os Inquéritos Policiais Militares (IPM). O Sindicato de Barreiros, Júlio Santana, Antonio Joaquim de Medeiros, Chapéu de Couro e João Zeferino da Silva, o Joca, foram enquadrados em IPM-Rural.

Tais inquéritos eram utilizados como um instrumento a mais para a repressão, com a especificidade de serem coletivos, buscando atingir setores sociais ou movimentos e

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem. Destacado no original.

³¹⁷ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1003.

não apenas indivíduos. De acordo com Leila Stein “no imediato pós golpe militar, para o regime, era urgente silenciar os vencidos e enquadrar a sociedade à nova ordem”. Para isso era preciso paralisar setores como camponeses, estudantes, partidos políticos, sindicalistas, sindicatos, enfim, todos aqueles que desenvolviam intensa atividade política anteriormente, em divergência à concepção de atividades aceitáveis para os golpistas e, portanto, a partir dali, precisavam ser punidos e investigados. Não eram escolhas aleatórias, ainda de acordo com a autora, a conformação de um Inquérito estava fundamentada em

uma ampliação de processos criminais e civis abertos ou, pelas delegacias de polícia dos municípios e localidades ou, pelo Departamento de Ordem Política e Social – o Deops. Muitas vezes, esses “boletins de ocorrência” e “queixas crime” constituíam a peça preliminar de abertura do inquérito.³¹⁸

O Inquérito Policial Militar tinha a função de apurar um suposto crime de forma sumária e encaminhá-lo para o Ministério Público com indícios substanciais que levassem a um processo penal. O fundamento penal para incriminar as pessoas ou entidades, enquadradas em um IPM era a Lei 1.802/1953, a Lei de Segurança do Estado, a partir de 1967 foi reformulada e passou a ser Lei de Segurança Nacional. Não há neste formato o direito à defesa, ao contraditório. Para esta configuração de Justiça, e no caso específico do IPM-Rural, eram reconhecidas como testemunhas dos processos “a hierarquia da Igreja Católica e depoimentos de pessoas da comunidade”. De acordo com o BNM, “depois de 1964, o inquérito policial militar sempre teve caráter inquisitorial e se desenvolveu sigilosamente”, denunciando, ainda, que o réu ficava incomunicável e sofria violência.³¹⁹

O Sindicato de Barreiros teve seu IPM,³²⁰ em função dos acontecimentos de outubro de 1963, quais sejam: apoiar e organizar manifestações de apoio Júlio Santana e o tiroteio e sequestro envolvendo o Sindicato. Júlio Santana, preso desde antes do golpe, também passou a responder a um IPM-Rural, de número 93³²¹. Além dele, Antonio Joaquim de Medeiros, Chapéu de Couro, também foi enquadrado em um Inquérito de nº 41. João Zeferino da Silva, o Joca, também respondia ao mesmo inquérito com Chapéu de Couro. As acusações contra eles iam desde “liderar invasões de terras, ameaçar e bloquear estradas, opor-se ao regime militar e formação de sindicatos”.³²² O julgamento de Chapéu de Couro e Joca ocorreu em maio de 1968 e eles foram absolvidos pela Justiça Militar “em virtude da

³¹⁸ STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Anos 60 e 70.** Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 2, n. 5, p. 103.

³¹⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais.** Op. Cit., p. 213.

³²⁰ Fundo: Brasil Nunca Mais (BNM) 327.

³²¹ A documentação referente a este inquérito está incompleta.

³²² STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Anos 60 e 70.** Op. Cit., p. 106.

precariedade das provas existentes neste processo”. Não temos informação quanto ao julgamento de Julio Santana, que seguiu preso até 1977.

4.4. Desmembramento do Sindicato e eleições sob controle

O governo militar decidiu ir além das intervenções nos sindicatos e, em fevereiro de 1965, foi publicada a Portaria nº 71, definindo que as áreas de atuação dos sindicatos fossem municipais “seriam representadas por apenas uma entidade, a qual englobaria todas as categorias de trabalhadores do campo: assalariados, arrendatários, pequenos proprietários, desde que estes não possuíssem empregados em suas propriedades”.³²³

A medida cumpria claramente o propósito de diminuir o poder de representação quantitativa e de abrangência e influência dos sindicatos, possibilitando ao governo mais eficiência em conter o poder de mobilização e uma atuação mais combativa dos sindicatos, além de aprofundar e facilitar o controle que já exercia sobre aquelas entidades, ao reduzir o número de sindicatos. Para Abreu e Lima, com esta Portaria o governo

Dificultava a organização dos trabalhadores rurais: de um lado, porque o sindicato, representando vários setores, teria mais dificuldades em compatibilizar e coordenar diferentes necessidades e reivindicações; de outro, porque, ao estabelecer uma base municipal, facilitava para os empresários, pois as usinas, muitas vezes, englobavam diversos municípios.³²⁴

É com base na Portaria nº71 que ocorre o desmembramento do Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém. Se antes a base territorial incorporava três municípios e com eles cinco usinas de produção do açúcar, com a Portaria, a base é redefinida, o sindicato é desmembrado e passa a funcionar um sindicato por município. Portanto, se era possível uma unidade de ação dos trabalhadores, guiada por uma única direção sindical, em 1965 essa unidade foi fragmentada, o que contribuía para o enfraquecimento da capacidade de mobilização que tornava possível uma maior pressão política em torno das reivindicações.

Se essa realidade do Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém ajuda a dimensionar o significado da municipalização sindical, outro exemplo que reforça a compreensão é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares que, até aquele momento, incorporava vinte e um municípios em sua base territorial. Tal Sindicato – fundado a partir do surgimento da segunda Liga Camponesa, em 1957, no município de Água Preta, dois anos depois do ressurgimento das Ligas Camponesas no engenho Galileia, em Vitória de Santo

³²³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Op. Cit., p. 115.

³²⁴ Idem.

Antão – tinha uma importância política inquestionável no trabalho junto aos camponeses e era dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), com dedicada atenção do líder comunista Gregório Bezerra, até todos sofrerem a dura repressão imposta pelo golpe militar.

Com a definição de apenas existir um sindicato por município, deu-se início ao processo de articulação para a composição das direções sindicais e o processo eleitoral, dentro de um controle proporcionado pelos sindicatos sob intervenção, logo, sob vigilância que buscava prever e impedir qualquer problema que desarmonizasse o ambiente criado com a entidade amordaçada.

A partir de 1967, o Ministério do Trabalho passou a ter um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Apesar do controle sobre as candidaturas. Em alguns sindicatos assumiram a direção militantes pouco conhecidos da repressão, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda.³²⁵

A “liberalização progressiva” de que fala Mattos, na Zona da Mata canavieira de Pernambuco começou antes de 1967 e essa antecipação ajuda a pensar em quão bem sucedida foi a intervenção nos sindicatos, e o efeito das ações violentas para reprimir lideranças e organizações ligadas aos trabalhadores, permitindo ao governo militar consentir que os associados escolhessem a direção da sua entidade, ainda que esse processo eleitoral não fosse um modelo de livre participação. Todavia, o exercício da escolha contribuía para a manutenção de uma aparência democrática, tão cara aos golpistas.

A primeira eleição após o desmembramento do Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, foi para a diretoria do Sindicato de Rio Formoso, ainda em 1965. Dava-se início ao processo de conclusão da primeira intervenção pós-golpe no Sindicato. José Paulo, o então cambiteiro no engenho Xamguá, concorreu como tesoureiro e foi eleito, o presidente foi José Abídio, em uma chapa composta por trabalhadores da localidade. O interventor enviado por padre Melo havia encerrado sua função. Naquele mesmo ano, saiu a Carta Sindical do Ministério do Trabalho reconhecendo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso.

Setembro de 65. Aí foi quando eles achavam que o pessoal que vieram do Cabo não dava mais para ficar aí eles preferiram me convidar pra ficar trabalhando com eles, sabe? Aí eu vim, sem a experiência, mas aí fui trabalhando, após um tempo houve nova eleição, então o pessoal já pedia que eu fosse o presidente, por conta da história da dedicação que eu ficava mais... Tinha mais jeito de falar a língua dos meus companheiros.³²⁶

³²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. **Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar.** In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (org). *Trabalhadores e ditadura: Op. Cit.*, p. 182.

³²⁶ Entrevista concedida à autora por José Paulo de Assis, na cidade de Rio Formoso-PE, em 22 de setembro de 2015.

Em Serinhaém também houve eleição e, da mesma forma, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serinhaém ganhou sua Carta Sindical ainda em 1965. Apesar da tensão nos anos anteriores naquela área de atuação do Sindicato, ocorreu tudo sob controle. Também foi fundado e reconhecido, ainda em 1965, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José da Coroa Grande, antes Distrito do Município de Barreiros, que elevou-se à condição de Município, conquistando sua emancipação naquele mesmo ano.

Em Barreiros, a eleição só foi realizada um ano após desmembrar-se Rio Formoso e Serinhaém. O Sindicato, que já representava apenas um município, ainda estava sob intervenção dos homens de confiança do padre Melo, até que fora organizada a eleição para sua nova direção, o que aconteceu entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 1966, pondo fim à intervenção, mas não sem enfrentar alguns tensionamentos.

A primeira eleição para direção do Sindicato de Barreiros durante a ditadura militar foi, assim como as de Rio Formoso e Serinhaém, uma eleição com chapa única. Porém, no caso de Barreiros, não foi por falta de interesse do trabalhador em disputar a direção do seu Sindicato. Pois, Amaro Félix da Silva, trabalhador da usina Central Barreiros, na função de apontador rural, decidiu concorrer à eleição quando soube que a intervenção estava para acabar. Providenciou a documentação exigida, mas, quando foi se inscrever, havia dado decurso do prazo.

Amaro Félix não se deu por vencido e, indignado, decidiu protestar no dia da votação, em frente ao Sindicato, procurando convencer os trabalhadores que lá compareceram a não participarem de uma eleição por escrutínio secreto, com chapa única, por ter tido outra chapa impedida de concorrer.

O resultado é que a eleição não teve quórum suficiente e foi preciso realizar uma nova consulta aos trabalhadores. Porém, Amaro Félix não pode concorrer, mais uma vez, porque havia sido preso, acusado de “agitação” durante a eleição. Assim, Paulo Onofre Floriano venceu as eleições e assumiu a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

Este Sindicato, assim como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serinhaém e o de Rio Formoso, estavam livres da intervenção, mas não da vigilância e do controle da ditadura militar. Com alguma dificuldade, os três sindicatos foram se adaptando à nova ordem. Também para acompanhar as mudanças promovidas pela Portaria nº 71, em 1966, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco incorporou novas categorias e passou a ser a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE).

A realização da eleição direta nos três sindicatos, ao completar dois anos de ditadura, após ter vivido, ainda enquanto composição regional, várias intervenções, provavelmente contribuía com a construção de uma imagem de aparente legalidade que em muito interessava àquele governo ditatorial. Contudo, não se pode esquecer que essa permissão ao sufrágio secreto podia ser cancelada, tão logo o regime sentisse necessidade. E assim o fez.

[...] Em sessenta e seis houve uma eleição, aí foi eleito um cidadão chamado-se [sic] Paulo Onofre Floriano... Então, o Paulo assumiu, naquela época o mandato era dois anos, ele tirou um ano trabalhando mais ou menos porque tinha limitações, porque tava na época do... do golpe... sessenta e sete, por aí... No início de sessenta e oito aí ele foi intervindo, sob alegação de ter, de ter... de mal aplicação dos recursos... Foi intervindo pelo Ministério do Trabalho. Quem assumiu na intervenção foi um cidadão chamado-se Mavíael... Mavíael do Rêgo Barros, do Ministério do Trabalho. [...]³²⁷

Portanto, a eleição era uma concessão, de acordo com a conveniência ou a necessidade que o governo militar tivesse. Porém, não podemos deixar de refletir o que significou, para os trabalhadores, a eleição naquele ano de 1966. Após sofrerem tantas violências, os trabalhadores se dirigirem ao seu sindicato para exercitar o direito de escolher quem os representaria na entidade, também pode configurar uma maneira de repudiar as direções impostas, as intervenções. Também pode ser compreendida como uma ação de resistência àquele regime que cassava a liberdade. Sobretudo, com atitudes como a de Amaro Félix Pereira, que não só resistiu, tentando lançar uma candidatura alternativa, como confrontou e denunciou o processo eleitoral que estava sendo conduzido. Aliás, tanta coragem não tardou para ser combatida com veemência pela repressão.

4.5. Presos políticos do Sindicato: pena (quase) de morte, absolvição e desaparecimento

À ditadura militar não bastava garantir a manutenção da ordem no campo com o rigor da vigilância e do controle sobre as direções de sindicatos, era preciso prender as lideranças consideradas mais perigosas e, sob encargo da Justiça Militar, tomar as decisões julgadas necessárias para criminalizar a elas e ao que representavam. Isso quando ações mais radicais, nem sempre utilizando o aparato repressor do Estado, mas sim, mecanismos privados de repressão, decidiam exterminar de vez qualquer possibilidade de certas lideranças voltarem a atuar politicamente, dando cabo de suas vidas ou desaparecendo com elas.

³²⁷ Entrevista concedida à autora por Amaro Francisco da Silva Biá, na cidade de Barreiros-PE, em 12 de junho de 2010, quando respondia pela presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros.

São muitos os casos de crimes contra militantes políticos ocorridos no Brasil durante a ditadura militar, desde prisões arbitrárias a torturas e até assassinatos. Atualmente, algumas centenas destes foram investigados pela Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de reparar erros históricos e o Estado reconhecer, se assim for confirmado, sua responsabilidade com relação aos crimes cometidos.

No caso do Sindicato objeto da nossa pesquisa, algumas das suas lideranças foram encarceradas, umas conhecendo a prisão ainda no período considerado democrático, mas todas submetidas à ação repressora em função de suas atividades, seja enquanto direção do Sindicato, seja enquanto ativista, associado à entidade e comprometido com a luta que estava sendo desenvolvida ou, ainda, enquanto associado que protestava contra a ditadura ao mesmo tempo em que reivindicava o direito de fazer parte da direção do seu Sindicato. Estes são os casos relativos a Júlio Santana da Silva, Abdias Soares dos Santos, Antonio Joaquim de Medeiros e Amaro Félix Pereira, quatro camponeses diretamente associados à luta dos trabalhadores e a participação destes em seu sindicato, e por isso mesmo submetidos às ações repressoras praticadas nos cárceres da ditadura.

4.6. Júlio Santana da Silva

FIGURA 5 – JÚLIO SANTANA DA SILVA



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº 20.398

Júlio Santana, preso desde o mês de outubro de 1963, como vimos no capítulo passado, tão logo o golpe é deflagrado e os inquiridos para incriminar os identificados “inimigos internos”³²⁸ começam a ser montados, é elencado no IPM-Rural instalado pelo IV

³²⁸ PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado**: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania. *Entre a memória e o esquecimento*. Op. Cit., p. 13.

Exército, nele consta as acusações contra a atuação de Santana a frente do Sindicato de Barreiros, mas também, e com muita insistência, a acusação de que ele era do grupo de Miguel Arraes, ao mesmo tempo em que também o aponta, no mesmo período, como das Ligas Camponesas e, por fim, que

atuou vigorosamente sob a orientação do Partido Comunista, custeado, em particular, pela URSS, CHINA E CUBA; cooperou para mudanças das estruturas política e social, com violências contra a Constituição. Tendo capacidade de liderança incutiu idéias que penetraram profundamente na massa rural.³²⁹

O teor das acusações, cujas provas, muitas vezes, resumiam-se em depoimentos de membros da Igreja Católica ou de policiais, consistiam em tentativas de enquadramento ideológico, além do político. Neste caso, observamos as associações da militância de Júlio Santana com alvos específicos como o comunismo, Miguel Arraes, as Ligas Camponesas e o PCB, sem sequer distinguir as diferenças entre estes. Mais parecia uma montagem, produzida por militares, para um julgamento militar.

Outros documentos da repressão também falam sobre ou por Júlio Santana. Ressalvamos serem esses documentos produzidos em interrogatórios passíveis de inverdades ou informações confusas, uma vez que são extraídas sob a força do aprisionamento, em que a relação de poder sobre o interrogado é intimidatória, ainda mais, quando sabemos que métodos violentos podem ser aplicados para se obter a informação que o Estado, na função do interrogador, deseja obter.

O documento do qual analisaremos um trecho tem três páginas, mas apenas uma está legível, oferecendo condições de leitura com entendimento, as outras duas estão danificadas, ao que tudo indica efeitos da passagem do tempo e conservação inadequada. O documento é o “Auto de qualificação de interrogatório” de 27 de junho de 1964, sem informação do local em que foi realizado, portanto, já com a ditadura militar instalada. Este é o primeiro documento que temos, que configura Júlio Santana como preso político da ditadura. Neste trecho que destacamos, Júlio Santana afirma que

nada soube a respeito da revolução porque já se encontrava preso; que depois de preso não teve mais nenhuma interferência nos problemas do campo; que apenas recebeu algumas visitas, de camponeses que viera [sic] a Recife para um comício, e que sua liderança depois de preso já não seria mais [ilegível] pelos próprios camponeses que depois de preso ficou entregue a própria sorte, sem nenhum amparo por parte do governo, nem se quer [sic] de ordem moral; que o tratamento que recebia do Órgão Sindical, não foi mais o de antes; que os únicos responsáveis pela agitação no campo, são os cabos eleitorais de Julião agindo através das ligas que afastando-se essa gente do campo tudo fica em paz, porque camponês não quer briga com ninguém.³³⁰

³²⁹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. IPM-Rural, página 93.

³³⁰ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 20.398.

O trecho revela um homem amargurado, sentindo-se abandonado “à própria sorte”. Isolado do mundo, diferente do período de encarceramento durante o Governo de Miguel Arraes, sem informações sobre a “revolução” e, ao que parece, negando o período de intenso movimento e contatos que vivenciou, dentro da Casa de Detenção do Recife, com camponeses e os militantes do POR-T, naqueles últimos meses do Governo de Miguel Arraes. Por fim, atribui a Francisco Julião e às Ligas Camponesas a agitação no campo, demonstrando nutrir muita mágoa por aquela organização e seu dirigente.

Era o terceiro mês na prisão, após o golpe militar. Percebemos um interrogatório com um Júlio Santana muito mais fechado, com negativas ou diminuindo a importância quanto à sua atuação no campo, bem diferente dos dois depoimentos obtidos nos anos de 1962 e 1963, pela SSP, em que dava ênfase ao seu papel “que, como Delegado Sindical que é, o depoente muito vem se desenvolvendo no sentido de reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais, os quais são negados pela maioria dos proprietários”.³³¹

Júlio enfrentou muitos interrogatórios, no decorrer dos anos de prisão. Assistiu a Casa de Detenção ser fechada, em 1973 e, como consequência foi transferido para o Presídio Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, litoral Norte de Pernambuco. Conforme consta no processo que seus familiares moveram contra o Estado, buscando reparação, durante os anos que passou como prisioneiro do Estado, o camponês sofreu uma paralisia cerebral, como seqüela de um Acidente Vascular Cerebral, três enfartes e ficou hemiplégico, denunciando, ainda, que ele não recebeu o tratamento especializado que precisou. No processo que seus familiares abriram contra o Estado, o parecer técnico do relator, solicitando indenização, relaciona as enfermidades com os interrogatórios a que Júlio era constantemente submetido.

Ressalte-se, outrossim, que durante a permanência em que JÚLIO SANTANA esteve sob a guarda do Estado, foi conduzido várias vezes ao Hospital Osvaldo Cruz para tratamento de saúde e por coincidência era acometido de enfermidade sempre no dia seguinte de seu interrogatório na SSP, o que evidencia o nexo causal entre as condições em que o mesmo era submetido no interrogatório e sua doença.³³²

Em junho de 1975, Júlio Santana foi solto em controvertida liberdade condicional. Isso mesmo. Depois de doze anos encarcerado como preso político, Santana é posto em condicional, por uma decisão da Justiça Comum. O Jornal do Comercio noticiou que “Preso mais antigo do Brasil é beneficiado com liberdade condicional”.³³³ O próprio Jornal chamou a atenção para o fato inusitado, afirmando que “o benefício é inédito, tratando-se de preso político, e foi concedido por ter o réu cumprido mais da metade da pena que lhe foi imposta”.

³³¹ Idem. Trecho de depoimento prestado à SSP, em 11/08/1963, na Delegacia Auxiliar, em Recife.

³³² Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 20.398.

³³³ JC, 19/06/1975. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 20.398.

FIGURA 6 – PRESO POLÍTICO MAIS ANTIGO DO BRASIL É BENEFICIADO COM LIBERDADE CONDICIONAL



Fonte: *Jornal do Commercio*, 19/06/1975.

Mas, Júlio voltou a ser preso e condenado a 50 anos de reclusão. Já bastante doente, teve a pena reduzida para 18 anos. Alquebrado, foi libertado em 1977, acometido de paralisia cerebral, em consequência de um acidente vascular cerebral sofrido na prisão. Júlio Santana faleceu em 14 de dezembro de 1977. Diante de tais fatos, pode-se compreender que, indiretamente, Júlio Santana recebeu uma sentença dada pela ditadura que equivaleu à pena de morte.

FIGURA 8 – ANTÔNIO JOAQUIM DE MEDEIROS



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.001

Antonio Joaquim de Medeiros, o *Chapéu de Couro*, estava em liberdade quando veio o golpe em abril de 1964. Em junho daquele ano, foi condenado em um processo pela Comarca de Serinhaém e passou a ser considerado como foragido da Justiça. Naquele momento, os jornais de grande circulação em Pernambuco e o jornal *Correio da Manhã*, noticiavam que Chapéu de Couro estava sendo caçado como animal feroz pelos canaviais do estado, enfatizando a alta periculosidade do “guerrilheiro e seus companheiros fortemente armados”,³³⁴ a imprensa associava sua imagem à de um cangaceiro, aterrorizando o campo.

O Delegado Auxiliar Álvaro Costa Lima enviou, ontem, 16 homens armados de fuzis, revólveres e metralhadoras, ao interior do Estado para capturar Chapéu de Couro, cuja atuação a partir do movimento de 1º de abril, fez com que seja considerado autêntico sucessor de Lampião.³³⁵

De acordo com Cavalcanti, “suas ações serviram para justificar maior violência contra lideranças camponesas remanescentes na Mata Sul”³³⁶. Cabe a nós refletirmos se havia veracidade nos fatos narrados pela imprensa e se as ações da polícia buscavam agir para proteger os cidadãos, ou se a imprensa carregava nas tintas ao comparar Chapéu de Couro a Lampião e denunciar que estava foragido e a polícia aproveitava-se disso para intensificar as ações repressoras no campo.

³³⁴ *Jornal Correio da Manhã*, RJ-08/10/1964, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

³³⁵ CM-RJ, 01/10/1964, p. 09. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

³³⁶ CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi**. 2º volume. Recife: Guararapes, 1980 p. 29. Apud: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**. Op. Cit., p. 73.

Como também respondeu a um IPM-Rural,³³⁷ queremos destacar a seguinte descrição sobre Chapéu de Couro, produzida pelos militares condutores do inquérito:

com grande capacidade de liderança, apesar de parecer homem simples e pacato, após a revolução democrática de março, ainda pretendeu manter grupos de pressão na zona onde atuava antes.³³⁸

Esse trecho do documento despertou nossa atenção, porque não usa a mesma contundência nos termos utilizados para realçar a periculosidade e incriminar aquele trabalhador rural, diferente do que estava sendo noticiado pela imprensa, como alguém nada pacato, mas sim, que estava causando terror na zona canavieira. Para o propósito do IPM, acreditamos que seria interessante corroborar com a imagem de novo Lampião, tratando dessa forma Chapéu de Couro. O fato de assim não ser feito, apenas afirmar que ele manteve “grupos de pressão”, parece diminuir o tratamento escandaloso dado a este caso pela imprensa.

Sobre essa associação ao cangaço, à imagem de Lampião com o intuito de criminalizar a luta reivindicatória, organizada, dos trabalhadores rurais, ou uma liderança destes, e o direito de promover protestos políticos, apoiamo-nos em Eric Hobsbawm que entendeu estar relacionada à classe, ao poder, o banditismo como fenômeno social e, citando Antonio Gramsci, diz “a luta de classes se confunde com o banditismo, a chantagem, o incêndio premeditado de florestas [...]”.³³⁹

O fato é que em 31 de janeiro de 1965, Chapéu de Couro foi preso, no interior do estado de Alagoas, por exercer atividades subversivas. A notícia da sua prisão provocou novo alarde pela imprensa e, dessa vez, com uma novidade substancial: Chapéu de Couro denunciava os mandantes dos crimes que havia cometido. Conforme publicou o jornal Correio da Manhã, a denúncia é resultado de um “interrogatório sigiloso” dirigido pelo delegado auxiliar Álvaro Costa Lima, logo após a chegada de Chapéu de Couro à Casa de Detenção.³⁴⁰

O “interrogatório sigiloso” produziu um “termo de declaração”³⁴¹ substancial, sendo o mais longo que encontramos durante a pesquisa, com 21 páginas. Até o Correio da Manhã³⁴² destacou o longo depoimento atribuído a Chapéu de Couro, e deu ênfase ao fato dele ter feito acusações contra Francisco Julião, Miguel Arraes, padre Melo e Júlio Santana.

³³⁷ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. IPM-Rural, página 41.

³³⁸ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. IPM-Rural, página 41.

³³⁹ HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 23.

³⁴⁰ CM-RJ, 03/02/1965, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

³⁴¹ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 14.001.

³⁴² CM-RJ, 23/02/1965. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

Marcília Gama, que pesquisou as práticas de vigilância, controle e repressão, com profunda investigação acerca da documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco, define o Termo de Declaração como “o procedimento mais completo e temido por parte do suspeito”, em função de que o resultado, pela maneira como o interrogatório é realizado, como uma acareação entre interrogado e interrogador, “corresponde à legitimação e a implicação do suspeito em culpado”.³⁴³

O depoimento ao delegado apresenta supostas delações sobre pessoas e suas responsabilidades com as atividades tidas como subversivas realizadas no campo, durante o Governo de Miguel Arraes, contribuindo para confirmar acusações antes feitas pela imprensa e golpistas, fortalecendo argumentos dos que deram o golpe dizendo temer uma revolução armada. Aquele homem que era tido como braço direito de Júlio Santana, colocava-se na condição de “inocente” e, embora participasse e testemunhasse tudo o que supostamente falou, mantinha-se alheio, “jamais em tempo algum praticou ato de violência”. Não negou que não fossem crimes, mas sim, segundo o depoimento, acusou aqueles ao lado de quem havia lutado.

Aqui cabe refletir sobre a ação do delegado auxiliar neste caso, ao interrogar, sob sigilo, sem advogado de defesa, um prisioneiro, o que nos remete aos casos de presos políticos estudados pelo BNM, e cuja conclusão é de que “muitos réus denunciaram como foram induzidos a assinarem depoimentos forjados, na fase do inquérito policial.”³⁴⁴

Posto isto, queremos chamar atenção para outro momento em que Chapéu de Couro ganha espaço na imprensa e como, na ocasião, com um advogado de ofício ao seu lado, aguardando audiência na Auditoria Militar, o camponês denuncia que não sabia que havia sido processado, que não tem conhecimento do processo e ainda faz outras declarações sobre a quem interessa condená-lo, conforme trecho destacado do JC:

Não resta dúvida de que a sentença contra mim foi uma maneira de agradar os senhores de engenho de Sirinhaém, Barreiros e Rio Formoso, particularmente ao snr Tomás de Aquino, declarou.

Afirmou que muitas autoridades de Sirinhaém, quer policiais como judiciárias, estão seriamente comprometidas com os proprietários de terra, o que vinha agravando sua situação muito antes da Revolução.

Interrogado sobre se dera apoio ao ex-governador Miguel Arraes, Chapéu de Couro afirmou que “quem apóia um rico é outro rico”.³⁴⁵

Tais declarações em nada lembram o conteúdo apresentado como “termo de declaração”, atribuído a Chapéu de Couro e apresentado pelo delegado auxiliar, logo após sua

³⁴³ SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014, p. 70.

³⁴⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Op. Cit., p. 208.

³⁴⁵ Fundo: APEJE/Hemeroteca. Jornal do Commercio (JC) – 23/09/1966, p. 11.

prisão, em 1965. Não há no depoimento uma denúncia sequer contra “senhores de engenho”, ou “autoridades”, ao contrário do que ele diz ao JC. Já sobre Miguel Arraes, à sua maneira, Chapéu de Couro nega que tenha dado qualquer tipo de “apoio” ao Governador deposto. Consideramos que esta entrevista ao JC ajuda a questionar o depoimento apresentado pelo delegado auxiliar.

Em 03 de maio de 1968, após enfrentar um julgamento, tendo como advogado de defesa Jales de Alencar Araripe, apesar de estar respondendo a tantos crimes comuns e crimes enquadrados na LSN quanto Júlio Santana, Antonio Joaquim de Medeiros, o Chapéu de Couro, foi absolvido por maioria de votos, do Conselho Permanente de Justiça do Exército.

4.8. Amaro Félix Pereira

FIGURA 9 – AMARO FÉLIX PEREIRA



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.094

Amaro Félix da Silva trabalhava na usina Central Barreiros, tendo exercido as funções de apontador, conferente e ferreiro do suplemento agrícola. Em 1963, quando o Sindicato vira palco das mobilizações e greves, ele já era associado, e conhecia Júlio Santana. Porém, não há confirmação de ter participado de alguma atividade naquele momento.

Há, isto sim, registro de sua atuação em um ato contra a ditadura, realizado em Barreiros, quinze dias após o golpe ter sido deflagrado, que contou com a participação de outras pessoas, tendo sido todos presos. Este é o primeiro registro de atuação política de Amaro Félix Pereira. Preso pela primeira vez, em 16 de abril de 1964, por promover “agitação”, foi encaminhado à Delegacia de Segurança Social, em Recife e identificado “por

exercer atividades subversivas”.³⁴⁶ Vinte e dois dias depois de preso foi posto em liberdade e voltou a trabalhar na usina Central Barreiros.

FIGURA 10 – CARTEIRA DE SÓCIO DO SINDICATO



Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.094

O documento acima é uma carteira de sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, de Amaro Félix da Silva. Não consta o ano em que foi feita a credencial, porém, a assinatura como presidente do Sindicato é de Florentino José Pompeu, o primeiro interventor após o golpe de 1964. Não podemos precisar se Amaro Félix associou-se a entidade apenas após o golpe, ou se este documento fez parte de um novo cadastramento dos associados ao Sindicato, para o controle daquela intervenção.

Em 1966, Amaro decide concorrer às eleições para o Sindicato. Era a primeira eleição após a intervenção que durou dois anos. Amaro parece ter passado despercebido pela vigilância do governo sobre o Sindicato e seus associados, até aquele momento da eleição. Pelo que conta em depoimento à Delegacia de Segurança Social quatro anos depois, “pretendeu se candidatar a um cargo no sindicato rural, isto por conta própria, desde que estava para terminar a interventoria do mesmo”.³⁴⁷ Decisão tomada, tratou de providenciar o que a burocracia exigia e “veio até esta Capital a fim de tratar da documentação legal, visitando a Federação dos Trabalhadores, a Delegacia Regional do Trabalho etc, porém ao voltar a Barreiros com os documentos exigidos verificou-se estar fora do prazo [sic] de candidatura”.³⁴⁸

Quando do episódio no dia da eleição, já narrado anteriormente, prevaleceu a chapa única e Amaro Félix sofreu a segunda prisão, acusado de ter “se envolvido em agitação

³⁴⁶ Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.094.

³⁴⁷ Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.094.

³⁴⁸ Idem.

na eleição para presidente do Sindicato”. Da Delegacia de Barreiros foi encaminhado, mais uma vez, para a Delegacia de Segurança Social, em Recife. Passou três dias preso e, ao voltar, foi informado que havia sido demitido da usina Central Barreiros, onde trabalhava há 29 anos. Demitido sem direitos. Levou o caso para a Justiça do Trabalho “onde perdura a questão até a presente data, que tomada esa [sic] providência passou ele a viver de miudezas e da horta que plantava no quintal de casa”.

Sobre as consequências dessa segunda prisão, duas coisas chamam nossa atenção: a primeira é que a usina dispensou o funcionário com vinte e nove anos de serviço prestado, depois deste passar três dias na prisão. No entanto, após a primeira prisão, que durou vinte e dois dias, portanto, mais tempo sem trabalhar e pelo mesmo motivo que da segunda vez, a usina não o demitiu. O que nos leva a crer que a motivação real pode ter sido o interesse de Amaro Félix em disputar a direção do Sindicato, não sendo uma pessoa do ciclo de confiança dos que controlavam e mantinham a “ordem”.

A segunda questão é Amaro Félix ter recorrido à Justiça do Trabalho e, quatro anos depois, visto que tais informações foram extraídas de um depoimento dado em 1970, como ele mesmo informou, a questão ainda perdurava. Confirmando a morosidade com que eram tratados os casos trabalhistas à época. Contudo, vale ressaltar, era a Justiça do Trabalho - cuja Junta de Conciliação na qual eram encaminhados os processos de parte dos municípios da região, entre eles, o de Barreiros, localizava-se em Palmares – um dos poucos espaços que restavam, durante a ditadura militar, para o trabalhador recorrer e alimentar alguma esperança em obter proteção aos seus direitos.

A via judicial predominou durante a ditadura militar sobre outras formas mais ofensivas de luta, embora greves surgissem localmente. O acesso à Justiça (inicialmente, em defesa individual ou de grupos) evoluiu em quinze anos para a retomada de negociações coletivas acompanhada de greve, em 1979.³⁴⁹

Durante os dois primeiros anos de ditadura e, apesar de já ter enfrentado duas prisões, não é possível identificar nenhuma vinculação de Amaro Félix com alguma organização política. Até que decide se candidatar a vereador nas eleições municipais em Barreiros, em 1967, pelo MDB, mas não por uma decisão pessoal, segundo o próprio Amaro,

foi convidado pelo político ex-deputado Miguel Mendonça para se candidatar a um cargo de vereador do município pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, tendo o depoente ponderado que já havia perdido uma eleição sindical e por ter procurado protestar alguns [sic] irregularidade fora até preso e por isso não mais pretendia entrar nesses movimentos; que então Miguel Mendonça insistiu afirmando que iria verificar o que existia contra ele depoente no setor policial; que como nada encontrou que desabonasse [sic] sua conduta voltou Miguel Mendonça a insistir por sua candidatura a vereador tendo nessa segunda insistência o depoente aceito; que

³⁴⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Op. Cit., p. 139.

ele depoente passou a fazer pequenos comícios juntamente com Miguel Mendonça que por sua vez era candidato a prefeito, disputando contra outros dois candidatos que ele depoente não foi eleito como também o seu incentivador Miguel Mendonça, levando a melhor o candidato da ARENA-Aliança Renovadora Nacional de nome Lívio Tenório.³⁵⁰

A insistência do experiente político Miguel Mendonça de Melo, em convencer Amaro Félix a se candidatar a vereador, possivelmente está relacionada à inserção que aquele trabalhador rural tinha junto aos demais trabalhadores, o que poderia significar que Amaro Félix tinha certa popularidade e respeito entre os seus, assim justificando sua candidatura. Ademais, não podemos esquecer que Miguel Mendonça cultivava uma relação de muita proximidade com os trabalhadores rurais de Barreiros, haja vista sua influência para a fundação e reconhecimento do Sindicato e o apoio que obteve dos trabalhadores, quando do conturbado encerramento do seu mandato como prefeito da cidade, em 1959.³⁵¹

É sabido que Amaro Félix Pereira foi militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), uma dissidência do PCdoB, fundado em maio de 1966.³⁵² Esta organização passou a atuar em Pernambuco, Alagoas e Paraíba, buscando organizar a resistência contra a ditadura e a construção de uma revolução socialista, a partir do Nordeste brasileiro, inspirada nos exemplos de Cuba, China e Vietnam.

Pelo que consta no depoimento de Amaro Félix Pereira, em 1967, ao visitar um amigo preso na CDR, por crime comum, Amaro conhece um “estudante-detento”³⁵³, ao que tudo indica de formação trotskista, e é a partir da conversa que tem, durante aquela visita, que o mesmo faz o primeiro contato com noções de marxismo e luta de classes. Depois daquele dia, recebe muitas visitas de outros estudantes, em sua casa em Barreiros, até ser contratado por Amaro Luiz de Carvalho, o Capivara, dirigente fundador do PCR, para trabalhar no sítio Borboleta, em Água Preta, e a partir daquele contato e vivência, passa a integrar o PCR.

Em novembro de 1969, Amaro sofre sua terceira prisão, acusado de “subversivo” e de “incendiar canaviais nas terras da usina Trapiche”.³⁵⁴ O Conselho Permanente de Justiça do Exército emite mandado de prisão para Amaro Félix Pereira, Amaro Luiz de Carvalho, Manoel Lisboa de Moura, Manoel Aleixo, os principais dirigentes do PCR.

Amaro Félix Pereira, o Procópio, codinome que passou a usar ao ingressar no PCR, foi mantido preso em cumprimento ao mandado de prisão preventiva. Em seu

³⁵⁰ Extraído de depoimento dado à Delegacia de Segurança Social, em Recife, em 03/01/1970. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário individual nº 14.094.

³⁵¹ SANTOS, Thayana de Oliveira. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros**. Op. Cit.

³⁵² Ver: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Brasil: 1964-1985**. Op. Cit.

³⁵³ Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14.094.

³⁵⁴ Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 14.094.

prontuário junto à DOPS, consta um último registro, na ficha de “antecedentes”, de que em 27 de janeiro de 1970, “foi recolhido à Casa de Detenção com mandado de recolhimento assinado pelo Dr. Delegado de S. S.”.

Contudo, ao analisarmos a ficha de “antecedentes” observamos que ela segue uma ordem cronológica de registro sobre a movimentação do preso político na prisão, até ficar confusa nas informações finais. Pois, a última informação, como já dissemos, é de 27 de janeiro de 1970, mas a antepenúltima é de 07 de julho daquele mesmo ano e informava que Amaro Félix “foi ouvido em termo de declaração, sobre suas atividades subversivas” e a penúltima é de 24 de julho daquele mesmo ano, informando que havia sido encaminhado ofício à Auditoria Militar da 7ª RM, do IPM instaurado contra ele.

Ao cruzarmos as informações constantes nos prontuários da DOPS e o da Casa de Detenção do Recife (CDR),³⁵⁵ onde o mesmo cumpriu a pena imposta, sobre o ano de 1970, percebemos que o primeiro apresenta registros nos meses de janeiro, fevereiro e julho e o segundo informa a partir do dia do recolhimento à CDR, em janeiro daquele ano, passando por movimentação em junho, agosto, setembro, outubro e novembro, quando consta o registro de que o preso político foi posto em liberdade em 24 de novembro. De acordo com estas informações, embora Amaro Félix tenha sido recolhido à Casa de Detenção em janeiro, há registro de movimentação dele, na DOPS, durante três meses em que ele estaria preso na CDR, entretanto, não há registros, na CDR, sobre esses três meses da DOPS. Portanto, há informações desconstruídas que nos fazem questionar sua intencionalidade, pois não parecem condizer com a estrutura burocrática característica de arquivos da repressão cuja “geração de informações passou a ter importância fundamental, pois, através dos dados armazenados em arquivos militares e policiais, orientavam-se as operações repressivas”.³⁵⁶

De acordo com o livro *“Retrato da Repressão Política no Campo, Brasil (1962-1985)”*, “uma certidão fornecida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), datada de 11/03/2005, declara que ele [Amaro] foi libertado, em 24 de novembro de 1970. Não há registro de outra prisão.”³⁵⁷ Esta certidão confirma a informação constante no prontuário da CDR. Ainda de acordo com o mesmo livro, Amaro Félix, provavelmente, foi sequestrado entre 1971 e 1972, pelas forças de repressão da ditadura. Seu filho mais velho, Elias, afirmou também ter sido preso e espancado pela polícia e por capangas da usina Central Barreiros.³⁵⁸

³⁵⁵ Fundo: SSP/CDR/APEJE. Prontuário Individual nº. 20.859.

³⁵⁶ BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **Arquivos de regimes repressivos**. Op. Cit., p. 175.

³⁵⁷ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Brasil: 1964-1985**. Op. Cit., p. 57.

³⁵⁸ Fonte: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/97>. Acessado em 23 de fevereiro de 2016.

Sem informações sobre seu paradeiro, Amaro Félix Pereira consta na lista de desaparecidos políticos da ditadura militar.

De acordo com Enrique Padrós, era uma prática comum nas ditaduras que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1980, no Cone Sul da América Latina, “a promoção do desaparecimento, principalmente dos militantes considerados mais perigosos entre aqueles que faziam parte do impreciso campo dos ‘inimigos internos’”.³⁵⁹ Talvez a coragem de seguir resistindo, em meio a tanta adversidade, tenha contribuído para os órgãos de repressão identificarem Amaro Félix Pereira, um trabalhador rural, militante de uma pequena organização clandestina, como um homem “perigoso” e “inimigo interno” que precisava ser combatido a qualquer custo.

Havia uma intenção ao se aplicar tais métodos, ainda segundo o autor, “os desaparecimentos contribuiriam mais do que qualquer outra modalidade repressiva do TDE [Terrorismo de Estado], na irradiação do poder estatal onipotente sobre a sociedade, desmantelando resistências e semeando angústias paralisantes”.³⁶⁰ Depois do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, para aqueles e aquelas que lutavam contra a ditadura, houve ausência do aparato judicial ou de algum resquício de respeito aos direitos constitucionais, e o que prevaleceu foi a exacerbação da truculência promovida e/ou consentida pelo aparato repressor do Estado.

De 1971 até 1973, os órgãos de repressão da ditadura militar assassinaram os outros três dirigentes do PCR, presos com Amaro Félix em 1969, Amaro Luiz de Carvalho, Manoel Lisboa de Moura e Manuel Aleixo. Era a busca por atingir o objetivo de desmantelar uma fonte de resistência à ditadura. O Brasil estava sob o domínio do ditador general Emílio Garrastazu Médici e um das suas prioridades era dar sequência à política de extermínio das organizações clandestinas que buscavam organizar a luta armada contra a ditadura, surgidas na medida em que o governo militar dava indícios de perdurar.³⁶¹

O golpe contra os trabalhadores foi dado e uma ditadura militar assombrou o país durante vinte e um anos. A censura, a prisão, a tortura, a morte, ou o desaparecimento eram possibilidades presentes na nova e triste realidade para os que ousavam lutar. E muitos ainda

³⁵⁹ PADROS, Enrique Serra. **Repressão e violência**: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; QUADRAT, Samantha (orgs.) *Ditadura e Democracia na América Latina*. Op. Cit., p. 70.

³⁶⁰ PADROS, Enrique Serra. **Repressão e violência**: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; QUADRAT, Samantha (orgs.) *Ditadura e Democracia na América Latina*. Op. Cit., p. 70.

³⁶¹ Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural**. Op. Cit. & RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

ousavam. Tanto é que apesar de toda repressão, havia a persistência de muitos trabalhadores rurais em organizar e defender reivindicações coletivas, realizar greves e manterem-se resistentes.

O que não era possível mudar, nem apagar, eram as marcas da história construída pelos próprios trabalhadores. Por um período intenso, ainda que breve, eles foram os sujeitos de sua própria história. E a experiência da luta coletiva e organizada, por mais conturbada que tenha sido, naquelas três cidades da Mata Sul, certamente propiciou ao sindicato, àquela entidade de classe, ser um lugar possível para se forjar, não apenas uma luta econômica imediata, premida pela necessidade concreta, mas, sobretudo, um lugar de formação de uma consciência política, de fortalecimento da solidariedade e de união, tão necessários para o processo histórico que conduz ao despertar da consciência de classe.³⁶²

³⁶² THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA Sérgio (orgs). **E.P. Thompson**: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos investigar de que maneira se deu a atuação dos trabalhadores junto ao primeiro sindicato rural reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em Pernambuco, naqueles seis primeiros anos da década de 1960, e por que a entidade sindical ocupou espaços na grande imprensa em Pernambuco, esteve envolvida em conflitos com as Ligas Camponesas, foi associada ao Governador Miguel Arraes e sofreu dura intervenção com o golpe e a ditadura militar.

Observamos que aquele Sindicato chegava aos anos de 1960, acumulando uma experiência de mais de cinco anos de existência, representando uma esperança para os trabalhadores que buscavam ver resolvidos seus problemas econômicos imediatos e, assim, desejavam aplacar o sofrimento em que viviam ao se submeterem à exploração desregrada da força de trabalho por usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar, cultura que monopolizava as terras e interferia na política e na economia daquela região em que se localizava Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém.

O que nos remete ao que definiu Eric Hobsbawm, tendo como referencial de análise os sindicatos ingleses, acerca do papel do sindicato em buscar corresponder aos interesses imediatos dos trabalhadores, independente de governo e de expectativas de futuro

A razão mais óbvia é que o trabalho de rotina de qualquer sindicato eficaz, a defesa e o aperfeiçoamento das condições de seus membros (ou de seus membros em potencial), continua sob qualquer governo, e não pode se interessar principalmente por aperfeiçoamentos que não sejam para agora, quaisquer que sejam suas esperanças para o futuro, ou suas simpatias e compromissos políticos.³⁶³

Entretanto, percebemos que tais expectativas e esperanças, dentro dos limites possíveis a um sindicato, foram percebidas e trabalhadas, de maneira distinta, por aqueles que estiveram à frente do Sindicato de Barreiros, de acordo com os interesses e as influências políticas e ideológicas que sofriam e se refletiam no encaminhamento das ações da entidade. Assim sendo, identificamos que o Sindicato, experienciou três momentos em que sua atuação teve um direcionamento diferente e que este foi decisivo quanto à forma de assumir um compromisso e buscar atender as expectativas dos seus associados.

Após a primeira intervenção do Ministério do Trabalho, quando foi reaberto, em 1959, passou os três primeiros anos de 1960 (até meados de 1963), sob a direção do seu presidente fundador Moacir Pedro da Silva e este buscou crescer o número de associados, mas

³⁶³ HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos Estudos sobre História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 289.

sem confrontar-se com o patronato, procurando não causar maiores tensionamentos na condução que dava para ter as reivindicações que abraçava atendidas. Tal conduta tornou-se mais evidente com o alinhamento do Sindicato à Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e ao SORPE, ligados à Igreja Católica que procurava orientar o trabalho do movimento sindical rural objetivando uma política de conciliação entre capital e trabalho.

Aquela direção passou a ser questionada a partir de junho de 1963 acusada, inclusive, de ser um sindicato que “só fazia carteirinha”,³⁶⁴ até que ocorreu a segunda intervenção e uma Junta Governativa, presidida por Júlio Santana da Silva, assumiu a direção do Sindicato e este deu uma guinada em sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores. Tal mudança causa impacto nas relações do sindicato com as forças políticas presentes no campo, em especial, com a Igreja Católica e as Ligas Camponesas, assim como, nas relações institucionais e com a imprensa.

Mas, a mudança mais radical foi quanto ao enfrentamento ao patronato e a ação reivindicatória. O Sindicato, apesar de participar de mesa de negociação mediada pelo governador do estado, no campo parecia não haver a mesma disposição ao diálogo que encaminhasse a uma conciliação com o patronato, tendendo a radicalizar nas ações reivindicatórias objetivando conquistas plenas, sem concessões, como foi possível perceber no enfrentamento à proposta de tabela de tarefas que o patronato tentou aplicar, sem contemplar as demandas dos trabalhadores. A atuação do Sindicato, naquele momento, mobilizou grande contingente de trabalhadores causando impacto no campo. Talvez, neste momento, possamos nos reportar a Karl Marx quando afirmou que os sindicatos “funcionam bem como centros de resistência contra as investidas do capital”, embora não deixasse de perceber seus limites ou seus fracassos por lutarem apenas “contra os feitos do sistema existente”.³⁶⁵

A terceira mudança radical na direção do Sindicato foi com o golpe de 1964. A partir daquele 01 de abril, muitos associados sofreriam toda espécie de violência, pelo simples fato de serem filiados ou terem despontado como lideranças que se destacavam no trabalho da entidade. Mais uma intervenção, agora sob a égide da vigilância, do controle e da repressão. Como marca da mudança, a ação reivindicatória que mobilizava e fazia parar usinas, foi transformada em assistencialismo e o Sindicato passou a atuar procurando não causar desarmonia nas relações institucionais, embora os problemas enfrentados pelos trabalhadores continuassem precisando de uma ação imediata.

³⁶⁴ DP, 06/06/1963, p. 07. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.

³⁶⁵ MARX, Karl. **Salário, preço e Lucro**. São Paulo: Ed. Moraes, 1985, p. 78.

Essas experiências vivenciadas pelos trabalhadores, através da atuação do seu Sindicato, estavam inteiramente relacionadas ao contexto da época, e tal observação pode ser verificada ao analisarmos a atenção dos jornais - principalmente os de grande circulação no estado, *Jornal do Comercio* e, sobretudo, o *Diario de Pernambuco* – dada ao Sindicato de Barreiros nos distintos momentos aqui mencionados. Os dois momentos, da presidência de Moacir Pedro da Silva e de Júlio Santana na presidência da Junta Governativa, acompanhados pelos jornais contribuem para percebermos o papel da imprensa na construção de um discurso e no direcionamento do olhar do leitor. Naquele momento, os periódicos contribuíram para a formação e a difusão de um imaginário que criminalizava os trabalhadores rurais e movimentos que atuavam no campo.

Esta contribuição dos grandes jornais de Pernambuco foi fortemente sentida no Sindicato de Barreiros, ora elogiado e apresentado como se fora um modelo a ser seguido, à época em que estava sob a direção de Moacir Pedro e alinhado à Igreja Católica; ora condenado como entidade nas mãos de “agitadores” e “comunistas”, ajudando a reforçar a campanha nacional orientada pelo Instituto Político de Estudos Sociais (IPES), visando fomentar o medo e o anticomunismo na população, associando-os ao Governo de João Goulart, em Pernambuco e, no caso especial do Sindicato de Barreiros, vinculando os “agitadores” ao governador Miguel Arraes, com o objetivo de desgastar o governador, aprofundando a crise política conduzindo ao desfecho que se conferiu com o golpe em 1964. Neste sentido, percebemos que o Sindicato de Barreiros e os acontecimentos em torno deste, no período em que esteve sob a direção de Júlio Santana, foram utilizados pela imprensa para atingir seus objetivos e das classes que representavam.

Também podemos analisar a relação do curto governo de Miguel Arraes com o Sindicato de Barreiros, a partir das acusações veiculadas pela imprensa, em alguns momentos, apontando o governador como “companheiro” de Júlio Santana, objetivando apresentar o governo como cúmplice e/ou conivente com as tensões e conflitos no período em que Santana esteve à frente do Sindicato. O que verificamos é que o governador, através da Secretaria Assistente e também apoiado pela Delegacia Regional do Trabalho, realmente se esforçou para dirimir os conflitos no campo, uma vez que estava interessado em manter a governabilidade, ao mesmo tempo em que tentava contribuir para que a legislação trabalhista fosse cumprida. Portanto, em Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, quando foi preciso intervir, o governo, assim como a DRT não se furtaram a responsabilidade. Quanto à relação com Júlio Santana, as ações do governo não deixam margem para caracterizá-la como de conivência, como aponta Barros,

Nas Ligas Camponesas, o trabalho desenvolvido por Joel Câmara, na Zona da Mata Norte, e Júlio Santana, na Zona da Mata Sul, foi bastante contestado pelo governo Arraes. Ambos estiveram presos, em momentos diferentes, pela Secretaria de Segurança Pública, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.³⁶⁶

Quanto às Ligas Camponesas, observamos que a presença desta na região em que atuava o Sindicato de Barreiros pareceu não ter causado incômodo, ao ponto de seu representante, Júlio Santana, ter atuado como delegado do Sindicato em Serinhaém, durante a presidência de Moacir Pedro. Contudo, quando aquele delegado passou a questionar a presidência do Sindicato e, no bojo desse processo, rompeu com Francisco Julião, passando a apresentar-se apenas como membro do Sindicato e ex-membro das Ligas Camponesas, trazendo para as proximidades da entidade a crise interna em que estava mergulhada as Ligas Camponesas - confirmando o que disse Andrade, sobre as divergências e dissensões internas “de cúpula”, como também, “a nível de base, com quadros de menor expressão, como Júlio Santana”³⁶⁷ - a crise interna das Ligas atinge diretamente o Sindicato, chegando a ocasionar conflitos armados entre membros do daquele órgão de classe e das Ligas Camponesas, resultando em vítimas fatais, agravando as tensões no campo e contribuindo para o quadro de violência na região.

Mas é com o golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar que este quadro de violência passa a ser institucionalizado, como prática de um Estado a serviço das classes dominantes. Sobre esta questão, procuramos também contribuir com relatos de José Paulo de Assis, à época, trabalhador no cambito da cana-de-açúcar, que confirmam o terror de Estado logo no imediato do golpe. Tal realidade nos faz discordar da produção historiográfica que apresenta aquele momento de “vitória fulminante das forças conservadoras”, com apoio de “amplios movimentos sociais” e “quase sem dar um tiro”³⁶⁸ pois, como vimos, a partir do que observamos na atuação dos trabalhadores rurais na base territorial do Sindicato de Barreiros, ou nas proximidades desta, houve tentativas de resistência, como buscou fazer Gregório Bezerra, junto aos trabalhadores da base do Sindicato de Palmares;³⁶⁹ bem como os protestos realizados em Barreiros, contra o novo regime, ainda nos primeiros dias de abril, levando à prisão Amaro Félix Pereira e mais alguns trabalhadores.

Ou ainda, o que é mais grave, toda ação truculenta praticada pela Polícia e pela segurança privada a serviço do patronato, para impor e retomar o controle e o domínio no

³⁶⁶ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Op. Cit., p. 108.

³⁶⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. Op. Cit., p. 38-39.

³⁶⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**, p. 07.

³⁶⁹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Op. Cit.

campo, utilizando-se de toda sorte de ações violentas, dando não apenas um tiro, mas muitos que resultaram na morte de uma quantidade de trabalhadores que ainda precisa ser investigada mais a fundo. O que nos faz refletir sobre a necessidade de se ampliar o campo de visão em uma pesquisa historiográfica, para que não se incorra no risco de tirar conclusões tendo como referencial eventos dentro dos limites de uma história regional.

Sobre a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a violência no campo, no imediato do golpe, compartilhamos a reclamação de José Paulo, ao constatar que “até hoje não foi feito um levantamento desses massacres, não é?” E critica a Comissão da Verdade por essa não ter avançado como necessário:³⁷⁰

Precisava que fosse criada essa Comissão da Verdade nos estados e que se estendesse para os municípios pra pelo menos fazer um levantamento dessa situação todinha que até hoje tá se apagando, cada dia vai se apagando, o tempo vai passando, vai se apagando e a gente... Quem dá esquece, quem apanha se lembra, entendeu? Então, todo dia, todo dia o pessoal reacende com essa questão.³⁷¹

Consideramos que a Comissão Nacional da Verdade tem feito um trabalho importante para o resgate da memória, mas ainda temos muito que avançar quanto ao resultado efetivo no campo da Justiça. É preciso investigar e punir os crimes cometidos por agentes a serviço do Estado e criminosos financiados por latifundiários, usineiros, empresários, apoiados em organizações paramilitares ou em seus jagunços/capangas e pistoleiros. Para que não se esqueça, é preciso desvendar e punir.

Para tanto, tentamos contribuir com este trabalho sobre a atuação dos trabalhadores junto ao Sindicato de Barreiros, apresentando informações sobre as ações violentas naquela região no pré e no pós-golpe de 1964. Assim como buscamos investigar as relações de colaboração de classe, evidenciando o papel que teve o SORPE na atuação do movimento sindical no campo e de como isso pode ser conferido junto ao Sindicato de Barreiros. Sob uma perspectiva que busca “explorar uma dimensão desconhecida do passado”³⁷², procuramos contribuir com os estudos sobre a história dos trabalhadores daquela região da zona canavieira de Pernambuco e daquele que é o primeiro sindicato de trabalhadores do Estado reconhecido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

³⁷⁰ Após a realização dessa entrevista, José Paulo participou de uma audiência da Comissão da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, sobre trabalhadores rurais.

³⁷¹ Entrevista de José Paulo de Assis, concedida à autora em 22/09/2015.

³⁷² HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216.

Referências:

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005.
- ALMINO, Afonso. **1964: Na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart**. São Paulo: FUNDAP, 2014.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?** São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. **História das Usinas de Açúcar em Pernambuco**. Recife: Massangana, 1989.
- (b)
- _____. **Modernização e Pobreza**. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: UNESP, 1994.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Yvon Bezerra de. **Memórias barreirenses**. Recife: Ed. Bagaço, 2007.
- ARAÚJO, Rita de Cássia de; BARRETO, Túlio Velho. (orgs.) **1964: O Golpe passado a limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.
- ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, Juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; QUADRAT, Samantha (orgs.) **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- ARRAES, Miguel. **O Brasil, o povo e o poder**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.
- ASSARÉ, Patativa do. **Inspiração Nordestina: Cantos de Patativa**. São Paulo: Hedra, 2003.
- AZEVEDO, Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, Fernando. **Situação de saúde dos trabalhadores na zona canavieira de Pernambuco em 1963**. *Gênero & História (UFPE)*, v. X, n. 10, p. 155-170, 2015.

- BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). **Na trilha do golpe: 1964** revisitado. Recife: Ed. Massangana, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. V. III – *Os paradigmas revolucionários*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **Arquivos de regimes repressivos: Fontes sensíveis da História recente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tânia Regina de. (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962 – 1985 – Camponeses Torturados e Desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.
- CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de Terra e um Caixão**. Ensaios sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968)**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2015.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: Memórias Políticas**, vol. 2. Recife: Guararapes, 1980.
- CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco**. Recife: CONDEPE, 1980.

- COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco Assis. **Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Segurança Pública/Delegacia Auxiliar, 1975.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CLIO. **Revista de Pesquisa Histórica**. Nº. 22, 2004 / apresentação Socorro Ferraz. Recife: Editora Universitária, 2006.
- CLIO. **Revista de Pesquisa Histórica**. Nº. 26-2, 2008 / apresentação Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária, 2009.
- COELHO, Fernando Vasconcellos. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária, 2012.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.
- DEMIER, Felipe Abranches. **Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo**. In: MELO, Demian Bezerra de. (org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano**. V. 3 – *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **O Brasil Republicano**. V. 4 -*O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge; GOMES; Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2014.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs). **Ditadura e Democracia na América Latina:** Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. (orgs). **Entre a memória e o esquecimento:** estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Ed. Deriva, 2014.

GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias:** O trotskismo no campo em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária, 2013.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** A Esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Mundos do Trabalho:** Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Bandidos.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **A Era dos Impérios (1875-1914).** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Classe e Nação.** Petrópolis: Vozes, 1986.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968).** Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. **Cambão:** a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2013.

LENIN, Vladimir. O Estado e a Revolução. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar:** novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. **Salário, preço e Lucro.** São Paulo: Ed. Moraes, 1985.

- MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rubén. (org.) **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- _____. **Trabalhadores e sindicato no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- _____. **A formação da classe operária inglesa: história e intervenção**. Trabalho Necessário, v. 12, p. 1-24, 2014.
- MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **Conciliação versus radicalização: o SORPE e as demais organizações católicas presentes na zona canavieira de Pernambuco por volta de 1963**. Gênero & História (UFPE), v. X, n. 10, p. 110-138, 2015
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MELO, Demian Bezerra de. “Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. **Espaço Plural**, M. Cândido Rondon (PR), v.27, p.39-53, 2012.
- MELO, Demian Bezerra de. (org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006.
- MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. **Estados Unidos e América Latina: o caso de Cuba no pós-guerra fria**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro, 2013. p. 121-136.
- MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed. Universitária, 2010.
- MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.
- MONTARROYOS, Sylvia. **Réquiem por Tatiana – missa em si menor: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos**. Recife: Cepe, 2013.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTENEGRO, Antônio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (orgs.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária, 2012.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Iattermund, 1997.
- MORAES, Dênis. **E esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflito ao longo da história**, vol 2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1964). São Paulo: UNESP/ Brasília-DF: MDA, NEAD, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. **Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar.**In: REIS FILHO, Daniel A. *et al.* *O Século XX – o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA Sérgio (orgs). **E.P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas**. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta; QUADRAT, Samantha (orgs.) *Ditadura e Democracia na América Latina*. Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. **Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional**. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania. **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMPINELLI, Waldir José. **A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português**. Esboços (UFSC), v. 20, p. 83-98, 2008.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Sá. **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois**. Bauru (SP): Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **O sol sem peneira.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, agosto de 2012.

SÁ, Aybirê Ferreira de. **Das Ligas Camponesas à Anistia: Memórias de um militante trotskista.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil: Da JUC ao Racha de 1968.** Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2015.

SANTOS, Thayana de Oliveira. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros: Fundação, Influências e Intervenção.** Monografia (apresentada ao final do curso de Bacharelado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGATTO, José Antônio. **O PCB e a revolução nacional-democrática.** In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985).** Recife: Editora UFPE, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio à Castelo (1930-1964).** São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

_____. **Brasil, de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Anos 60 e 70.** Estudos de Sociologia (São Paulo), v. 2, n.5, p. 101-114, 1998.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** V 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **1964: Golpismo e Democracia**. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, n° 19, 2004.

VIANA, Gilney. **Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição**. Brasília: SDH, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANEXOS:

Sindicato Rural das Trabalhadoras de Serenobranca
 Eng. Serenobranca
 Sr. Sebastião Rocha

150	B. de Suco cozido	410,00
100	F. de coma	410,00
100	B. de Passo de Mata.	410,00
100	Temperatura	410,00
150	Sarrafão de coma	410,00
150	adubo	410,00

Os mesmos de mias de 16 am
 também é 410,00.

Delegado do Sindicato de
 Júlio Santana da Silva.

Anexo A: Bilhetes de Júlio Santana, para administrador de engenho, informando os valores a serem pagos pelas tarefas desempenhadas no campo. O mesmo assina como Delegado do Sindicato. Não consta a data no documento.

Fonte: SSP/DOPS/APEJE: Prontuário Individual nº 20398.

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DO SINDICATO
RURAL DE GUARARAPES, RIO PONDOSO E MIL/
SANTOS,
COMO E CONFORMA AS DIRETRIZES DOS
ENUNCIADOS.

1. Delegado
2. Delegado
1. Conselho Fiscal
2. Conselho Fiscal
3. Conselho Fiscal
1. Assessor
2. Assessor
3. Assessor



Os deveres dos Delegados são os seguintes: 1. Vair a povo de cada engo-
nho para adquirir seus próprios direitos.

2. Obrigar aos senhores de Engenhos usinários, sous garantias e fiscais
cumpriram com a tabela feita e assinada pelo Sindicato Rural e os Sindicatos /
dos nomes, Governo do Estado e Delegado Regional do Trabalho.

Devemos cumprir com aquilo que foi assinado pelas próprias mãos do en-
genho e usinas. A união faz a força, alguma ajuda que os companheiros queij /
ret covier façam por intermédio do Delegado para que que a mesma abrigue até si
umas mãos, para evitar confusão de losantos faltosos.

Rocife, 17 de dezembro de 1963.

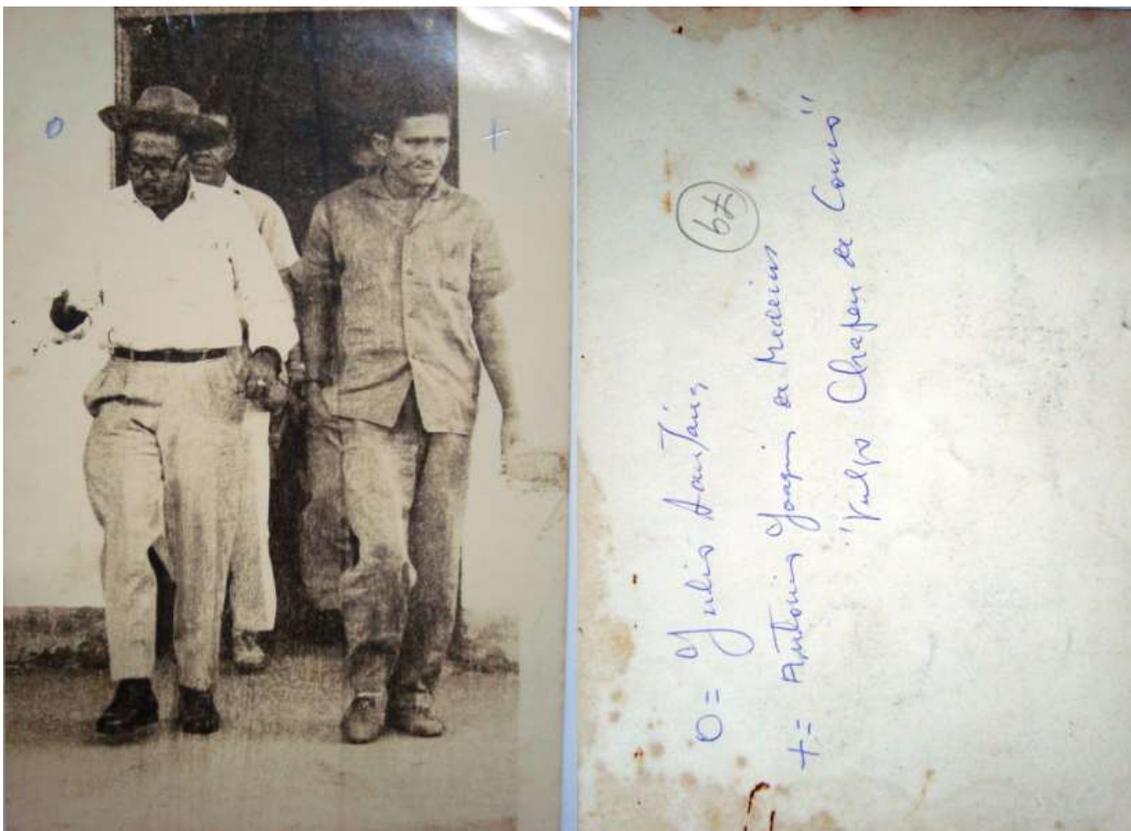
Julio Santana da Silva
si. Julio Santana da Silva.



Repere confiança nos companheiros
do Estado do Pernambuco e do Bra-
sil, pela nossa Liberdade

16

Anexo B: Material produzido pela campanha de libertação dos presos políticos.
Fonte: SSP/DOPS/APEJE: Prontuário Individual nº 20398.



Anexo C: Fotografia de Júlio Santana (*esquerda*) e Chapéu de Couro (*direita*). Ao lado, verso da mesma onde encontra-se a legenda com as respectivas identificações, feitas pelo investigador da DOPS. Fonte: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 14001.

NOME: AMARO FÉLIX PEREIRA		N.º DO PRONT. 20.859	
<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 100%;"></div>		Valgo	Procópio
		Cutis	corada
		Cabelo	pretos lisos
		Olhos	castanhos
		Barba	raspada
		Bigode	raspado
		Dentes	incompleta
		Orelhas	grandes
		Boca	grande
		Nariz	afilado
Lábios	grossos		
Sobrancelhas	finas		
Estatura	1.68		
Cicatrizas-marca-tatuagens			
Estado Civil	casado C/D. Maria Júlia Pereira	Data do nascimento	29 de maio de 1.929
Filhos	9	Nacionalidade	PE.
Sabe ler e escrever	sabe	Nacionalidade	PE.
Estado económico	precário	Lugar de nascimento	RIO FORMOSO PE.
Profissão	conferente	Nome de pai	FELIX PEREIRA DA SILVA
Instrução	primária	Nome de mãe	CAETANA MARIA DA CON. RIZZO
Classe delinqüente	de ser primário		
IMPRESSÃO DACTIL.		Observações Res: Rua da Virgem, 5/N. - Barreiros, PE. local do crime: Barreiros local da prisão: o mesmo.	
Polegar esquerdo	Polegar direito		
Casa de Detenção — Pernambuco		R. 21071	

Anexo D: Ficha de Dados Pessoais, que integram o Prontuário Individual de Amaro Félix da Silva na Casa de Detenção do Recife. Fonte: SSP/CDR/APEJE. Prontuário Individual nº 20.859.